



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE DANÇA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DANÇA**

DANILLO TAYLAN QUEIROZ DE SOUZA

**TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE: POLÍTICAS CULTURAIS PARA
DANÇA NO MUNICÍPIO DE JAGUARARI (BA)**

Salvador
2022

DANILLO TAYLAN QUEIROZ DE SOUZA

**TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE: POLÍTICAS CULTURAIS PARA
DANÇA NO MUNICÍPIO DE JAGUARARI (BA)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Dança da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do título de Mestre em Dança.

Orientadora: Profa. Dra. Rita Ferreira de Aquino.

Salvador
2022

Souza, Danillo Taylan Queiroz de.

Territórios de identidade: políticas culturais para dança no município de Jaguarari (BA) / Danillo Taylan Queiroz de Souza. - 2022.
168 f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Rita Ferreira de Aquino.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Escola de Dança, Salvador, 2022.

1. Arte e sociedade. 2. Cultura popular - Jaguarari (BA). 3. Danças folclóricas - Jaguarari (BA). 4. Festas folclóricas - Jaguarari (BA). 5. Política cultural - Jaguarari (BA). 6. Participação social - Jaguarari (BA). I. Aquino, Rita Ferreira de. II. Universidade Federal da Bahia. Escola de Dança. III. Título.

CDD - 793.31098142

CDU - 793.31(813.8)

DANILLO TAYLAN QUEIROZ DE SOUZA

**TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE: POLÍTICAS CULTURAIS PARA
DANÇA NO MUNICÍPIO DE JAGUARARI (BA)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Dança da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Dança.

Aprovada em 21 de dezembro de 2022

Banca examinadora

Profa. Dra. Rita Ferreira de Aquino - Orientadora _____
Doutora em Artes Cênicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador
Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr. Alexandre José Molina _____
Doutor em Artes Cênicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador
Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Dr. Thiago Santos de Assis _____
Doutor em Artes Cênicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador
Universidade Federal da Bahia

Dedico este trabalho a todos os munícipes jaguararienses e a todas as pessoas profissionais da dança e atores da cultura, que enfrentam desafios para continuar de maneira íntegra com as suas atividades.

AGRADECIMENTOS

Agradeço às águas doces que permitem que eu avance a cada novo dia. Que me conduzem para caminhos de esperança. Que me banham com coragem para superar os obstáculos e desafios. Ora iê iê ô!

Aos meus pais, Izabel Cristina Queiroz e Joseney Santos Souza. Obrigado pelo amor, pela atenção e incentivo. Todo meu amor, carinho, respeito e admiração por vocês.

Agradeço a minha avó, Eneide Vieira dos Santos Souza, mulher forte e que sempre esteve à frente do seu tempo. Minha admiração por tudo que fez e faz, pelo carinho e dedicação com o campo das artes, especialmente com a Quadrilha Junina. Obrigado por toda generosidade, por ser a maior incentivadora dos meus fazeres. Obrigado por tudo e por tanto. Eu te amo.

Aos meus irmãos, tias, tios e primos. Agradeço por preencherem a minha vida com afeto, respeito e cuidado.

A Ramon Moura, por todo amor e carinho. Agradeço a sua presença em minha vida, por me fazer acreditar nos sonhos mais impossíveis, por embarcar comigo nas aventuras mais loucas. Agradeço a companhia nas noites perdidas, nas leituras intermináveis, nas provocações que me ajudaram e ajudam a perceber as coisas. Pelas inspirações artísticas, por me fazer dançar com os olhos. Eternamente grato pela sua existência.

A Otto, ("Totu", "Torotu") e a Gaia, ("Taia", "Tataia"). Obrigado por serem o amor mais sensível e verdadeiro. Obrigado por aquecer o meu corpo nos tempos difíceis. Obrigado pela companhia sincera. Eu amo vocês!!

A minha orientadora, a Profa. Dra. Rita Aquino, por toda generosidade, paciência e carinho. Agradeço imensamente por tornar o percurso menos solitário e doloroso. Serei sempre grato a essa orientadora, professora e amiga por ter conduzido esse processo com maestria, mostrando que a academia se faz com afeto, com cuidado e atenção. Obrigado por me ensinar tanto, por me mostrar as diversas possibilidades de se aprender. Sua presença é luz, e eu serei sempre grato ao universo por ter me presenteado com ela.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB, pela concessão de bolsa de estudos. Oportunidade determinante para o desenvolvimento da pesquisa.

Ao Prof. Dr. Alexandre Molina, por ter aceitado os convites para banca de qualificação e defesa. Agradeço também por todas as contribuições, provocações e estímulos.

Ao Prof. Dr. Thiago Assis, por ter aceitado participar da banca de defesa. Muito obrigado por ser inspiração e pelas relevantes contribuições, pela sensibilidade e colaboração.

A Profa. Dra. Gilsamara Moura, por ter aceitado participar da banca de qualificação. Grato pelos incentivos e por mostrar a importante tarefa de ser um agente da cultura. Obrigado.

A Profa. Dra. Lucia Matos, que esteve comigo no início desta jornada. Agradeço a condução na parte inicial desta pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Dança – PPGDança/UFBA. Aos professores que compõem este importante espaço que reflete a dança e suas implicações sociais.

Gratidão por toda generosidade dos interlocutores que compõem e integram as entrevistas e discussões deste trabalho. Muito obrigado.

As pessoas amigas que estão comigo nesta caminhada: Dijale Fonseca, David Oliveira, Joana Moura, Sullivan Costa, Inah Irenam, Matias Santiago, Ana Karla Sampaio, Alexsander Barbozza, Giltanei Amorim, Adriana Bittencourt, Rafael Almeida, Bruno de Jesus, Evelyn Assis, Moema Nogueira e Fabiana Martini.

Ao meu Babá Sidnei por todo carinho, cuidado e atenção, pela orientação espiritual e palavras que me conduzem ao conforto.

*Em qualquer pesquisa que você realiza, em qualquer problemática que você queira explorar,
a sua investigação vai ser guiada por uma política, por um posicionamento político que você
tem em relação ao mundo.*

Susan Leigh Foster

*Vou aprender a ler
Pra ensinar meus camaradas.*

Roberto Mendes

SOUZA, Danillo Taylan Queiroz de. **Territórios de Identidade: Políticas Culturais para Dança no município de Jaguarari (BA)**. 2022. 168 f. : il. Orientadora: Rita Ferreira de Aquino. Dissertação (Mestrado em Dança) – Programa de Pós-Graduação em Dança, Escola de Dança, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

RESUMO

Esta dissertação de mestrado discute as relações estabelecidas entre danças populares, participação social e políticas públicas para o setor cultural no município de Jaguarari, localizado no Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru, Bahia. Apresentando a Dança de São Gonçalo do Amarante e a Quadrilha Junina como recorte de interesse, a investigação partiu do seguinte problema de pesquisa: como articulações políticas e sociais podem contribuir para viabilizar a promoção da cultura e artística local do município em análise? O objetivo principal foi compreender as concepções presentes na comunidade acerca do conceito de cultura, assim como das políticas culturais presentes e/ou ausentes no município e as suas relações com os fazedores de cultura. Foram delineados como objetivos específicos: documentar as manifestações supracitadas; reconhecer os percursos, fazeres e saberes dos atores locais; identificar as iniciativas para manutenção da memória e salvaguarda das manifestações; visibilizar as reivindicações da comunidade; e colaborar, mesmo que indiretamente, para o desenvolvimento cultural local apontando perspectivas para a formação, qualificação e atuação continuada de agentes da cultura. O estudo se organizou em abordagem exploratória, analítica e participativa, destacando as realidades vividas na localidade e as experiências junto aos interlocutores a partir do método da pesquisa-ação. Foi definido um plano de ação com procedimentos de observação, diálogos e entrevistas semiestruturadas realizadas de forma presencial e on-line, revisão de literatura especializada em cultura e políticas culturais no Brasil, assim como verificação de documentos (leis, conselhos, fundo, ações) pertinentes à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Juventude e à Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. Destaca-se que as análises e discussões tiveram suas concentrações a partir do recorte temporal de 2007 a 2022, permitindo observar os caminhos tomados pelas políticas culturais no município e as relações com outras esferas de governo. Verificou-se a inexistência de menções à dança no que diz respeito às políticas municipais, a falta de um plano de cultura municipal, falta de um fundo municipal de cultura e a carência de diálogos entre as esferas Municipal e Estadual, constatações que repercutem na carência de participação dos agentes nas formulações legais e no reconhecimento dos fazeres e promoção da cultura local. Os resultados obtidos corroboraram a elaboração conjunta de um documento que evidencia a Dança como movimento importante a compor a pauta política do município, cuja expectativa é contribuir para o campo de conhecimento e para o desenvolvimento de políticas públicas locais.

Palavras-chave: Políticas Culturais. Danças Populares. Participação Social. Territórios. Cultura.

SOUZA, Danillo Taylan Queiroz de. **Identity's Territories: Cultural Policies for Dance in the city of Jaguarari (BA)**. 2022. 168 p.: ill. Thesis Advisor: Rita Ferreira de Aquino. Dissertation (Master in Dance) – Programa de Pós-Graduação em Dança, Escola de Dança, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

ABSTRACT

This master's thesis discusses the relationships established between popular dances, social participation and public policies for the cultural sector in the municipality of Jaguarari, located in the Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru, Bahia. Introducing the Dance of São Gonçalo do Amarante and the Quadrilha Junina as a cut of interest, the investigation started from the following research problem: how can political and social articulations contribute to enable the promotion of local culture and art in the municipality under analysis? The main objective was to understand the conceptions present in the community about the concept of culture, as well as the cultural policies present and/or absent in the municipality and their relationships with culture makers. The following were outlined as specific objectives: to document the aforementioned manifestations; recognize the paths, actions and knowledge of local actors; identify initiatives for maintaining memory and safeguarding manifestations; make the community's claims visible; and to collaborate, even if indirectly, for the local cultural development pointing out perspectives for the formation, qualification and continued performance of agents of culture. The study was organized in an exploratory, analytical and participatory approach, highlighting the realities experienced in the locality and the experiences with the interlocutors based on the action-research method. An action plan was defined with observation procedures, dialogues and semi-structured interviews carried out in person and online, a review of specialized literature on culture and cultural policies in Brazil, as well as verification of documents (laws, councils, fund, actions) pertinent to the Municipal Secretary of Culture, Sport, Leisure and Youth and the Secretary of Culture of the State of Bahia. It is noteworthy that the analyzes and discussions had their concentrations from the time frame from 2007 to 2022, giving us the opportunity to observe the paths taken by cultural policies in the municipality and the relations with other spheres of government. There was no mention of dance in terms of municipal policies, the lack of a municipal culture plan, the lack of a municipal culture fund and the lack of dialogue between the Municipal and State spheres, findings that have an impact on the lack of participation of the agents in the legal formulations and in the recognition of the doings and promotion of the local culture. The results obtained corroborate the joint preparation of a document that highlights Dance as an important movement to compose the political agenda of the municipality, whose expectation is to contribute to the field of knowledge and to the development of local public policies.

Keywords: Cultural Policies. Popular Dances. Social Participation. Territories. Culture.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARESOL	Associação Regional dos Grupos Solidários de Geração de Renda
CCPI	Centro de Culturas Populares e Identitárias
CDL	Câmara de Dirigentes Lojistas
CET	Coordenação Estadual dos Territórios
COOMPAB	Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar da Bahia Ltda
FIDA	Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
FUNARTE	Fundação Nacional das Artes
FUNCEB	Fundação Cultural do Estado da Bahia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
Ipea	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MinC	Ministério da Cultura
MUNIC	Pesquisa de Informações Básicas Municipais
PNC	Plano Nacional de Cultura
PPA	Planos Plurianuais
PPGDança	Programa de Pós-Graduação em Dança
PT	Partido dos Trabalhadores
SECULT-BA	Secretaria de Cultura do Estado da Bahia
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos
SEPLAN-BA	Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia
SETRE	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte
SPC	Secretaria de Políticas Culturais
SPHAN	Serviço Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TI	Territórios de Identidade
UFBA	Universidade Federal da Bahia

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Quadro referente à participação na pesquisa-ação.....	24
Tabela 2	Lista de propostas Pré-Selecionadas e Suplentes no Edital 10/2013 – Culturas Identitárias 2014.....	73
Tabela 3	Lista de propostas Pré-Selecionadas e Suplentes no Edital 24/2012 – CULTURAS POPULARES.....	74

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Participação na quadrilha junina Ti-co-mia, Distrito Pilar, em Jaguarari/BA.....	18
Figura 2	Participação na quadrilha junina Ti-co-mia, Distrito Pilar, em Jaguarari/BA.....	18
Figura 3	Mapas que localizam o município de Jaguarari no Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru, situado no centro norte do estado da Bahia.....	19
Figura 4	Mapas que localizam o município de Jaguarari no Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru, situado no centro norte do estado da Bahia.....	19
Figura 5	Planta Original do Núcleo Residencial Pilar - Jaguarari/BA. Ano: 1976.....	39
Figura 6	Registro panorâmico do Núcleo Residencial Pilar - Jaguarari/BA. Ano 1976.....	39
Figura 7	Publicação na Conta Oficial do <i>Instagram</i> da Secretaria de Educação do Município de Jaguarari/BA, 2021.....	60
Figura 8	Caderno de Cultura 2, Resultados da II Conferência Estadual de Cultura, 2007.....	66
Figura 9	Diário Oficial do Município de Jaguarari, do dia 16 de outubro de 2020.....	76
Figura 10	Diário Oficial do Município de Jaguarari, do dia 16 de outubro de 2020.....	76
Figura 11	Diário Oficial do Município de Jaguarari, do dia 16 de outubro de 2020.....	77
Figura 12	Diário Oficial do Município de Jaguarari, do dia 16 de outubro de 2020.....	77
Figura 13	Diário Oficial do Município de Jaguarari, do dia 16 de outubro de 2020.....	78
Figura 14	Camisa do Museu Nossa Casa, Nossa História.....	82
Figura 15	Parte do acervo pertencente ao Museu Nossa Casa, Nossa História no povoado do Outeiro.....	82
Figura 16	Área externa do Museu Nossa Casa, Nossa História.....	83

Figura 17	Banda de Pífanos do Catuni da Estrada. Integrantes realizando apresentação da manifestação cultural na feira municipal de Jaguarari/BA em 7 de junho de 2022.....	84
Figura 18	Apresentação cultural da banda de pífanos de Pau Ferro em 25 de junho de 2022. Programação realizada no São João de Jaguarari/BA.....	85
Figura 19	Imagem dos pífanos utilizados pelos musicais.....	85
Figura 20	Carrancas de madeira produzidas no Distrito de Flamengo, Jaguarari/BA.....	87
Figura 21	Webinário - Base Conceitual do Artesanato Brasileiro. Evento realizado em 8 de junho de 2022 pela Prefeitura Municipal de Jaguarari/BA.....	88
Figura 22	Participação do grupo de Reisados da comunidade Serra dos Morgados no 1º Fórum Cultural de Jaguarari/BA.....	91
Figura 23	Integrantes da Quadrilha Junina Mirim Junina Matuta - Jaguarari/BA (2010).....	94
Figura 24	Integrantes da Quadrilha Junina Faísca do Sertão - Jaguarari/BA (2022).....	94
Figura 25	Apresentação da Quadrilha Junina Gingado Nordestino nos festejos de São Pedro - Pilar/BA (2022).....	95
Figura 26	Deslocamento de Jaguarari/BA para a comunidade Varzinha, realizada em 18 de junho de 2022.....	102
Figura 27	Altar com a imagem de São Gonçalo do Amarante, manifestação ocorrida em 18 de junho de 2022 em Varzinha/BA.....	102
Figura 28	Preparação para o início da Roda de São Gonçalo, apreciação realizada em Varzinha/BA, em 18 de junho de 2022.....	103
Figura 29	Reprodução do documento resultante da pesquisa-ação, produzido junto a comunidade.....	134

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
1.1	PROBLEMA.....	21
1.2	OBJETIVOS.....	22
1.3	PERSPECTIVA TEÓRICO-METODOLÓGICA.....	23
1.3.1	Método	23
1.3.2	Plano de Ação	24
1.3.3	Revisão de Literatura, Análise e Discussão	27
1.4	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	28
2	CAPÍTULO 1 - TERRITÓRIO E IDENTIDADE	31
2.1	CONCEPÇÃO DE CULTURA.....	31
2.2	POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL – UMA BREVE REVISÃO.....	35
2.3	A CONCEPÇÃO DE TERRITÓRIO DE IDENTIDADE (TI) NO ESTADO DA BAHIA E O TI PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU.....	45
2.4	DISTRITO PILAR E POLÍTICAS CULTURAIS: POLÍTICAS ENTRE ESTADO E MUNICÍPIO.....	50
2.5	DADOS DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE EM INICIATIVAS DA POLÍTICA CULTURAL DO ESTADO.....	64
3	CAPÍTULO 2 - DANÇAS POPULARES NO MUNICÍPIO: AUSÊNCIAS E PRESENCAS	80
3.1	DIVERSIDADE CULTURAL NO MUNICÍPIO.....	81
3.2	GRUPOS: DESCRIÇÃO, FORMAS DE ARTICULAÇÕES E POTENCIAL DE ORGANIZAÇÕES.....	92
3.3	ESPAÇOS CULTURAIS: CRIAÇÃO, FORMAÇÃO E DIFUSÃO.....	107
3.4	PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS CULTURAIS DO MUNICÍPIO – ANÁLISES E CONTRIBUIÇÕES.....	115
4	CAPÍTULO 3 - INTERLOCUTORES E O DE VIR: CRIAÇÃO DE REDES PARA DIÁLOGO COM O PODER PÚBLICO MUNICIPAL	126
4.1	CICLO DE ENCONTROS COM AGENTES CULTURAIS.....	130
4.2	FORMAÇÃO DE REDE E ELABORAÇÃO DE DOCUMENTO.....	134
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
	REFERÊNCIAS	145
	APÊNDICE A - Carta de Apresentação da Pesquisa e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	149

ANEXO A - Entrevista com Matheus Muniz.....	152
ANEXO B - Entrevista com Tony Santos e Priscila Rodrigues.....	159
ANEXO C - Entrevista com Genivaldo José Silva e Gilvan José.....	162
ANEXO D - Entrevista com Maria de Fatima, Marinalva, Mariza e Josefa.....	166
ANEXO E - Entrevista com Antônio Silva Santos e João de Deus dos Santos.....	168

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa de Mestrado, realizada na Linha de Pesquisa 3 – Mediações Culturais e Educacionais em Dança no Programa de Pós-Graduação em Dança da Universidade Federal da Bahia (PPGDANÇA/UFBA), discute as relações estabelecidas entre Danças Populares, participação social e políticas culturais, tendo como intuito propor diálogos entre agentes da Dança e as competências das políticas públicas de cultura na cidade de Jaguarari/BA.

O interesse pelo campo das políticas culturais para a dança foi surgindo ao longo da trajetória de formação, nos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Dança na Universidade Federal da Bahia (UFBA), assim como em minha atuação profissional como professor de Dança, bailarino e produtor cultural. Este percurso proporcionou a interação com o campo de distintas maneiras – através de projetos contemplados em editais públicos, participação em reuniões, fóruns, debates ou pela mobilização frente ao movimento artístico de dança que ocorre em decorrência da falta de legislações específicas para área, seja na capital ou no interior do Estado. Neste sentido, interagir com o setor artístico a partir de diferentes cenários, ampliou a percepção para questões presentes no município de Jaguarari/BA, mais precisamente no Distrito de Pilar, onde é possível observar a carência de articulações políticas que viabilizem para o campo da Dança um ambiente democrático e de fazeres possíveis.

A implicação com as questões abordadas nesta dissertação também advém do vínculo com o território. Oriundo do município, sempre estive envolvido com as expressões culturais locais, como os movimentos de Quadrilhas Juninas – prática que ocorre entre membros da minha família e se tornou tradição através das gerações. O mesmo ocorre com a Roda de São Gonçalo, manifestação que, durante minha infância e adolescência, ocorria no centro e terrenos baldios do Distrito Pilar e, atualmente, perde espaço pelo desenvolvimento econômico que se torna cada vez maior no município, cujas características serão apresentadas a seguir.

Figura 1 - Participação na Quadrilha Junina Ti-Co-Mia, Distrito Pilar, em Jaguarari/BA



Fonte: acervo pessoal.

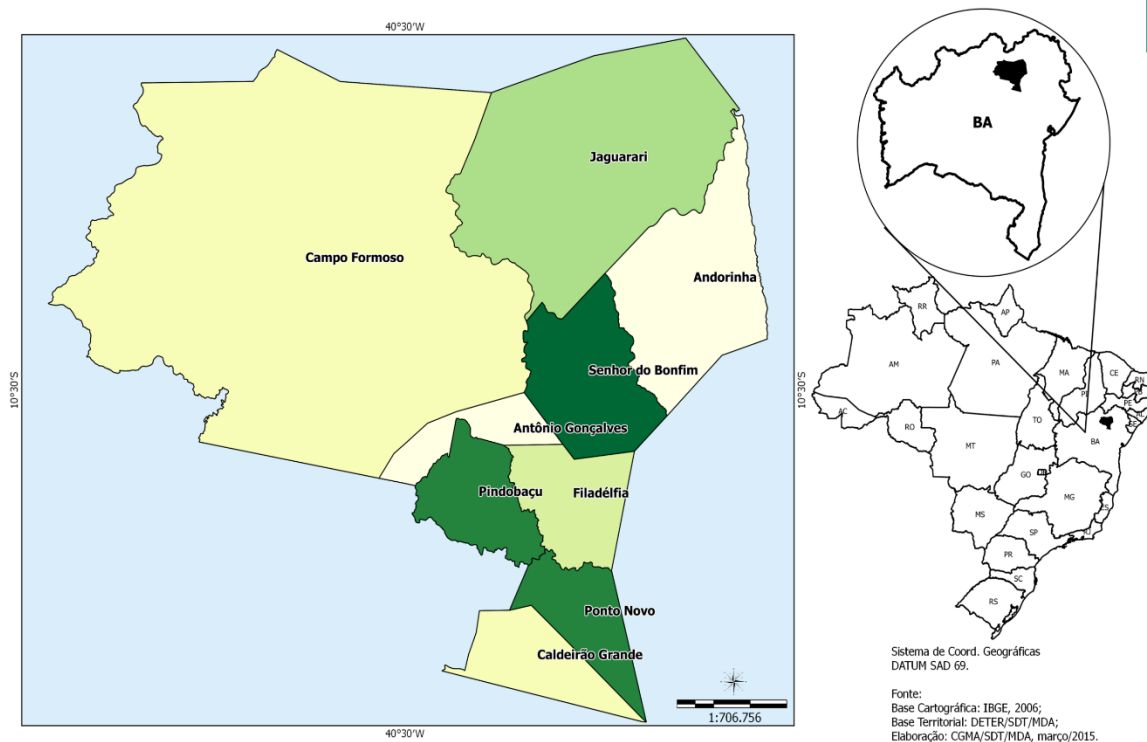
Figura 2 - Participação na Quadrilha Junina Ti-CO-Mia, Distrito Pilar, em Jaguarari/BA



Fonte: acervo pessoal.

O município de Jaguarari está localizado no Estado da Bahia, sendo um dos nove municípios que integram a região Piemonte Norte do Itapicuru, juntamente com Campo Formoso, Andorinha, Ponto Novo, Caldeirão Grande, Pindobaçu, Filadélfia, Antônio Gonçalves e Senhor do Bonfim, conforme as Figuras 3 e 4, a seguir.

Figuras 3 e 4 - Mapas que localizam o município de Jaguarari no Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru, situado no centro norte do estado da Bahia¹



Fonte: Sistema de Informações Territoriais - Caderno Territorial.

O município está localizado no centro norte do Estado da Bahia e tem população de 33.915 habitantes segundo censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2012². Composto por uma cidade sede e cinco distritos³, entre eles o Distrito Pilar, Jaguarari é reconhecido nacionalmente pela produção de minério de cobre realizada atualmente pela Ero Brasil Caraíba. Ainda no que diz respeito aos aspectos geográficos, a região conta com 44 povoados de

¹ No mapa da esquerda, a divisão dos nove municípios que compõem o Território de Identidade, dentre os quais destacamos Jaguarari na extremidade superior direita, na cor verde clara. No mapa da direita, em preto e branco, é possível perceber a posição do território em relação ao estado da Bahia. Ano: 2018.

² Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/jaguarari.html>>. Acesso em: 22 nov. 2022.

³ Nota-se uma inconsistência de informações quanto ao status de Distrito. Embora do ponto de vista administrativo – e que impacta diretamente o cotidiano da população – Pilar seja reconhecido como Distrito e Jacunã como um povoado, a Prefeitura Municipal enuncia no seu site oficial que Pilar seria apenas um Núcleo Residencial e lista os Distritos de Jacunã, Gameleira, Santa Rosa de Lima, Juacema e Flamengo. Disponível em: <<https://www.jaguarari.ba.gov.br/pagina/14>>. Acesso em: 22 nov. 2022.

características rurais nos quais ocorrem atividades relacionadas com a agricultura familiar, além de incentivos para criação de caprinos e ovinos.

A economia local é desenvolvida por meio de comércios em distintos setores, em que se encontram 1.563 empresas ativas de acordo com os dados fornecidos pelo Governo Federal⁴. Neste escopo, destaca-se que o município apresenta registro de um único empreendimento no campo cultural, relacionado ao ensino da Arte e Cultura, cujas atividades realizadas carecem de detalhamento⁵.

O município tem como um dos principais segmentos artístico/culturais as danças de expressão popular, tais como Quadrilhas Juninas, Roda de São Gonçalo e Samba de Palma. Essas práticas são extremamente representativas porque perpassam as gerações pertencentes a esse município e fomentam o cenário local, estendendo suas realizações nos mais diversos contextos – religioso, festivo, social e da expressão artística –, constituindo-se estruturas complexas.

O desenvolvimento da pesquisa tem como foco de interesse as experiências na de Roda São Gonçalo do Amarante e o movimento das Quadrilhas Juninas⁶. Com base neste recorte, a categoria de análise diz respeito às compreensões dos atores locais no que se refere às políticas públicas para a cultura em vigência, no âmbito Municipal e Estadual, como também na participação social, no que compete à organização do setor, suas demandas e diálogos com a esfera pública, se referindo à implementação e aplicação de legislações para o setor cultural – atuação importante nos processos decisórios para o campo.

As observações iniciais permitiram constatar diversos problemas práticos, a exemplo da inexistência de políticas para a dança, carência de políticas que compreendam os múltiplos modos de organização da cultura, insuficiência de

⁴ Disponível em: <<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/mapa-de-empresas/painel-mapa-de-empresas>>. Acesso em: 22 nov. 2022.

⁵ Disponível em: <<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/mapa-de-empresas/painel-mapa-de-empresas>>. Acesso em: 22 nov. 2022.

⁶ Este recorte foi estabelecido considerando sua pujança em distintas localidades do município, assim como o envolvimento do pesquisador, nascido na região, com estes movimentos. Vale ressaltar que a Dança de São Gonçalo foi objeto de pesquisa também do trabalho de conclusão de estágio no Curso de Licenciatura em Dança da UFBA, com o título “Dança de São Gonçalo e o Ensino Formal de Educação: metodologia de Ensino/ Prática das Danças Populares e Desenvolvimento Artístico Educacional na Rede Municipal de Ensino” (2014). Em relação às quadrilhas juninas, destaca-se que o Programa de Pós-Graduação em Dança conta atualmente com uma única dissertação defendida a respeito desta temática (PAULA, 2020) a qual deteve-se, entretanto, no recorte territorial da capital do estado.

participação social e de reconhecimento dos fazeres e saberes dos atores locais, apontando a ausência como fenômeno identificado entre as políticas culturais municipais. Também foram verificadas na fala dos interlocutores, insatisfações em decorrência da falta de estrutura mínima para o acontecimento dos fazeres.

Notou-se, portanto, a pouquidade na atuação do poder público municipal e estadual em suas diferentes áreas para o estímulo e garantias de sustentabilidade das realizações em dança nos mais diversos contextos. Deste modo, esta investigação busca compreender, além do percurso de fazedores culturais para garantir as suas práticas, as concepções presentes no campo das políticas culturais, elemento fundamental para o exercício de continuidade das atividades culturais e artísticas de Jaguarari. Nessa linha de raciocínio, a pesquisa lança as seguintes questões preliminares: existe por parte do poder público municipal reconhecimento dos agentes culturais locais? Estes agentes são considerados nos planejamentos relativos ao desenvolvimento da cultura local? Há alguma forma de colaboração dos agentes da dança do município na construção de políticas públicas para cultura? Estas perguntas iniciais viriam a contribuir para a formulação do problema de pesquisa, apresentado a seguir.

1.1 PROBLEMA

O campo das políticas culturais, objeto que vem ganhando destaque entre os estudos da cultura, se faz pertinente e relevante para esta pesquisa, para que possamos buscar entendimentos a respeito dos caminhos que a gestão pública municipal vem tratando as questões culturais, e com isso destacamos a participação social como maior obstáculo para a formatação de legislações e caminhos legais que apresentem garantias e meios para o acontecimento cultural local do município. Tal dificuldade ocorre pela falta de iniciativas que proporcionem interesse da população pelo campo das políticas culturais e outros estímulos que venham a convidar a sociedade para o envolvimento na gestão pública.

Destacamos o distanciamento entre os agentes da cultura e demais interessados sobre as instâncias governamentais e suas organizações, bem como da iniciativa privada. Ainda é possível citar a falta de contato e conhecimento no que diz respeito a espaços de formação e capacitação, a escassez de projetos, fóruns, seminários e outras configurações que discutam sobre a organização do campo

cultural. Citamos também a insuficiência do município em reconhecer a diversidade cultural apresentada, assim como o potencial participativo dos grupos em cultura popular como a Roda de São Gonçalo e a Quadrilha Junina.

Nesse sentido, a pesquisa lança também a questão: como articulações políticas e sociais podem contribuir para viabilizar a promoção da cultura local como potência, trazendo visibilidade para a produção cultural/artística do município de Jaguarari? Apoiando-se na pergunta apresentada, se faz possível traçar um panorama que traz a participação social e a sua relação com instâncias do poder público como objeto de importância na formulação de políticas culturais, bem como na aplicação das formulações legais que competem às legislações. Desta forma, visando contribuir na movimentação cultural, no avanço social e econômico do município, fomentando e evidenciando as experiências e o fazer cultural/artístico dos atores locais.

Assim sendo, a dissertação evidencia reflexões sobre os conceitos de Cultura, análise e contextualização das políticas culturais no município e tensionamentos no que diz respeito à participação social na formulação de políticas para o campo da Dança.

1.2 OBJETIVOS

Para tanto, delineamos como objetivo principal compreender as concepções vigentes na comunidade acerca do conceito de Cultura, assim como das políticas culturais presentes e/ou ausentes no município e as suas relações com os fazedores de Cultura.

Nessa linha de raciocínio, seguimos direcionando objetivos específicos com vistas a contribuir de maneira ativa para o crescimento cultural, social e econômico do município, a saber: documentar as ações relacionadas ao campo artístico/cultural como a Roda de São Gonçalo do Amarante e o movimento das Quadrilhas Juninas; reconhecer os percursos, fazeres e saberes dos atores locais; identificar os subsídios para manutenção da memória e da salvaguarda das manifestações artístico/culturais, o fomento e a fruição dos exercícios culturais; visibilizar as reivindicações de espaços e organizações que dialogam com a cultura no seu significado mais amplo e com as necessidades locais no viés artístico/cultural; e, por fim, colaborar, mesmo que

indiretamente, para o desenvolvimento cultural local apontando perspectivas para a formação, qualificação e atuação continuada de agentes da cultura.

1.3 PERSPECTIVA TEÓRICO-METODOLÓGICA

1.3.1 MÉTODO

Para o desenvolvimento desta pesquisa, adotamos o método descritivo analítico de caráter participativo e reivindicatório, levando em conta as realidades apresentadas na localidade. O compromisso da investigação com o interesse público, levando em conta as políticas culturais do Estado da Bahia, bem como as formulações pertinentes à Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Juventude, correspondente à Prefeitura Municipal de Jaguarari/BA, possibilitou a aproximação com o método da *pesquisa-ação*, consolidado nos campos da Educação, Comunicação e Ciências Sociais, e que vem sendo amplamente validada na pesquisa em Arte (DARRAS, 2012). Segundo Michel Thiollent,

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo e participativo. (THIOLLENT, 2011, p. 20)

Como sujeito implicado na pesquisa, foi proposto aos agentes locais o estabelecimento de uma colaboração por meio de estratégias e ações, tentando contribuir com o poder público para o desenvolvimento de políticas que pudessem fomentar a expansão das práticas em dança de maneira significativa. Vislumbrando que os impactos transformadores pudessem sugerir caminhos para outras linguagens que compõem o campo artístico/cultural do município. Justificamos deste modo a pertinência e adequação do método para o desenvolver e o avançar das proposições concernentes a esta pesquisa, que não se restringe a objetivos práticos.

Quando se trata de pesquisa-ação voltada para os problemas da coletividade, como, por exemplo, a organização do trabalho em mutirão, o acesso à escola ou à moradia, os objetivos práticos consistem em fazer um levantamento da situação, formular reivindicações e ações. São objetivos práticos voltados para se encontrar uma “saída” dentro do contexto. As soluções imediatas são selecionadas em função de diferentes critérios correspondentes a uma definição dos interesses da coletividade. Todos esses objetivos práticos não devem nos fazer esquecer que a pesquisa-ação, como qualquer estratégia de pesquisa, possui também objetivos de

conhecimento que, a nosso ver, fazem parte da expectativa científica que é própria às ciências sociais. (THIOLLENT, 2011, p. 27)

1.3.2 PLANO DE AÇÃO

Nas palavras de Thiollent, “para corresponder ao conjunto dos seus objetivos, a pesquisa-ação deve se concretizar em alguma forma de ação planejada, objeto de análise, deliberação e avaliação” (2011, p. 79). Considerando isto, é necessária a elaboração de um plano de ação que estabeleça: (a) pessoas envolvidas; (b) modos de relação destas pessoas com as questões; (c) responsabilidades quanto à tomada de decisões; (d) objetivos tangíveis; (e) perspectivas de continuidade; (f) formas de assegurar a participação; e (g) o modo de avaliar os resultados.

Nesta investigação, reconhecendo a responsabilidade pelas tomadas de decisão e condução da pesquisa, delimitamos a importância do envolvimento de pessoas que possuem diferentes formas de relação com a questão das políticas culturais – desde gestores da pasta referente à Cultura no município de Jaguarari às pessoas da sociedade civil na cidade, no Distrito de Pilar, no Distrito de Santa Rosa de Lima e em comunidades rurais como Bom Despacho, Cacimba Riacho do Caixão e Varzinha⁷. A participação de todas foi assegurada por meio de encontros no período entre março de 2021 e dezembro de 2022, nos quais foi possível observar os atores em seus fazeres, estabelecer diálogos informais, assim como realizar entrevistas semiestruturadas. A participação ocorreu mediante apresentação da pesquisa e consentimento expressos oralmente e formalizados por meio de Carta de Apresentação e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), disponíveis no Apêndice A.

As entrevistas foram realizadas presencialmente e *online* através de plataformas virtuais, gravadas em dispositivos eletrônicos e posteriormente transcritas conforme a tabela a seguir:

⁷ Estas localidades serão apresentadas de forma mais detalhada no primeiro capítulo da Dissertação.

Tabela 1 - Quadro referente à participação na pesquisa-ação

Seção do texto	Entrevistado/a	Data	Formato	Local
ANEXO A	Sr. Matheus Muniz, Secretário Adjunto da Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Juventude De Jaguarari/BA	17 de junho de 2022	Presencial	Município de Jaguarari/BA
ANEXO B	Tony dos Santos (TS) e Priscila Rodrigues (PR), Interlocutores das Quadrilhas Juninas do Município de Jaguarari/BA	28 de setembro de 2022 e 14 de setembro de 2022	Presencial e <i>online</i>	Município de Jaguarari e Distrito Pilar
ANEXO C	Genivaldo José Silva (Geninho) e Gilvan José (Vando), Guias da Roda de São Gonçalo, Moradores de Juremal – Município de Juazeiro da Bahia	18 de junho de 2022	Presencial	Comunidade rural Varzinha, Município de Jaguarari/BA
ANEXO D	Maria de Fatima, Marinalva, Mariza e Josefa, irmãs devotas de São Gonçalo do Amarante	18 de junho de 2022	Presencial	Comunidade rural Varzinha, Município de Jaguarari/BA
ANEXO E	Antônio Silva Santos e João de Deus dos Santos	18 de junho de 2022	Presencial	Comunidade rural Varzinha, Município de Jaguarari/BA
-	Gustavo Silva	12 de dezembro de 2022	Online	Comunidade Catuni
-	Regivaldo dos Santos, Gestor do Museu Nossa Casa, Nossa História	12 de dezembro de 2022	<i>Online</i>	Comunidade do Outeiro

Fonte: autor da pesquisa.

Assim, podemos destacar a participação de Joselany Ferreira, interlocutora da dança de São Gonçalo do Amarante e Tony dos Santos, coreógrafo e responsável por organizar atividades de Quadrilhas Juninas no município, além do envolvimento de outros interlocutores que fortaleceram a proposta com trocas de saberes. Entre os demais atores, citamos as contribuições do Sr. Maninho e da sua esposa, a Sra.

Glorinha, moradores do povoado Cacimba Riacho do Caixão e do gestor do Nossa Casa, Nossa História, Regivaldo dos Santos. Importa dizer que outros representantes locais estiveram participantes dos encontros e debates no que concerne o tema em análise e correspondem com significativas subvenções para o avanço da esfera cultural em Jaguarari.

Afim de atender aos objetivos estabelecidos de forma tangível, a pesquisa dedicou-se à análise de documentos relevantes da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Juventude e formulações da Secretaria Estadual de Cultura, como o Plano Estadual de Cultura do Estado da Bahia, a Lei Orgânica de Cultura da Bahia, além de arquivos, como os Planos Plurianuais, entrevistas dos gestores em canais de comunicação, divulgação de execuções em redes sociais digitais e apreciação de projetos organizados pela Secretaria Municipal de Jaguarari. As ações foram necessárias para confrontar os dados com os desejos, anseios e esperança dos atores locais, e tiveram como recorte temporal o período de 2007 a 2022.

Tais proposições evidenciaram os obstáculos existentes que impedem a reconfiguração do setor cultural do município. Citando alguns empecilhos, o campo cultural pertence a uma pasta composta por outras linguagens de interesse social, tais como Esporte, Lazer e Juventude, impedindo que haja atenção entre as demandas apresentadas por áreas específicas como, por exemplo, a da Dança. Assim sendo, ressaltamos como principais tarefas realizadas por essa Secretaria as atividades voltadas ao Esporte, compondo deveres que resvalam nas configurações voltadas ao lazer e mirando a prática esportiva como redentora para os jovens, aproximando-se do que estabelece o Decreto 10.531/20 publicado em outubro de 2020, que traça o Plano de Desenvolvimento do Brasil no período de 2020 a 2031, e apresenta como estratégia “amplificar o acesso à prática e a cultura do esporte educacional” (BRASIL, 2020). Em outras palavras, “nem toda prática esportiva (como o futebol o demonstra hoje à sociedade) leva à cultura” (COELHO, 2021, p. 117).

Outros obstáculos presentes no setor cultural do município se apresentaram pela total falta ou escassez de diálogos entre o poder municipal e privado com os agentes locais, a inexistência de espaços destinados ao fazer e manutenção cultural, – como prevê documentos legais de importância do Governo Estadual –, e ausência de reconhecimento dos coletivos, a exemplo do movimento de Quadrilhas Juninas como importantes contribuintes para o avanço do campo. Assim, notamos maior projeção de fomento nas práticas que estão ligadas aos cuidados com o corpo e

relacionadas ao bem-estar. Ocorre que essas medidas se tornam superficiais, não abarcando os distintos fazeres culturais presentes no município. Tal lógica induz interpretações de que as movimentações esportivas são atividades que atendem às responsabilidades no que confere as importâncias ligadas ao lazer e à juventude, atribuições da Secretaria Municipal. Também cabe apontar a ausência de leis, fundos e outras iniciativas que possam contribuir de maneira positiva para a ascensão cultural de Jaguarari.

Com esse propósito, a pesquisa se afirmou como um caminho de possíveis transformações e mudanças quando propôs aos atores da dança e gestores locais a comunicação como recurso oportuno para se atribuir pleitos e outras ações que tragam os movimentos culturais como relevância nas pautas políticas que definem o desenvolvimento do município. Para isso, visando as perspectivas de continuidade indispensáveis à pesquisa-ação, nos dedicamos a elaboração conjunta de um documento que compõe o capítulo final do estudo, com o propósito de apresentar ao poder público municipal e estadual, as dificuldades e carências que o setor apresenta, assim como apontar meios que viabilizem a continuidade das atividades culturais do município, pautados em leis que assegurem aos atores e demais membros da sociedade, o gozo das experiências geradas pelas manifestações locais. Expressões estas carregadas de significados, memórias e sentidos que contribuem para o campo de representação cultural do município e do Estado, além de fazer e refazer a história local, em caminho contínuo de transformação. Nesse sentido, reiteramos o desenho metodológico da investigação, cuja caracterização como pesquisa-ação é considerada pertinente segundo Thiollent (2011, p. 20):

[...] quando houver realmente uma ação por parte das pessoas ou grupos implicados no problema sob observação. Além disso, é preciso que a ação seja uma ação não trivial, o que quer dizer uma ação problemática merecendo investigação para ser elaborada e conduzida.

1.3.3 REVISÃO DE LITERATURA, ANÁLISE E DISCUSSÃO

Conforme mencionado anteriormente, destaca-se que as análises e discussões tiveram suas concentrações a partir do recorte temporal de 2007 a 2022, nos dando oportunidade de observar os caminhos tomados pelas políticas culturais no município e as relações com outras esferas de governo. No primeiro momento abordaremos

questões sobre Território e Identidade, tendo a proposta apresentada pelo Governo Estadual da Bahia em 2007 como mote para discussão. Autores como Silva (2014), Serpa (2015) e Guimarães (2008), fundamentam a discussão, onde tratamos de questões sobre identidade, a abrangência de políticas, estratégias e diálogos entre poderes, participação social e a relação cultural junto a ideia de território.

Ainda para o campo das políticas culturais, a pesquisa apresentou uma revisão sobre políticas culturais no Brasil, apontando importantes momentos para o setor, a evolução de políticas específicas para área cultural, abrangência em relação à diversidade cultural e formulações políticas para a dança. As provocações para essas observações e reflexões tomam volume junto a participação de pessoas autoras como Rubim (1996; 2000; 2007; 2011), Canclini (2001; 2019), Trevisan (2007), Simões e Vieira (2009), Santos (2018), Miguez de Oliveira (2000), Barbosa (2009) e Calabre (2009; 2014).

Apontando a importância em apresentar alguns conceitos sobre Cultura, a pesquisa dedicou-se a abordar o tema com suporte em perspectivas presentes em diferentes campos de estudo social, entre os quais podemos citar: Williams (2007), Botelho (2016), Coelho (2021), Bauman (2012), Roy Wagner (2012) e Cuche (1999). Nesse caminho, trataremos de uma apreciação das políticas existentes e/ou ausentes no município de Jaguarari/BA, tendo a *Sociologia das Ausências e das Emergências* apresentada por Santos (2002) como práxis responsável para essa observação. Neste campo, fica evidente a importância dos espaços de formação e capacitação de agentes da cultura, sendo assim nos apoiamos nas colaborações de Gohn (2011; 2015), Flores (2015) e Chauí (2014) para fomentar as discussões necessárias.

Com o intuito de elaborar um documento que ratifica a importância dessa pesquisa para o campo da Dança e as suas atividades no município de Jaguarari, a pesquisa contou com autores como Vellozo (2015), Guarato (2015; 2014) e Matos (2011) na fundamentação da proposta onde indique e apresente a dança como movimento cultural nas pautas políticas do município. Sendo assim, este trabalho dedicou-se a reconhecer as diferenças que representam a dimensão cultural, colaborando para o não desperdício das trocas sociais, reivindicando ofícios para o não apagamento das diversidades no seu sentido mais amplo que contribuem para mudanças, adaptações e ressignificações da cultura, e se lançou como intenção de estratégia para o campo das políticas culturais.

1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Esta Dissertação está organizada em três capítulos. No primeiro deles, intitulado **Território e Identidade**, são abordadas concepções sobre Cultura, assim como apresenta as estratégias para feitura do projeto intitulado Territórios de Identidade como unidade de planejamento das políticas do Estado da Bahia. Ainda neste capítulo é possível observar a composição das políticas culturais em esfera nacional e a sua relação com o Estado da Bahia e o município de Jaguarari, enfatizando o nascimento do Distrito Pilar/BA. Em seu último tópico, o capítulo apresenta as relações estabelecidas entre a Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Juventude junto às propostas políticas do Estado da Bahia, haja vista a Lei Orgânica de Cultura do Estado da Bahia e o Plano Estadual de Cultura do Estado da Bahia.

O segundo capítulo, **Danças populares no município: ausências e presenças**, aborda a composição dos grupos de dança que participam desta pesquisa, assim como os meios que esses atores percorrem para garantir suas práticas artísticas/culturais. Nesse sentido, é oportuno verificar quais têm sido as estratégias adotadas pelas políticas culturais da região no que compete à participação social dos atores locais e como esses indivíduos percebem a importância dessa tarefa junto às formulações responsáveis por assegurar parte da vida cultural local. Assim sendo, a pesquisa traz o mapeamento dos espaços culturais dispostos no município e o potencial que esses ambientes revelam no que diz respeito à área de formação e qualificação de agentes da cultura.

O terceiro capítulo, **Interlocutores e o devir: criações de redes para diálogo com o poder público municipal**, descreve e analisa as necessidades enfrentadas pelos atores da dança da região e propõe a formulação de um documento coletivo entre os membros envolvidos na pesquisa, tendo como intuito apresentar aos governantes das esferas municipais e estaduais a importância em se ter políticas culturais efetivas na região, assim como a potência dos fazeres que compõem a identidade local, fazendo-se representação não apenas do município, mas da cultura baiana e brasileira.

As **considerações finais**, com base nos principais elementos e percurso da pesquisa, manifestam suas limitações e contribuições ao campo da dança. Conclui-se que há um abismo entre poder público e a participação social no decorrer das análises, seja em detrimento das existências mínimas em políticas culturais apresentadas pelo município ou pela não articulação dos agentes da dança, refletindo em considerações que permeiam a pouca presença por parte dos atores e a falta de interesse do município em direcionar operações à população que envolva o campo de divulgação e diálogo sobre as políticas em prática.

Entre os resultados difundidos por esse estudo, foi possível registrar as demandas evidenciadas pelos atores locais, como a necessidade de espaços para formação e capacitação de agentes culturais, reconhecimento de valorização dos fazeres, salvaguarda e continuidade das danças populares, contribuindo no fortalecimento da cultura local. Tais observações tornam essa pesquisa um importante caminho de contribuição para o âmbito municipal, e até mesmo regional, a partir dos Territórios de Identidade que circunvizinham o município de Jaguarari, visibilizando a carência em políticas culturais para dança.

CAPÍTULO 1

TERRITÓRIO E IDENTIDADE

2.1 CONCEPÇÃO DE CULTURA

Nos tempos presentes, os tópicos acerca das políticas culturais têm se mostrado relevante objeto de análise em diversas áreas – alguns baseados nos marcos históricos, outros pautados em analisar a aplicabilidade e a formulação das legislações pertinentes ao campo, e outras abordagens que se fazem necessárias para o seu avançar no que tange o aporte para o alargamento das compreensões sobre o campo cultural e suas distintas formas de organização e representação.

Com a iniciativa de basear as compreensões que se fazem precisas para o desenvolver deste estudo, trataremos no primeiro momento, de maneira sucinta, algumas definições acerca dos conceitos de *Cultura*. Para começar, podemos mencionar os relevantes estudos apresentados por Williams (2007) quando discorre sobre o significado de Cultura e suas mudanças, decorrentes da sociedade moderna. Assim, apontado o empréstimo e o cruzamento da palavra entre diferentes línguas, sugerindo evoluções, como *Kultur*⁸, termo responsável por confrontar os ideais relacionados à corte, tendo a representação do movimento pautada por acadêmicos, artistas e filósofos alemães. No caminho para outras traduções e conceitos, alguns autores apresentam perspectivas que contribuem para que possamos acessar as vastas compreensões empregadas ao termo, abrangendo as noções a partir de outras áreas de conhecimento, visando um olhar para a multiplicidade que o campo pode representar.

Podemos apontar as formulações formuladas por Bauman (2012), quando traz uma perspectiva para que pensemos a cultura através de três conceitos: 1) O hierárquico, que estabelece conexão com as noções de cultura como algo herdado, tendo relação com a natureza, oferecendo a ideia do belo; 2) O conceito diferencial

⁸ *Kultur*: Inicialmente grafada com *Cultur*, tinha seu uso como sinônimo de civilização (cf. WILLIAMS, 2007). *Kultur* e *Civillité* apresentam significados distintos, conforme aponta Norbert Elias (1990) em "O Processo Civilizador". O primeiro, na perspectiva alemã, e o segundo, do francês e inglês. A noção de civilização cunhada a partir dessas duas perspectivas apontam com acepções diferentes. Os "alemães procuravam enfatizar as diferenças nacionais e as identidades particulares de seus grupos[...]" por outro lado, "civilização na acepção francesa e inglesa transmite a ideia de processo, algo que se move incessantemente 'para frente'".

que correspondente a um modo mais amplo de se perceber a cultura, seja nas relações estabelecidas entre grupos ou na percepção de outras áreas, como saúde e economia, mas que potencializa noções de cultura relacionadas ao intelectual; 3) e por último, o autor sugere a cultura como conceito genérico, apresentando o raciocínio de que não existe sociedade sem cultura, e cultura sem alicerce da sociedade. Para Bauman, a cultura se associa à liberdade, apontando para uma perspectiva que oferece ao homem o desafio de se reinventar e produzir novos significados. “A cultura, portanto, é o inimigo natural da alienação. Ela questiona constantemente a sabedoria, a serenidade e a autoridade que o real atribui a si mesmo” (BAUMAN, 2012, p. 301).

Nessa ótica, Roy Wagner (2012) observa a cultura como algo a ser inventado e observado. São os atos citados que trazem sugestões do que pode vir a ser cultura. É essa percepção que viabiliza falar sobre os fatos e feitos relacionados a alguma espécie, seja ela pertencente a um coletivo ou em sua forma individual. As formatações produzidas por tais configurações são responsáveis por gerar a ideia de diferença e variedade entre os seres. Nesse sentido, a palavra *cultura* infla-se de significados, seja pelos modos de ser e observar ou pelo cruzamento de costumes e ideais.

Podemos considerar que a palavra *cultura* se apresenta carregada de noções que ultrapassam as ideias de limite. Ela gesta, em suas definições, uma série de costumes, crenças, modos de ser, de se relacionar, de pensar, adaptar, ideologias, entre outros inúmeros aspectos, se tornando responsável por representar todas essas e outras formulações correspondentes a grupos sociais. Tais considerações fazem com que recorramos a Cuche (1999), quando nos oferece a seguinte reflexão:

A noção de cultura é inerente à reflexão das ciências sociais. Ela é necessária de certa maneira, para pensar a unidade da humanidade na diversidade além dos termos biológicos. Ela parece fornecer a resposta mais satisfatória à questão da diferença entre os povos... (p. 9)

Então, apontamos o que dizem Williams (2007) e Eagleton (2011) quando traduzem que cultura é uma das duas ou três palavras mais complexas. Os autores trazem a reflexão com base em sua língua materna, mas no contexto múltiplo que o Brasil representa é possível a identificação com a mesma complexidade. E assim, apontamos duas dimensões sobre cultura que levam as interpretações que nutrem essa pesquisa. As percepções partem do que Botelho (2016) discorre sobre aspectos

antropológicos e sociológicos. Mas antes de apontar essas duas perspectivas, a autora diz:

Dadas suas características estruturais, ambas devem ser objeto de responsabilidade compartilhada dentro do aparato governamental em seu conjunto. A distinção entre as duas dimensões é fundamental porque tem determinado tipo de investimento governamental em diversos países, alguns trabalhando com um conceito abrangente de cultura, outros delimitando o universo específico das artes como objeto de sua atuação. A abrangência dos termos de cada uma dessas definições estabelece os parâmetros que permitem a delimitação de estratégias de suas respectivas políticas culturais. (p. 20)

Fica compreendido que a vida cultural de um indivíduo vai além do que ele produz e com o que ele se relaciona, pois a complexidade que envolve essa relação do modo de ser e existir junto às questões de espaço e tempo nos faz pensar que:

A vida cultural do indivíduo não se faz apenas através do uso do chamado tempo livre e do dispêndio de dinheiro; ela comporta também atitudes em períodos dominados por elementos não culturais, como o tempo do trabalho e do transporte, por exemplo⁹.

Desta maneira é possível dizer que a dimensão antropológica corresponde aos costumes e valores que permeiam o nosso dia a dia, geram sentidos e significados para gestos e ações. O compartilhamento social entre indivíduos caracteriza valores materiais e simbólicos, capazes de influenciar relações temporárias com costumes e modos de ser “estabelecidas a partir de origens étnicas ou regionais, de campos profissionais ou culturais, de identidades de grupos ou gerações”¹⁰. Esta dimensão traduz feitos na relação familiar, na vizinhança, no trabalho e em outros âmbitos cotidianos.

A ótica antropológica confere sentido a “pequenos mundos de sentidos” composto por hibridações estabelecidas entre tempo e espaço, crenças e hábitos “nela, todos são produtores de cultura, pois ela se constitui como expressão dos sentidos gerados interativamente pelos indivíduos, funcionando como reguladora

⁹ *Ibidem*, p. 20.

¹⁰ *Ibidem*, p. 21.

dessas relações e com a base da ordem social”¹¹. Ainda nessa linha a autora apresenta:

Para que a cultura, tomada nessa dimensão antropológica, sofra alguma influência ou alteração por uma política, é necessária a alteração de realidades socioeconômicas a ponto de interferir nos estilos e na qualidade de vida de cada um¹².

Como dimensão sociológica, fica compreendido que existe certa indução sobre os modos de se relacionar com a cultura a partir da lógica institucional, onde as demandas são organizadas por meio de parcerias preestabelecidas entre meios profissionais, políticos e econômicos, objetivando alcançar metas e públicos específicos, sendo prática entre as políticas culturais que se tornam canais de distribuição de obras de Arte, cursos de capacitação, redes de financiamento, etc. Revelando que este aspecto tem propósitos estabelecidos como a apresentação de resultados pela “facilidade” em se programar e planejar estrategicamente. Assim, fica entendido que:

A dimensão sociológica se refere ao campo das institucionalidades, constituindo um circuito institucional. Nesse caso, a produção de sentidos é construída intencionalmente e, de modo geral, busca algum tipo de público, utilizando-se de linguagens específicas ou criando mediações também intencionais¹³.

O diálogo entre as duas dimensões se torna meio estruturante na elaboração de políticas públicas para o campo cultural. No entanto, Botelho (2016) salienta que são necessárias estratégias distintas para que esse diálogo ocorra, apontando entre elas a organização e atuação efetiva da sociedade.

E isso só é possível a partir de uma articulação das pessoas diretamente interessadas, unindo, pelos laços de solidariedade, demandas dispersas pautadas por objetivos comuns e formalizando-as de modo a dar essa visibilidade ao impalpável, em torno de associações de tipos diversos¹⁴.

¹¹ *Ibidem*, p. 24.

¹² *Ibidem*, p. 21.

¹³ *Ibidem*, p. 22.

¹⁴ *Ibidem*, p. 23.

Com base nas observações realizadas, direcionamos ao longo da pesquisa a atenção para o município de Jaguarari, considerando a multiplicidade de linguagens e expressões culturais que ele possui. Assim, com referência nos conceitos de cultura apresentados para conversar com esta pesquisa, observamos como têm sido articuladas as ações pertinentes às políticas culturais no município e a sua relação com as políticas do Estado, considerando verificar quais têm sido as estratégias e ações para o campo cultural, bem como a abrangência dessas políticas no território. Antes de avançarmos nessa direção, traçaremos uma sucinta revisão sobre as políticas culturais no Brasil.

2.2 POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL – UMA BREVE REVISÃO

O exercício de observar os movimentos que competem à esfera das políticas públicas culturais no Brasil possibilita o desenvolvimento de compreensões em como o setor vem se organizando ao longo dos anos. O percurso traçado para o avanço desta pesquisa visa apresentar de maneira resumida alguns dos principais movimentos que permearam e estiveram presentes nas políticas culturais no Brasil e como essa área contribuiu ou se projeta como meio oportuno para colaborações no campo cultural. Nos debruçamos com maior intensidade sobre as políticas culturais existentes e/ou ausentes no município de Jaguarari/BA, a fim de contribuir para o fomento e fruição das organizações e atividades na área da dança. Tendo essa problemática levantada, é possível lançarmos outro questionamento: como pensar políticas culturais para um distrito inventado?

Esta pergunta, que se destina a buscar elucidações acerca de uma determinada região, parece corroborar com o que Rubim (2007) sintetiza quando apresenta as três tristes tradições que nutriram e parecem continuar em certa medida como elos condutores das políticas culturais no Brasil atual: a ausência, autoritarismo e a instabilidade¹⁵. Tal realidade oferece margem e distanciamento do que se imagina o que pode vir a ser uma política cultural efetiva, onde Nestor Garcia Canclini (2001)

¹⁵ A compreensão proposta por Albino Rubim é uma contribuição estruturante para o argumento desta Dissertação, de modo que será desenvolvida ao longo do capítulo.

direciona provocações para que pensemos o campo de maneira ampla, evidenciando o caráter transnacional que o setor pode apresentar.

No olhar sobre os movimentos que formulam as legislações pertinentes ao campo cultural, podemos dar início citando a Missão Francesa no Brasil (1816), onde, com base em Trevisan (2007), apontaremos as primeiras tentativas do Estado para a organização da cultura no país. Evidente que tais propostas instituíram seus projetos com base na cultura europeia, potencializando o apagamento das culturas indígenas e negras, refletindo assim no desaparecimento de saberes e costumes destas identidades. Simões e Vieira (2009) argumentam que, um século mais tarde, os movimentos que caracterizam esse período (destaque para a década de 1920), têm em suas marcas incidentes como a sistematização de eventos e criações continuadas de organizações.

A partir dos anos 1930 se torna pertinente iniciar determinadas reflexões no que se refere às políticas culturais. O momento é marcado por um viés modernista e por instaurar as primeiras iniciativas de organização referentes à cultura. Entre os destaques, apontamos as propostas originadas por Mário de Andrade, convidado para assumir o papel de gestor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo (1935-1938), sendo responsável por ampliar a ótica cultural, elevando o campo para dimensões outras. Mário de Andrade também traduziu a importância e presença das atividades da cultura no campo social, sem distinção de classe, abarcando distintas áreas que o setor pode representar.

Ainda nos anos 1930, apontamos as contribuições de Gustavo Capanema (1934-1945) à frente do Ministério da Educação e Saúde, órgão subordinado ao governo Vargas. Os experimentos, apesar de inovadores para o período, conviviam e enfrentavam situações de opressões e censuras. Desta maneira, os anos 1930 é o momento em que Santos (2018) diz ser substancial no que refere a política cultural e a atuação sistemática do Estado.

Em um breve olhar e na tentativa de compreender as relações estabelecidas entre as formulações nacionais e as influências diretamente para o estado da Bahia, podemos citar o atraso do Estado, nos anos 1930, para acessar o modernismo proposto pela década, com exceção da parte sul que se destacava na produção do cacau e que financiava uma sociedade revestida por um viés elitista. Entre os movimentos culturais responsáveis pela implementação do modernismo na Bahia é possível citar a Poesia, como nos diz Miguez de Oliveira (2000) e Barbosa (2009).

Os anos seguintes são representados por um extenso avanço nos diferentes setores culturais. Calabre (2009) traz alguns exemplos tais como o movimento das Radionovelas e o Cinema. Rubim (2007) traduz o avanço do campo cultural entre 1945 e 1964 como esplendoroso e revela que o movimento que se relacionava com a ideia de desenvolvimento não divergia com as políticas culturais do Estado brasileiro, que daria início a uma ditadura militar.

É também nesse período que destacamos outros movimentos importantes. Entre os anos que marcam ações baseadas em perseguições políticas, censuras e opressões, podemos sinalizar a instalação do Ministério da Educação e Cultura (1953) e ações como a Campanha de Defesa do Folclore e o Movimento de Cultura Popular (1963), sendo o último apoiado por Paulo Freire. O movimento foi barrado em 1964 pelo golpe militar, como esclarece Rubim (2007).

Se faz oportuno, também, citarmos a criação do Departamento de Cultura, gerenciado por Anísio Teixeira na Bahia. No entanto, a dança, área de interesse para esta pesquisa, segue como um dos segmentos não citados, seja pelas políticas nacionais ou pelas estaduais, que se restringiam em certa medida à área do patrimônio. Interpreta-se que os investimentos relacionados ao campo cultural eram pautados em processos de tombamento e preservação de edificações, tarefas que estavam na alçada do Serviço Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN¹⁶, ainda na década de 1930. As noções de políticas culturais do Brasil, importadas da França, indicavam para perspectivas de patrimonialização dentro destes processos, algo que parece ser recorrente ainda hoje no território nacional.

Rubim (1996) nos convida a uma digressão temporal onde destacamos na Bahia articulações que se apresentam com potência até os dias atuais, quando esse autor destaca a importante tarefa, tendo Edgard Santos à frente da Universidade da Bahia, quando institui de forma pioneira as Escolas de Dança, Música e Teatro, entre os anos 1950 e 1960, se tornando a única Instituição de Ensino Superior (IES) no país a contar com as quatro linguagens artísticas.

No percurso relacionado às políticas culturais apresentado até o momento, destacamos oscilações de interesse do Estado Brasileiro por determinados movimentos culturais. No entanto a predominância das propostas configurava aspectos que muitas vezes se distanciam das realidades sociais e econômicas que

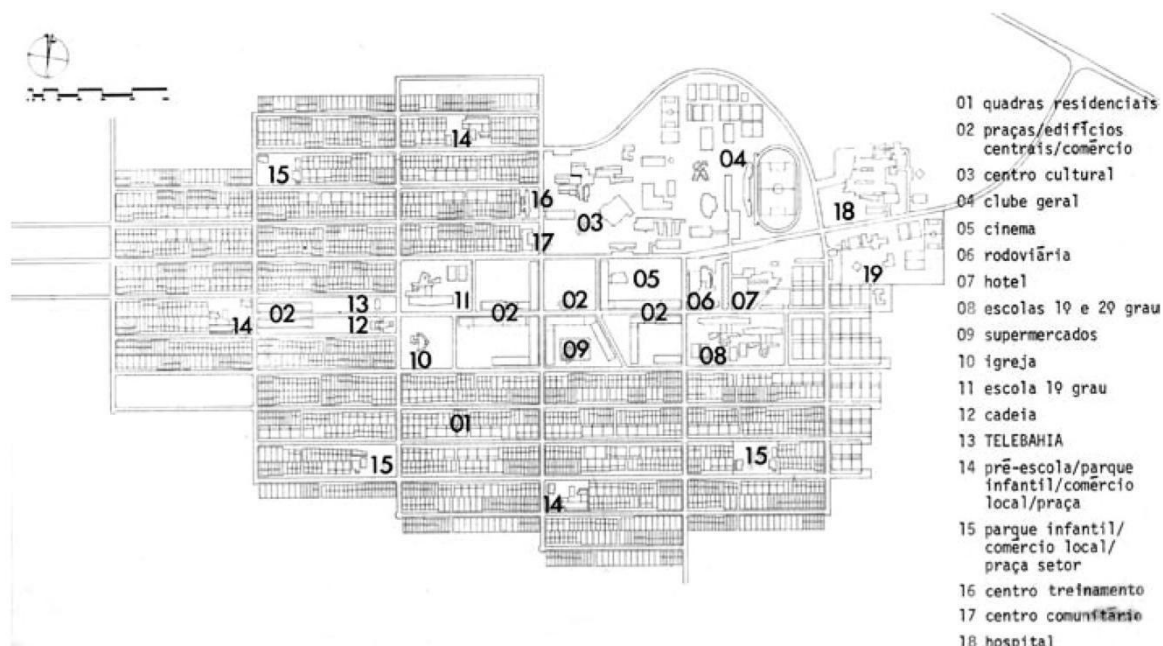
¹⁶ Agora conhecido como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

se apresentavam à época, se afastando das relações culturais estabelecidas no país e se aproximando de práticas e costumes importados, excluindo e inviabilizando a participação de determinados grupos sociais no que se era articulado enquanto prática cultural. As manifestações oriundas da zona rural, distantes das políticas culturais em prática nos períodos já citados, buscavam resistência para a continuidade. Além disso, estes grupos se depararam com outra problemática decorrente da migração de membros das comunidades para as grandes cidades, caracterizando ações como o êxodo rural, que podem contribuir para o desaparecimento de algumas manifestações em comunidades com menor desenvolvimento.

Ainda partindo das provocações que os anos 1960 lançam para o campo político no Brasil, destacamos um importante evento para esta pesquisa. Conhecido como milagre econômico, o período entre 1960 e 1970 caracterizou-se pelo forte impulso na feitura de grandes obras, entre elas a construção da atual Ero Brasil Caraíba, reconhecida como a quarta maior produtora de cobre do país. Em 2018, a empresa se destacou com a produção nacional do minério que vem a originar o então Distrito Pilar, em Jaguarari/BA, ponto de partida para as discussões que essa pesquisa visa levantar ao decorrer do seu desenvolvimento. Vale informar que o Distrito Pilar teve a sua construção projetada inicialmente para os colaboradores do serviço de mineração, onde eram convidados a residir no distrito, podendo ocupar uma das residências oficiais da empresa a partir do tempo acordado pelo contrato de trabalho.

No projeto idealizado por Joaquim Guedes, foram desenhados espaços que dialogavam com as políticas culturais instituídas no Brasil e possivelmente contribuíram para a agitação cultural dos moradores que se deslocavam nos processos migratórios de diferentes regiões do país. Entre as instalações que constam na planta original do Distrito, destacamos a presença de espaços como Cinema, Centro Cultural e Quadras Poliesportivas, mas no decorrer do tempo as instalações que seriam destinadas ao movimento cultural permaneceram apenas no projeto inicial do Distrito, com exceção das quadras esportivas.

Figura 5 - Planta Original do Núcleo Residencial Pilar - Jaguarari/BA. Ano: 1976



Fonte: acervo do arquiteto Joaquim Guedes.

Figura 6 - Registro panorâmico do Núcleo Residencial Pilar - Jaguarari/BA. Ano 1976



Fonte: acervo do arquiteto Joaquim Guedes.

Outra problemática surge a partir desse momento da história política de Jaguarari. Com a forte atividade extrativista apoiada no minério de cobre, o município

não tinha atenção devida em políticas culturais postas nas diferentes instâncias do poder público, tendo nas suas atividades o intuito apenas de trazer o Estado da Bahia o status de maior produtor de minério de cobre.

A chegada de novos habitantes na região, na sua maioria vindos da região Sudeste do Brasil, não contribuiu para os acontecimentos culturais locais que tinham características rurais e revelavam dimensões segregadoras, sobretudo de classe e raça, que se fazem presentes até os dias atuais através do desenvolvimento urbano. Ainda nessa lógica, torna-se oportuno citar o avanço educacional da região, que inicialmente era composto por duas unidades educacionais: uma voltada para os filhos de colaboradores de cargos superiores, tendo suas atividades pautadas no ensino particular; e seguida de uma unidade pública, dirigida pelo Estado da Bahia e voltada para os filhos de colaboradores de menor grau educacional.

A partir desse momento, as políticas nacionais e estaduais apresentavam formulações que caminhavam para uma direção midiática. A Bahia seguia em passos lentos para essa direção, onde, segundo Rubim (2000; 2007), nesse momento as ações culturais relacionadas ao movimento escolar-universitário da época perdiam espaço com aparecimento das emissoras de comunicação entre 1964 e 1970. O movimento acaba incentivando um processo de êxodo artístico em decorrência das atividades oferecidas pelo eixo Rio de Janeiro e São Paulo, que se destacava no crescimento da indústria fonográfica, televisiva e editorial, como nos diz Calabre (2009). Tal processo provoca a valorização dos movimentos negros que ocorriam em bairros da capital baiana; são os blocos afros e indígenas de carnaval responsáveis por reacender a efervescência cultural do Estado da Bahia na década de 1970.

Tornando visível algumas semelhanças entre os movimentos correntes na capital e no município, é possível citar o apagamento da população indígena e dos seus modos culturais, bem como a escassez de apoio para a comunidade quilombola de Tijuaçu, ambas pertencentes ao que viria a se constituir em 2007 como Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru, conforme explicaremos mais adiante. Destacamos que importantes instituições como a Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB), criada em 1972, destinava grande parte das suas ações para o campo cultural relacionado ao patrimônio, tendo as atividades centralizadas em Salvador e cidades do Recôncavo, desassistindo a produção e efervescência cultural de outras regiões, prática que ainda se mostra recorrente.

Buscando referência em Rubim (2007), quando nos apresenta a instabilidade como uma das heranças da política cultural brasileira, observamos que as diferentes épocas que aqui abordamos trazem consigo aspectos os quais se tornam relevantes na busca de compreensões. A exemplo da relação das políticas públicas com as ditaduras, onde se torna evidente o caráter autoritário, desigual e elitista. Outro ponto a se observar é o momento em que o Estado abdica do seu papel a partir das Leis de Incentivo, se lançando como proposta neoliberal que em certa medida contribui para a invisibilidade das culturas rurais e outras múltiplas linguagens, evidenciando apenas as culturas que ocorrem nos centros urbanos em desenvolvimento. Contudo, é necessário trazermos que é também no período da ditadura, em 1975, que importantes instituições responsáveis pela organização da cultura são implementadas no país como a Fundação Nacional das Artes (FUNARTE).

Partindo da perspectiva da ausência, apontaremos a tarefa da participação popular – movimento que ganha destaque de maneira ativa e organizada nos anos 1980 e marca o campo das deliberações e participação pública junto às formulações pertinentes às políticas públicas de alguns setores. Santos (2018) nos conduz a compreender que os exercícios de participação social são pautados a partir dos movimentos relacionados aos conselhos populares e de políticas públicas. Ainda com base no autor, as ações provenientes das organizações sociais contribuíram para a participação da sociedade civil em espaços de gestão pública.

É então em 1988, com base na Constituição Brasileira, que a participação da sociedade civil junto à gestão pública é ampliada, como nos diz Santos (2018). Ainda nessa década, podemos apresentar a formulação do Ministério da Cultura (MinC) em 1985 – mas vale lembrar que o avanço obtido com sua instalação acaba sendo interrompido na gestão Collor de Mello (1990-1992), sendo anos mais tarde reinstalado novamente e agregando em suas ações a participação do Conselho Nacional de Políticas Culturais, no Governo Itamar Franco (1992-1995). Ainda com referência no MinC, destacamos como instabilidade as diversas trocas que a instituição enfrentou entre os anos 1985-1994, durante os governos Sarney, Collor de Mello e Itamar Franco.

Após traçarmos as primeiras análises entre as formulações que fomentam a participação social, fundamental para esse campo, salientamos a ausência de representações dos diferentes modos culturais que ocorrem no município de Jaguarari. As lacunas existentes nas articulações entre os atores locais podem

ocorrer, em certa medida, pela falta de atividades e organizações na localidade, a exemplo do Plano Municipal de Cultura e do Fundo Municipal de Cultural, ou de outros incentivos que visam estimular a organização do setor, a exemplo da formação e qualificação dos atores locais.

A partir dos levantamentos apresentados, é pertinente falarmos do momento em que as políticas culturais e as interpretações sobre o campo cultural ganham outro destaque dentro das ações vindas do Estado. É no governo Lula (2003-2010) que a cultura e as suas diversas formas de se apresentar e ser promovida se reconfigura. Enfatizamos que esse governo se depara com um programa de Estado que tinha como maior ação promovida o campo das Leis de Incentivo – a princípio pela Lei n.º 7.505 de 1986, configurada como a primeira lei de incentivo fiscal, conhecida como Lei Sarney, extinta durante o governo Collor; e em seguida, a Lei n.º 8.313 de 1991 – a popular Lei Rouanet –, configurando ações de um estado mínimo e com características neoliberais, como nos apresenta Calabre (2014).

São nas vias opostas que o governo Lula interage e elabora ações para o campo cultural. Entre as diversas estratégias adotadas, ressaltamos as configurações que tinham como interesses em suas pautas, a participação social como importante meio para formular legislações para o setor da cultura. Já no primeiro mandato é possível frisarmos importantes ações organizadas pelo Ministério da Cultura (MinC), que contou com a colaboração do músico Gilberto Gil (2003-2008) e, em seguida, dirigido por Juca Ferreira (2008-2010). Entre as diversas tarefas realizadas pelo MinC, evidenciamos a partir das contribuições de Calabre (2014) a interação do órgão com importantes institutos de pesquisa como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), que tinham como estratégia sistematizar informações sobre o campo cultural. Os diálogos ocorriam entre os Institutos e a Secretaria de Políticas Culturais (SPC), vinculada ao MinC.

As interações estabelecidas entre essas instituições protagonizaram importantes tarefas para o setor, a exemplo das atividades relacionadas à Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) que apresentavam informações sobre leis, conselhos, equipamentos etc., dando início a estruturação do Sistema Nacional de Cultura, como apresenta Calabre (2014). Ainda segundo a autora, é possível notarmos a visão autoritária e unidirecional para políticas culturais que alguns gestores municipais apresentam, além do baixo índice de conselhos, ações, fundos e

leis, tensionando quais os conceitos sobre políticas culturais são estabelecidos em alguns municípios.

Outros eventos que realçam a participação social na implementação das políticas culturais e a aproximação de diálogo com o MinC, foram: a 1ª Conferência Nacional de Cultura; a elaboração do Plano Nacional de Cultura; Conferências Estaduais e Municipais; o desenvolvimento do Plano Nacional de Cultura; a Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural e o Programa Cultura Viva, que se espalhou por vários estados.

O MinC e as formulações que competem ao órgão entraram em diálogo com a gestão do Governo da Bahia em 2006, quando foi criada a Secretaria de Cultura do Estado na gestão do Governo Jaques Wagner, destaca-se que anteriormente, o Estado contava com a Secretaria de Turismo e Cultura. O desmembramento das pastas proporcionou aos setores se organizarem de maneira autônoma. A Secretaria então se alinha ao MinC, tendo como linhas de atuação a diversidade, democratização, descentralização e diálogo, indicando a valorização e o desenvolvimento cultural do Estado. Como reflexo da parceria entre as instituições, o Estado da Bahia também realizou a publicação de editais que tinham vagas destinadas aos territórios de identidade, além da realização de conferências que traziam a ideia de território e município como princípio de atuação.

Assim, destacamos as atividades propostas por esse governo e os alinhamentos com Estados e municípios como ponto chave para possíveis definições acerca de uma política cultural efetiva. Notamos o enfrentamento e um papel ativo por parte do Estado, no que se refere a implementações junto a participação social. Também observamos críticas ao sistema que predominava com as leis de incentivo e o desenvolvimento de políticas pelo Estado Brasileiro, trazendo o campo das culturas para uma realização democrática, potencializando os sentidos sobre a área e o aumento de atuação do Ministério em parceria com a sociedade e outros órgãos.

O período seguinte, comandado pela Presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), se depara com a organização da cultura tendo como elos de acontecimentos as instâncias Federal, Estadual e Municipal, e a latente contribuição da sociedade nas formulações para a área cultural. O desafio para esse governo era propor a continuidade dessas ações e aprimorar o campo das políticas culturais no território nacional. Nesse período a gestão do MinC foi realizada por Ana de Hollanda (2011-2012) e Marta Suplicy (2012-2014), e caracterizou-se por ações no campo das

inovações para o Audiovisual, Educação e Economia Criativa. No entanto, também se caracterizou por descontinuidades que vieram a contribuir para a redução político-cultural do ministério. Apresentamos como nota que ainda na segunda gestão do governo Dilma (2015), Juca Ferreira é novamente convidado a assumir a pasta da Cultura, tornando inviável o desenvolvimento do projeto por decorrência do golpe de 2016.

A partir desse momento, o Brasil sofre com o vasto apagamento cultural que os próximos governos tendem a oferecer à sociedade. Estabelece-se então uma lógica que imprime a ideia de guerra cultural, nos transportando para décadas atrás, onde tortura social, apagamento de memória cultural, fechamento de instituições, a desvalorização da diversidade cultural apresentada pelo território brasileiro e tantas outras ações, preenchem a pauta das discussões políticas. O MinC entrou em extinção e a área da cultura ficou representada por uma Secretaria que contou com seis dirigentes em pouco mais de três anos.

As poucas ações que permanecem, de alguma maneira, nutrindo o campo ocorrem por parte de alguns governos estaduais e municipais, e em tempos recentes, por incentivos conquistados pelos agentes da cultura representada por diversas linguagens e campos. Através de lutas e movimentos conquistaram a aprovação da Lei Aldir Blanc I e II - lei de incentivo em âmbito nacional (também chamada Lei Aldir Blanc de Emergência Cultural) a partir de 2020. Outra conquista recente decorrente da organização do setor cultural é a Lei Paulo Gustavo em 2022.

O levantamento dessas informações oferece caminhos e contribuições para que cheguemos ao campo das compreensões sobre as políticas culturais no Brasil, e como a organização das legislações e diretrizes pertinentes ao campo da cultura são vistos e interpretados no Município de Jaguarari/BA. O recorte apresentado sobre as políticas culturais do Brasil fornece não apenas direção para as análises que essa pesquisa visa desenvolver, mas colabora com possíveis ações que podem ser importantes para o avanço e o desenvolvimento cultural do município e de outras regiões do Estado.

2.3 A CONCEPÇÃO DE TERRITÓRIO DE IDENTIDADE (TI) NO ESTADO DA BAHIA E O TI PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU

Para compreendermos as especificidades do Piemonte Norte do Itapicuru, é importante contextualizar a noção de Território de Identidade consolidada no Governo do Estado da Bahia. Cabe expressar que o programa adotado pelo governo baiano se origina com base na proposta apresentada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), onde a partir de Serpa (2015) é possível dizer que:

[...] o processo de regionalização se norteou por procedimentos que pretendiam "revelar" os diferentes territórios inspirados na regionalização do país em territórios rurais pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário a partir de 2003. (p. 20)

O programa teve a sua articulação voltada para a agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável. Na proposta apresentada pelo MDA, o poder público municipal se apresenta como esfera micro na construção de possibilidades que levem ao desenvolvimento, e articulações realizadas junto ao Governo Estadual permitiria planejamentos com maior alcance junto aos diferentes elementos que constituem uma região. Assim, cabe dizer que

[...] o território é percebido pelo MDA como a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições que podem ser mobilizadas e convertidas em um trunfo crucial para o estabelecimento de iniciativas voltadas para o desenvolvimento. (LIMA, 2011, p. 136)

A Bahia contava à época, com políticas elaboradas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e tinha como governador Jaques Wagner, que se aproximava das propostas apresentadas pelo Governo Federal. Para Pomponet (2012):

A proximidade do Partido dos Trabalhadores com a Coordenação Estadual dos Territórios (CET), entusiasta da política territorial e uma das principais articuladoras da estratégia na Bahia, que contribuiu decisivamente para a consolidação dos Territórios de Identidade. (p. 58)

Na Bahia, a proposta de Territórios de Identidade se apresenta pela primeira vez em 2007, quando sancionada a Lei n.º 10.705, em 14 de novembro. Após isto, a

Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), a partir do marco legal, lança o Plano Plurianual para o período 2008-2011. Convém mencionar que a legislação referida reconhecia 26 Territórios de Identidade e 417 municípios. Anos mais tarde, se reapresenta como Lei n.º 13.468, sancionada em 29 de dezembro de 2015, configurando o reconhecimento de 27 territórios e a permanência do mesmo número de municípios. Compete dizer que a partir das legislações reveladas, foram instituídos dois Planos Plurianuais (PPA): o primeiro configurando vigência entre 2008-2011 e o segundo entre 2016-2019.

A formulação do PPA para o quadriênio 2008-2011 se mostrou pioneira no Estado da Bahia quando propôs a participação social em sua elaboração. Nas gestões anteriores ao governo responsável pela implementação dos TIs, era possível perceber que as ações adotadas partiam de um viés neoliberal que priorizava apenas interesses econômicos, tornando o plano uma estratégia inovadora na organização das suas metas e objetivos. Na tradução do que o PPA representa dentro das formulações de um governo, recorreremos às contribuições de Pomponet (2012) quando diz:

O PPA é um documento estratégico cujo conteúdo contempla o conjunto de políticas públicas que afetam a vida da população: temas como saúde, educação, saneamento, desenvolvimento urbano, meio ambiente e infraestrutura são objeto de iniciativas constantes no plano. Nele, essas iniciativas organizam-se através de programas que, por sua vez, desdobram-se em ações. Embora a nomenclatura, a concepção e a estrutura do plano variem a cada período de vigência e de acordo com o entre federativo, normalmente é a mais utilizada ao longo dos anos. (p. 46)

Nessa direção, chega em um primeiro momento a compreensão de que a proposta apresentada pelo governo estadual em relação aos TIs corresponde às ações que tenham as suas formulações, organização e realização a partir do diálogo entre a gestão pública e sociedade. As observações ficam em evidência na redação que compõe o documento, quando apresenta o seguinte:

A utilização do conceito de Território de Identidade facilitará a articulação entre as ações desenvolvidas pelo Governo do Estado e os programas federais, com rebatimento no território baiano, bem como a diretriz de integração entre governo e sociedade. (BAHIA, 2007, p. 55)¹⁷

¹⁷ Plano Plurianual da Bahia, 2008-2011.

Salienta dizer que as formulações pertinentes ao PPA estão ligadas ao que esclarece e prevê a Constituição de 1988, onde aponta-se como base as Leis Orçamentárias, a exemplo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), onde recorreremos mais uma vez a Pomponet (2012) no intuito de esclarecer quais as determinações as legislações apresentam. Como segue:

A Lei de Diretrizes Orçamentárias funciona, no ciclo orçamentário, como instrumento de ligação entre o Plano Plurianual, que desempenha o papel de elemento estratégico, com a Lei Orçamentária Anual, que viabiliza a execução daquilo que se concebeu na dimensão estratégica. (POMPONET, 2012, p. 47)

Já no que diz respeito à Lei de Orçamentária Anual, o autor afirma:

A Lei Orçamentária Anual, por sua vez, é o elemento que materializa os investimentos previstos no Plano Plurianual. Com vigência anual, deve ser encaminhada ao Legislativo, pelo Poder Executivo, até o dia 30 de setembro¹⁸.

Entendido os princípios que nortearam a proposta apresentada como unidade de planejamento e como ocorre parte da sua organização, apresentamos alguns conceitos adotados entre as secretarias que compõem a estrutura do órgão quando se referem aos Territórios de Identidade. A saber:

O Território de Identidade é uma unidade de planejamento de políticas públicas, constituído por agrupamentos identitários municipais, geralmente contíguos, formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos, reconhecido pela sua população como espaço historicamente construído ao qual pertencem, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial, conforme disposto no Plano Plurianual (BAHIA, 2007).

Segundo a Superintendência de Estudos Econômicos (SEI):

O conceito de Território de Identidade surgiu a partir dos movimentos sociais ligados à agricultura familiar e à reforma agrária, sendo posteriormente adotado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário

¹⁸ *Ibidem*, p. 48.

para a formulação de seu planejamento. A adoção como unidade de gestão para o estado da Bahia foi ajustada conceitual e metodologicamente para a formulação do planejamento em todas as dimensões, incluindo a realidade urbana e as atividades dos setores econômicos secundário e terciário. (BAHIA, 2007)

A Secretaria Estadual de Cultura (SECULT/BA) resolve utilizar a mesma formatação apresentada pelo SEI e argumenta que: a SECULT/BA assumiu a Política de Territorialização da Cultura, em todas as suas instâncias, em atenção à diversidade de manifestações culturais dos Territórios de Identidade. A tentativa do governo em ampliar os sentidos acerca das noções do que território e identidade configuram dentro da política de distribuição de ações, parece reduzida junto ao que Serpa (2015) apresenta quando mostra que a revelação dos territórios em um primeiro momento ocorre “naquelas regiões onde predomina a agricultura familiar” (p. 21).

Outro fator que parece predominar e ser utilizado no reconhecimento dos territórios está ligado ao desenvolvimento econômico que cada município presente nas regiões apresenta. Para Serpa (2015), parece ser esse o sentido que fundamenta na escolha do nome de cada território, ele diz:

O que parece embasar o nome do território não é a ideia de identidade territorial, mas sim os conceitos de cidade polo e de polarização, base para regionalização de cunho mais econômico, como aquela dos eixos de desenvolvimento, anterior a regionalização institucional atual¹⁹.

Conforme mencionamos na Introdução desta dissertação, a região Piemonte Norte do Itapicuru, é composta de nove municípios de características e produções econômicas distintas: Campo Formoso, Jaguarari, Andorinha, Ponto Novo, Caldeirão Grande, Pindobaçu, Filadélfia, Antônio Gonçalves e Senhor do Bonfim. O distrito de Pilar, pertencente ao município de Jaguarari/BA²⁰, ganha destaque na região pela notável produção de minério de cobre, tornando a localidade expressiva graças à sua produção econômica. No entanto, as estratégias de distribuição de ações para cultura se estabelecem na cidade de Senhor do Bonfim, maior cidade entre as que compõem o território, detendo o único aparelho público estadual destinado à cultura, interação

¹⁹ *Ibidem*, p. 21.

²⁰ Além de Pilar, Jaguarari conta ainda com os distritos de Flamengo, Gameleira, Juacema e Santa Rosa de Lima, e mais de quarenta povoados.

com programas de formação, qualificação e desenvolvimento de espetáculos de múltiplas linguagens na região.

Assim identificado, cabe dizer ainda com as colaborações de Serpa (2015) que

[...] a regionalização em territórios de identidade não descentralizou os recursos investidos, contrariando uma das máximas da política territorial estadual: a descentralização da ação do estado em direção aquelas unidades territoriais menos favorecidas em regionalização e políticas anteriores²¹.

Convém ressaltar que as regiões que compõem o TI em análise são localidades de características rurais que predominam a maior parte da extensão territorial e que o deslocamento dos povoados para a cidade sede acaba inviabilizando a participação de grande parte da sociedade nas tentativas de promoção da cultura ofertadas na região. Outro ponto a se ressaltar é a falta de reconhecimento por parte do poder público sobre as reais necessidades vividas pelas comunidades e suas manifestações, fatores que representam questões ligadas à identidade local.

Tal ponto faz com que consideremos aspectos simbólicos e que estão relacionados diretamente com o contexto apresentado por outras regiões do território e que não compõem diálogo direto com os aspectos que nortearam a identificação de cada região. Podemos citar a expressão cultural oriunda do Distrito de Flamengo, na confecção de carrancas; os Tocadores de Pífano, do povoado Catuní; ou as Artesãs do Jacunã e seus fazeres, tendo a palha como principal insumo criativo; e as práticas da etnia indígena Taxauá, ambos pertencentes ao município de Jaguarari. Também cabe citar o Samba de Lata da comunidade quilombola de Tijuaçú; pertencente ao município de Senhor do Bonfim e tantas outras expressões que caracterizam as diferenças que nutrem o território, onde compreenderíamos que a “identidade é, assim, marcada pela diferença” (SILVA, 2014, p. 9). E, assim, fica “fácil compreender, entretanto, que identidade e diferença estão em uma relação de estreita dependência” (SILVA, 2014, p. 74).

²¹ *Ibidem*, p. 29.

2.4 DISTRITO PILAR E POLÍTICAS CULTURAIS: POLÍTICAS ENTRE ESTADO E MUNICÍPIO

Compreender as relações que vêm sendo desenvolvidas pela Secretaria Municipal junto a outros órgãos públicos torna a discussão do tema em análise mais desafiadora. Situamos que a então Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Juventude até pouco tempo atrás tinha sua funcionalidade como departamento junto à pasta destinada à Educação, reduzindo os seus exercícios e a ampliação de estratégias para o avanço do campo cultural²².

Na composição que hoje representa a pasta da Cultura, Esporte, Lazer e Juventude do município são alocados o Gerente de Cultura, a Secretária e o seu Secretário Adjunto, e Coordenadores de Cultura em outras localidades, como é o caso do distrito Pilar/BA. No intuito de estreitar laços com a gestão e buscar entendimentos sobre as linhas de ação que estão sendo adotadas e as suas relações com as políticas e marcos legais formulados pelo Governo do Estado da Bahia, alguns diálogos foram realizados. Conforme mencionamos na Introdução, para fins de coleta de dados iremos recorrer às entrevistas realizadas com o Secretário Adjunto de Cultura do município, a Coordenadora de Cultura de Jaguarari e o Coordenador de Cultura do distrito Pilar²³.

Já no princípio da conversa o representante municipal informa que o município não possui nenhum tipo de equipamento que trate do acervo histórico da região. Segundo ele, não existem fotos, vídeos ou qualquer tipo de material que estabeleça relação com o desenvolvimento histórico local. Entretanto, vale salientar a importante tarefa realizada pelo Museu Nossa Casa, Nossa História e do Museu do Vaqueiro²⁴,

²² Cabe dizer que por falta de atualização do site da prefeitura municipal a Secretaria permanece vinculada à página oficial da educação.

²³ Entrevista com o Sr. Matheus Muniz, secretário adjunto de cultura do município na gestão 2021-2024, realizada presencialmente em 17 de junho de 2022 em Jaguarari/BA.

²⁴ Sob coordenação de Danilo Rodrigues. Situado em Santa Rosa de Lima, o museu é construído a partir da doação de móveis, de histórias e outros objetos, promovendo à população prestigiar sua própria história por outra ótica. Proposta semelhante ocorre no povoado Outeiro, com o Museu Nossa Casa, Nossa História, que junto à comunidade fomentam as atividades culturais em um espaço que tem a sua estrutura de taipa na qual é possível a observação de documentos iconográficos que revelam a trajetória de figuras importantes para essa comunidade, materiais minerais e outros objetos, como acordeons, roupas e cerâmicas organizados por Regivaldo dos Santos.

nas localidades do Outeiro e Santa Rosa de Lima, pertencentes ao município de Jaguarari.

No decorrer do diálogo também fica evidente a falta de políticas que tenham como proposta a continuidade de ações culturais, que devem se estender a outras secretarias que representam importâncias sociais. Conforme afirmação do Secretário, a troca de gestão governamental ou de pessoal acaba dando término às práticas que estavam sendo realizadas, no qual os documentos legais são descartados, dificultando o tratar sobre determinados dados que são interessantes para o tema em análise – um triste sintoma da instabilidade das políticas de nosso país, que tendem a ser mais atreladas aos governos do que asseguradas pelo Estado. Perguntando sobre a importância de um espaço cultural que dialogue com o desenvolvimento do município em seus amplos contextos, o representante municipal esclarece:

É importante enquanto política pública cultural do município, independente de qualquer gestão política que entrar, a gente ter um acervo em Jaguarari, uma casa de cultura, algo que preserve a memória. A gente está lutando por isso; que preserve a memória independente de gestão²⁵.

No primeiro momento compreende-se que a pasta tem dimensão das suas responsabilidades, mas não demonstra atuação condizente com o que se espera ou com o que se apresenta como necessidade para o município, entre elas, assegurar o direito dos cidadãos de acessar e identificar a memória local, seja em acervos iconográficos, documentos ou outros patrimônios que pertençam a região, gerando um ambiente de conversa entre atores diversos e pertencentes a épocas distintas, com base no que diz os artigos 215 e 216 da Constituição Federal. Nesse sentido, Vich (2015) diz que

[...] um projeto bem-sucedido de política cultural é aquele que tem sido capaz de se articular em seu trabalho com atores diversos, aquele que entende a cultura como a geração de um processo e não somente de um evento. (p. 17)

A produção de eventos é a estratégia que a secretaria tem adotado para efetuar distribuição e difusão de ações entre algumas localidades do município. Enfatizamos

²⁵ Entrevista com o representante municipal, realizada em 17 de junho de 2022.

que a maioria das propostas ficam restritas à cidade sede Jaguarari e não estabelecem conexões com outras regiões que pertencem a extensão territorial do município, sendo essa realidade confirmada pela própria secretaria, quando assume que, até o momento, apenas treze localidades estão em diálogo com as propostas apresentadas para o setor cultural.

Desta forma, interessa saber da gestão como a secretaria tem participado da elaboração do Plano Plurianual (PPA), mas antes, frisamos que o último quadriênio planejado teve a sua vigência até 2021, sendo este programando por outra gestão. Nesse sentido, se tornou oportuno apresentar alguns questionamentos para o representante da pasta, como segue: qual a participação desta Secretaria na formulação do novo PPA? Na resposta obtida em entrevista com o secretário, não houve informação sobre o planejamento do novo PPA e nem se o mesmo se encontra em vigência. Segundo o gestor, a secretaria ainda conta como plano de ação as bases apresentadas pelo quadriênio 2018-2021 e participa como departamento vinculado à Secretaria de Educação. Verifica-se pouca propriedade por parte da gestão no que confere aos novos planejamentos, segundo consta no marco legal. Entre os planos de ação que constam no documento referente a 2018-2021, citamos na área da cultura o programa “Nossa Cultura e Identidades”, onde fica estabelecido como objetivo o seguinte:

Dirigir e supervisionar as ações desenvolvidas no âmbito da política cultural do município. Fomentar a constituição de canais de participação social, possibilitando a atuação efetiva de diferentes segmentos na gestão da política cultural do município. Promover a qualificação da infraestrutura com a implementação de ações de manutenção dos espaços e capacitação de recursos humanos. (JAGUARARI, 2017, p. 32)

Enquanto objetivo, notam-se as competências e as responsabilidades às quais o eixo cultural deve se atentar, mas nas ações apresentadas no marco legal é possível notar o quão raso o setor cultural vem sendo tratado. Entre as ações que constam no programa é possível apresentar: Manutenção do departamento de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer; Manutenção dos festejos tradicionais culturais e religiosos; Treinamento e capacitação de servidores; Construção, manutenção e reforma de unidades escolares - ensino fundamental; Construção, reequipamento e modernização de unidades escolares; Construção, ampliação, reforma e

equipamentos de centros culturais; Implementação e manutenção do museu municipal; Construção e estrutura de equipamentos para prática de turismo esportivo e Implementação de sinalização turística.

A interdependência entre Cultura, Educação e outros segmentos de importância social é encontrada em diversos municípios Brasil afora, situação que vem mostrando as dificuldades que alguns municípios enfrentam para estabelecer diálogos entre os trabalhadores da cultura e questões pertinentes às políticas específicas do setor. A prática adotada pelas gestões municipais acaba impedindo que o campo cultural se desenvolva, no que concerne ao planejamento, elaboração e construção de leis específicas. No município de Jaguarari a situação não é diferente de outras localidades, inclusive cidades circunvizinhas. É possível dizer que o município não possui leis, fundos e outros meios legais destinados ao campo cultural. Em relação à Dança, foco de interesse para essa pesquisa, observa-se a escassez de articulação da Secretaria para mobilizar artistas, como também se observa o abismo na relação entre dança e política por parte dos atores locais.

Para a novo PPA (2022-2025) destacamos que o eixo estruturante se apresenta como “gestão democrática e participativa”, e institui enquanto proposta o programa “cultura viva”. Como objetivo, o quadriênio apresenta:

Gestão pública de cultura diz respeito às ações, aos projetos, às políticas e aos programas públicos que estimulam a convivência respeitosa entre as diferenças culturais que constituem um mesmo âmbito municipal, proporcionando, conseqüentemente, o aumento da qualidade de vida entre os cidadãos. (JAGUARARI, 2021, p. 29)

Em relação ao último PPA, que norteava as propostas de execução do município, o novo documento apresenta uma compreensão ampla sobre diversidade cultural, mas ainda se mostra restrito diante das propostas apresentadas pela secretaria. Entre as quarenta e uma iniciativas enumeradas como estratégias de ação, cabe citar a proposta de “desmembrar a diretoria de cultura da secretaria de educação e criar secretaria de cultura, esporte e juventude”²⁶ atividade que se encontra em prática. Outros elementos que constituem as proposições indicadas se apresentam pertinentes ao setor cultural do município, e entre eles é possível sublinhar:

²⁶ *Ibidem*, p. 27.

Construção do centro de convenções/grande auditório para grandes eventos (festivais, palestras, encontros culturais); construção de salas de cinema na sede e nas localidades; cursos de dança: dança de salão, samba, hip hop, funk; realizar anualmente a festa 'muitos povos, uma cidade'; grande evento de repercussão com objetivo de reunir as manifestações culturais de todas as comunidades e sua cultura; resgatar e incentivar a cultura do samba de roda, samba de palma e outros; criar o programa municipal teia cultural, destinado a incentivar e subsidiar a permanência de grupos culturais; criar o programa municipal de fomento às artes em Jaguarari, que dará apoio a iniciativas nas linguagens teatral, musical, literária, coreográfica, plástica e das culturas populares tradicionais e contemporâneas; realização de conferências e fóruns de cultura; incentivar a cultura de quadrilhas na sede e demais localidades²⁷.

O PPA que prevê ações até 2025 se mostra amplo junto ao setor cultural, mas convém dizer que até o presente momento poucas atividades que estão elencadas como estratégia foram realizadas. Outro fator a ser mencionado é a abrangência reduzida em relação à expansão territorial do município. As atividades previstas muitas vezes ficam restritas à sede e ao distrito Pilar, não alcançando os demais públicos distribuídos pela região. Nota-se também alguns índices que pretendem ser alcançados pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Juventude, são eles: “possibilitar o acesso das pessoas que vivem na zona rural a arte e a cultura; reconhecimento das manifestações culturais no município; crescimento do fomento à cultura no município”²⁸.

No que compete à participação social na elaboração do novo PPA (2022-2025) divulga-se em 19 de julho de 2021 uma chamada para realização de consulta pública via diário oficial do município. Os interessados foram convidados a preencher um formulário eletrônico “com finalidade única e exclusiva de levantar junto aos munícipes ações e sugestões, contribuindo para a construção do plano plurianual 2022-2025”²⁹. No entanto, não foram localizadas evidências da divulgação para elaboração do plano, assim como indícios que demonstrem a participação social junto à construção do documento.

Os reflexos dessa ausência em diálogos entre gestão pública e sociedade acontecem quando a secretaria elabora propostas para o campo cultural sem consulta

²⁷ *Ibidem*, p. 30.

²⁸ *Ibidem*, p. 31.

²⁹ Trecho presente no Plano Plurianual da Prefeitura de Jaguarari.

pública, sem identificar as necessidades e desejos da sociedade ou quando propõe exercícios que se distanciam das práticas culturais presentes entre as localidades do município. Entre as atividades articuladas com as políticas municipais, podemos destacar o futebol, atletismo, basquete, karatê, jiu-jitsu, boxe, *muay thai*, capoeira; e outras, como música (teclado, violão e acordeon), balé clássico, zumba e marcenaria; além do “Programa Povo Forte, Coração Forte” que destina aulas de educação física funcional em quadras poliesportivas e em salas de aula em escolas do município para pessoas interessadas.

Segundo o gestor municipal, as oficinas são pensadas e programadas pela Secretaria, mas não há consulta pública para identificar quais as necessidades da população. As oficinas se destinam às crianças e adolescentes, tendo como maior propósito desviar a relação dos jovens do município junto ao consumo de drogas e da aproximação com a criminalidade. O gestor conta que:

[...] nós temos a meta de chegar a dois mil ou mais jovens e crianças atendidas na participação ligada ao esporte, lazer e cultura, muito por conta desse aumento da criminalidade, drogas, álcool. Então, eu acho que um dos objetivos maiores, além de propagar as políticas de esporte, cultura e do lazer, é formar bons cidadãos. A gente sempre fala muito da participação dessas crianças e jovens na escola, então é uma coisa ligada à outra³⁰.

Seguindo o diálogo, questiona-se ao gestor quais são as propostas de qualificação e capacitação ofertadas para os professores das oficinas distribuídas pela Secretaria no território municipal, bem como outros espaços que se destinem a formação e qualificação de atores das culturas em diferentes contextos. A Coordenadora de Cultura de Jaguarari, também presente durante a entrevista, diz: “muitos oficineiros já são profissionais. A gente sabe que o conhecimento é gradativo. A gente oferece apostilas para que eles tenham um norte”. Em relação às oficinas de dança, que estão sendo compostas por aulas de zumba e balé clássico, ela complementa: “a professora de balé, ela fez o curso da UFBA. A gente não oferece uma capacitação porque ela já traz a bagagem dela”³¹.

³⁰ Entrevista realizada em 17 de junho de 2022.

³¹ Entrevista realizada em 17 de junho de 2022.

Cabe dizer que o material distribuído para os agentes responsáveis pela condução das oficinas é elaborado pela própria Secretaria, sem consulta a outros departamentos, profissionais e instituições qualificadas, não considerando a importância e cuidados necessários na condução das aulas e na compreensão dos diferentes perfis apresentados pelos participantes das oficinas e meios de formação. Acreditando na potência transformadora que ações formativas podem sugerir, parece-nos pertinente considerar as estratégias de formação e qualificação dos atores. É possível perceber que não consta nos planos atuais nenhum tipo de atividade voltada à qualificação dos agentes bem como de outros atores que se interessem pelo campo. A fragilidade do setor no que concerne à qualificação e formação dos atores, resvala em como a área tem se organizado, podendo sugerir respostas em relação a ausência da participação social em diferentes esferas do interesse público, pois

[...] o tema da formação de profissionais dedicados à organização da cultura apresenta-se hoje como revestido de fundamental importância para o desenvolvimento da cultura e das políticas culturais contemporâneas. (RUBIM, 2011, p. 103)

A falta de participação social na gestão pública do município fica latente nas políticas apresentadas, nas ausências que compõem as legislações e nos possíveis desejos para o que pode vir a ser o campo cultural para os indivíduos. Nesse sentido, o autor contribui:

A cultura necessita ter profissionais qualificados nos seus mais diferenciados ramos. Nesta perspectiva, a formação de pessoal para o campo cultural torna-se essencial. Sem uma formação adequada de pessoal – profissional ou não –, a esfera cultural fica bastante fragilizada. Um sistema cultural não pode prescindir de pessoal competente, formado e qualificado. Por conseguinte, a formação e capacitação permanente de pessoal aparecem como uma das exigências mais vitais para renovar o campo cultural³².

Assim, sem a identificação de ações que possibilitam a formação dos agentes locais, interessa-nos conhecer quais conceitos de cultura e política cultural estão sendo adotados por essa Secretaria para desenvolver as propostas apresentadas ao município e compreender como os atores locais se relacionam com o que é

³² *Ibidem*, p. 109.

apresentado pela gestão, e como esses indivíduos podem colaborar nas formulações do órgão em questão. Antes, apresentamos enquanto possível conceito de política cultural a contribuição de Coelho (2021):

A política cultural é entendida habitualmente como programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. Sob esse entendimento imediato, a política cultural apresenta-se assim como conjunto de iniciativas, tomadas por esses agentes, visando promover a produção, a distribuição e o uso cultural; a preservação e divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável. (p. 313)

Apresentado um primeiro conceito para o campo das políticas culturais, correlacionamos o que nos diz Coelho (2021) com o que nos diz o gestor municipal:

Como a Secretaria é nova, como comecei falando, a gente está buscando a casa de cultura para a comunidade não ficar ligada apenas ao poder público, à prefeitura. É para poder, de alguma forma, construir esse conceito de política pública. A gente pode construir esse conceito de política pública na prática, dialogando com as comunidades³³.

Compreender o diálogo com a comunidade como caminho para construção de políticas públicas parece ser o mais adequado, no entanto as práticas adotadas pela Secretaria não corroboram o que o gestor revela em entrevista. Além de apresentar entendimento superficial para o campo das políticas culturais, a gestão não compreende o contexto cultural que o próprio município apresenta. Nessa direção, recorreremos a Coelho (2021) e Rubim (2011):

O melhor resumo da ideia de cultura (e que poucas políticas culturais se dispõem a aceitar) é aquele que apresenta a cultura como uma longa conversa. Uma longa conversa entre tudo o que é cultura, entre todos os que movem a cultura. Uma longa e franca conversa. A melhor ideia de liberdade e cultura é essa ideia da conversa. Essa, na verdade, é a melhor ideia de liberdade. (COELHO, 2021, p. 118)

A cultura, além de ser um campo social específico, transborda tais limites e adquire uma transversalidade que perpassa toda a complexa

³³ Entrevista realizada em 17 de junho de 2022.

sociabilidade contemporânea. Por conseguinte, as políticas culturais têm que dar conta do seu campo social específico e dessa transversalidade que faz a cultura permear os mais diferentes campos da sociabilidade atual e interagir cada vez mais com eles. (RUBIM, 2011, p. 106)

A partir do que apresentam os autores, retomamos às contribuições da Secretaria, na pessoa do secretário, acerca das noções que são estabelecidas pelo órgão em relação à cultura:

Ressignificar a cultura, trazer novos significados para identidade cultural do município. Sempre pensando nessa deficiência de não guardar documentos e não produzir cultura para deixar para as próximas gerações. Então, o nosso conceito de hoje, ele envolve um pouco do projeto em si que existe aqui, mas resignificar os espaços culturais e de certa forma levar cultura para todos os cantos³⁴.

Mais uma vez se evidencia que as medidas adotadas pela gestão são insuficientes para a dimensão que o campo cultural e as formulações pertinentes ao âmbito das políticas culturais representam. Portanto, podemos apontar a ausência de conceitos e de estruturas que em certa medida poderiam colaborar para avanços no campo cultural do município. Cabe dizer que as práticas presentes em Jaguarari parecem ser recorrentes na história das políticas culturais municipais, não sendo uma exclusividade da região. Esta afirmação se baseia em estudos publicados pela Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), proposta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e traz como contribuição análises sobre as pesquisas realizadas pelo instituto, a partir do que revela Calabre (2014):

O suplemento nos revela, por exemplo, ainda que de maneira indireta, a matriz autoritária e a visão unidirecional que formavam a concepção que parte significativa dos gestores municipais possuía sobre políticas culturais, no momento em que foi a campo. Havia no suplemento uma questão específica sobre a existência, ou não, de políticas culturais locais para a qual 57,9% dos municípios responderam positivamente. Entretanto, quando se percorre alguns dos outros itens da pesquisa, tais como o da existência de leis, conselhos, fundos, ações etc., verifica-se que os índices apresentados são extremamente baixos, fato que leva aos pesquisadores e estudiosos perguntarem-se sobre qual será o conceito de políticas culturais com o qual tais gestores municipais dialogaram efetivamente. (p. 147)

³⁴ Entrevista realizada em 17 de junho de 2022.

A carência de diálogos apresentada pelo município em relação aos conceitos de políticas culturais e a falta de relação com os atores locais, tem sido evidenciada durante o plano de ação adotado e pelas contribuições oferecidas durante a coleta de dados em entrevistas com o poder público. Com a instabilidade nas conexões entre poder público e sociedade destaca-se a aprovação da Lei n.º 1.013/2021, publicada em 22 de junho de 2021, onde sanciona a Lei que cria o Conselho Municipal de Cultura, órgão subordinado à Secretaria de Educação. Após questionamento sobre o processo que levou à aprovação da Lei, a Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Juventude esclarece que foi realizado apenas um fórum, nomeado “1º Fórum Municipal de Cultura – A Cultura em Tempos de Pandemia e Seus Desafios”. Ressalta também que não foram identificados documentos como atas ou outras informações oficiais que explanem os debates construídos durante o fórum.

Segundo o secretário da pasta, na época em que o evento foi realizado ele não respondia pela Secretaria e em busca por informações com outros colaboradores, identificou-se que foi realizada apenas uma lista de presença dos participantes. O secretário acredita que o evento tenha sido um respaldo para formular a legislação que possibilita a criação do conselho de cultura municipal, porém há divergência nas datas dos eventos. Como dito anteriormente, a Lei foi sancionada em junho de 2021 e o fórum realizado meses após a divulgação do marco legal em diário oficial, como consta em imagem publicada em perfil social da gestão municipal:

Figura 7 - Publicação na Conta Oficial do *Instagram* da Secretaria de Educação do Município de Jaguarari/BA, 2021



Fonte: *Instagram*.

Em análise no que apresenta a legislação em referência às finalidades do Conselho Municipal de Cultura, apresentamos que a Dança não é citada no documento, a inexistência no que compete à participação social nas formulações pertinentes ao campo cultural, ausência de exercícios democráticos que ofereçam à população acesso aos bens culturais, fruição e diálogo com as culturas identitárias e programas de formação e capacitação para os atores da cultura, sendo insuficiente para as demandas culturais que o município apresente em sua dimensão territorial. Em relação às competências apresentadas pelo marco legal, torna-se viável apontarmos a ausência de diretrizes, objetivos, estratégias e metas que irão compor as ações do Conselho. Em pouco mais de um ano a instância de representação cultural não possui membros e nem divulgação da sua existência. A relação entre a Secretaria e a legislação sancionada dificulta, por exemplo, a apreciação do Plano Plurianual do município, como consta no Art. 3º inciso II do documento.

Ainda seguindo o que consta em documento, recorreremos aos incisos VII e VIII do Art. 3º da legislação que se referem aos diálogos entre o poder municipal e outras esferas de governo, entre elas o governo estadual. Segundo o representante da pasta

esses diálogos são superficiais, tendo ocorrido poucas vezes e com o propósito de incentivar a regulação do Conselho Municipal de Cultura e do Sistema Municipal de Cultura, além de elaborar orçamento municipal para o campo, visando caminhos para o cadastramento no Sistema Nacional de Cultura.

Onde consta no Art. 4 inciso IX, o conselho será composto por nove membros, entre eles um representante indicado pelo prefeito e os demais a partir de votação em fórum, onde fica responsável pela eleição de produtores da cultura e representantes da sociedade civil. No documento em análise não há menção aos grupos que praticam as Rodas de São Gonçalo, assim como as formações de Quadrilha Junina que integram as práticas culturais do município. Outros setores de produção cultural não são citados na composição que poderá integrar o Conselho Municipal de Cultura.

Vale dizer que até o final do ano de 2022 não foram identificados novos eventos como fóruns, seminários e encontros com a população que tragam as discussões acerca da importância do conselho municipal de cultura como pauta, assim como não há divulgação sobre a existência da Lei. Diante disso, a realidade pode ser traduzida para uma provocação: as ausências apresentadas no município são decorrentes da gestão pública ou da falta de interesse da população?

Na tentativa de elucidar a questão e outras provocações que nutrem a pesquisa, ainda apontamos como situação o conhecimento do município no que representa a Lei Orgânica de Cultura do Estado da Bahia e o Plano Estadual de Cultura da Bahia, mas, segundo o gestor, fica registrado em entrevista à falta de conexão com esses marcos nas ações elaboradas pela Secretaria. No entanto, existe um setor específico no órgão que estuda as formulações pertinentes a esses documentos, mas não evidencia quais os propósitos para essa tarefa.

Entre outras ausências e urgências que o município apresenta para o campo das políticas culturais e no que envolve os fazeres de artistas da dança e de outros segmentos artísticos, citamos: os espaços de cultura que estão presentes no município sendo possível mencionar a Biblioteca Pública do Distrito de Pilar (que tem a mesma estrutura na cidade de Jaguarari); o Museu do Vaqueiro no Distrito de Santa Rosa de Lima; o Museu Nossa Casa, Nossa História, localizado no povoado do Outeiro; e uma praça de convivência que tem em sua estrutura um anfiteatro, sendo essa responsável por abraçar todas as propostas e manifestações que necessitam de espaços para suas realizações. Frisamos que os dois museus citados são coordenados de maneira independente e sem apoio externo.

No que diz respeito às bibliotecas, é possível dizer que se mostram com características multifuncionais, no entanto a estrutura se apresenta distante dos costumes locais, se tornando um espaço em ócio no meio da praça central da cidade e do distrito. Nota-se também a carência por parte da gestão municipal em dinamizar a estrutura do equipamento no intuito de aproximar as práticas sociais locais e a interação entre distintas linguagens culturais. Nesse sentido, Botelho (2016) comenta que as bibliotecas são os espaços culturais que mais se apresentam como ambientes destinados às ações em políticas culturais municipais e credita importância desse equipamento no que concerne a ampliação das tarefas e a interação com novas práticas a

[...] incluir música, audiovisual, jornais e revistas, atividades de leitura para os mais jovens, ou seja, promover uma gama variada de atividades e informações, transformar a biblioteca num verdadeiro centro cultural. (BOTELHO, 2016, p. 274)

Cabe dizer ainda que entre as linguagens culturais identificadas no município, a biblioteca é o único espaço público destinado a uma expressão específica, nesse caso a da cultura impressa, além das quadras poliesportivas. E nesse sentido a autora enfatiza a relevância das questões de efervescência que o espaço é capaz de produzir para o campo do conhecimento quando sugere ações de planejamento por parte da gestão, em especial das comunidades que apresentam ausências nas estruturas voltadas ao conhecimento cultural, como é o caso do município de Jaguarari. Ela diz:

Principalmente no caso daqueles que contam com poucos espaços de disseminação do conhecimento, as bibliotecas públicas merecem especial atenção dos gestores culturais e dos formuladores de políticas, nos diversos escalões da administração, já que elas cumprem um papel fundamental na formação global dos indivíduos. (BOTELHO, 2016, p. 275)

Ainda seguindo com as constatações que apresentam a ausência dos espaços culturais e de políticas culturais no município, tratamos a partir da entrevista com o Coordenador de Eventos Culturais do Distrito Pilar, o desejo em se ter um espaço que tenha dimensões de um Centro Cultural. Para ele, a presença do equipamento contribuiria na valorização de diversas expressões culturais, entre elas a Dança e o Teatro, além de se tornar ponto de encontro para se discutir questões que permeiam a área e sua multiplicidade.

Então, tendo apontado a insuficiente oferta de espaços e ações que possibilitam capacitação para os agentes da cultura, como da interação entre sujeitos e múltiplas linguagens culturais do município e de outras áreas, destacamos mais uma ausência: espaços formais como escolas voltadas às artes, universidades, cursos técnicos ou espaços informais que possam embasar e potencializar os fazeres locais, como também outras iniciativas, a exemplo de seminários, fóruns, minicursos, *workshops*, debates e outras formatações. Nesse caso, apontamos a falta dessas estratégias tanto pelo Município quanto pelo Estado, que favorece tais ações para cidades-polo de cada território. O entendimento ofertado pela esfera pública acaba limitando a participação dos agentes nas propostas oferecidas como meios de capacitação. A situação se apresenta em resumo quando Flores (2015) colabora dizendo:

É sabido que o atendimento do território não depende da presença dessas estruturas, porque ele pode ser atendido por uma unidade regional do território vizinho. Contudo, é importante que a sociedade recorra ao mesmo recorte espacial quando precisar acessar serviços básicos do Estado. (p. 159)

O acesso aos espaços culturais e demais estruturas que proporcionam a criação e manutenção cultural/artística, podem ser discutidos a partir do que traz o Art. 4º da Lei Orgânica da Cultura da Bahia, sancionada em 30 de novembro de 2011 no inciso XI que “garante a valorização do trabalho, dos profissionais e dos processos do fazer cultural e artístico” (BRASIL, 2011). Assim, é possível constatar que a articulação política desses agentes culturais gera uma fragilidade para diversos segmentos, entre eles a Dança, o que dificulta o fomento, a continuidade e difusão de acontecimentos culturais e artísticos em Jaguarari. Deste modo, as danças populares são expressões que enfrentam desafios, seja na ausência de espaços destinados ao seu fazer e manutenção, nos meios de salvaguarda ou no reconhecimento cultural/artístico/criativo transformador que essas configuram.

Cabe ainda dizer que as políticas culturais idealizadas pela gestão atual se destacam como inovadoras para o setor cultural do município, no entanto têm tido como elaboração em suas práticas olhares de privilégio para segmentos específicos. Observando as ações que a gestão tem tido como princípio, notamos indícios de apagamentos culturais das múltiplas linguagens e a valoração da cultura do esporte

como segmento base nas formulações da Secretaria, responsável pelas idealizações Cultural, Esportiva, de Lazer e Juventude.

Nesse caminho, tratamos as práticas utilizadas pela então gestão municipal a partir do que propõe Santos (2004)³⁵ quando nos apresenta a sociologia das ausências e das emergências, corroborando para entendimentos acerca das realizações no município, na perspectiva de que quando produzimos existências, também produzimos ausências. Nessa visão é possível constatar que existe uma carência nos conceitos estabelecidos pela gestão, impossibilitando a interpretação sobre novos significados, distintos saberes, capazes de proporcionar virtualidades e enriquecimento do campo cultural local e na sua relação com o mundo.

Assim, ainda com base em Santos (2004) compreendendo que não reconhecer as diferenças que representam a dimensão cultural, colabora para o desperdício das trocas sociais, resultando no apagamento das diversidades no seu sentido mais amplo que contribuem para compreensões, mudanças, adaptações e ressignificações da cultura. Desta maneira, o lugar de diálogo entre saberes se mostra como melhor recurso para se pensar cultura e estabelecer estratégias para o campo das políticas culturais.

2.5 DADOS DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE EM INICIATIVAS DA POLÍTICA CULTURAL DO ESTADO

Como temos argumentado até aqui, nota-se ausência de investimento no setor cultural, o qual, quando ocorre, está mais próximo de uma lógica de exploração da dimensão econômica da cultura, a partir do turismo e alegorização das expressões populares, mas que efetivamente pouco se reverte para os agentes locais.

Essas evidências nos fazem questionar os modos como o estado e o município trabalham com essas práticas. Indicada como prioridade, na II Conferência Estadual de Cultura, a partir da participação de representações dos 26 territórios de identidade, ainda em 2007, pouco se houve ou foram construídas oportunidades de desenvolvimento para este segmento dentro das propostas conduzidas pela gestão

³⁵ Devido ao recorde estabelecido na investigação, esta reflexão não será aprofundada neste estudo, constituindo possibilidade de desdobramentos de pesquisa futuros.

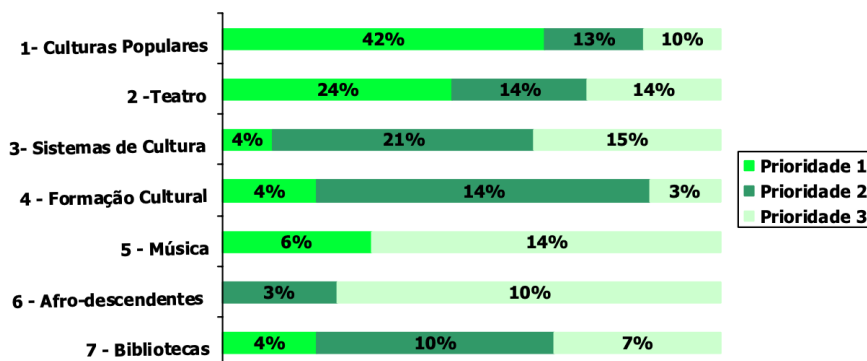
municipal e mesmo pelas elaborações de pertinência do estado, onde há pouca ou nenhuma participação deste município em propostas para este segmento.

Os encontros Municipais objetivam incentivar a criação e implementação de órgãos municipais específicos para a gestão da cultura e a criação de planos, conselhos e fundos de cultura dos municípios, capazes de receber os recursos dos governos Federal e Estadual e garantir sua alocação na área da cultura em cada canto da Bahia. (CADERNO DE CULTURA 2, 2007, p. 21)³⁶

O evento contou com outras edições, entre os objetivos dos encontros, citamos: o fortalecimento do Sistema Estadual de Cultura; conteúdos no que se refere a implementação dos Planos Municipais, Territoriais, Estaduais de Cultura; implementação de políticas públicas de maneira conjunta; discussões e subsídios para formular a Lei Orgânica de Cultura da Bahia, entre outras. Os reflexos dessas discussões são importantes quando consideramos algumas conquistas, como a aprovação do Plano e da Lei Orgânica de Cultura do Estado da Bahia, no entanto é preciso considerar outras informações tidas como resultados dos encontros, entre elas as prioridades elegíveis para o desenvolvimento cultural da região Piemonte Norte do Itapicuru.

Entre alguns temas e subtemas discutidos, estão as expressões artísticas nas quais a dança se insere, contando com a participação de 36 representantes da área. Entre alguns temas e subtemas discutidos, estão as expressões artísticas nas quais a dança se insere, contando com a participação de 36 representantes da área. Entre as prioridades consideradas pelos sujeitos, estão: culturas populares, teatro, sistemas de cultura, formação cultural, música, afrodescendentes e bibliotecas. Nas prioridades escolhidas pelos representantes do território Piemonte Norte do Itapicuru foram: Teatro; Sistemas Culturais e Culturas Populares. Na imagem a seguir, um panorama que reflete o desejo em comum entre todos os territórios de identidade:

³⁶ Resultados da II Conferência Estadual de Cultura.

Figura 8 - Caderno de Cultura 2, Resultados da II Conferência Estadual de Cultura, 2007³⁷Gráfico 1
II CONFERÊNCIA ESTADUAL DE CULTURA
PRIORIDADES POR SUBTEMAS NOS ENCONTROS TERRITORIAIS (%)

Fonte: Siscultura

Fonte: Siscultura.

Nas discussões que envolviam a etapa estadual do evento, as propostas ligadas à dança apresentavam interesse na implementação de cursos profissionalizantes na área, e entre outras ações: conferências, mostras, intercâmbios entre artistas e grupos, mapeamento das expressões, difundindo resultados em meios eletrônicos, audiovisuais e impressos. As propostas que compõem o documento ocorreram em 2008. Quatorze anos após a realização dos debates com a sociedade, é possível dizer que não são identificadas a efetividade das proposições no município de Jaguarari. O município se mostra atrasado diante das discussões acerca do campo cultural que marcam as políticas culturais do estado da Bahia. Nas atribuições voltadas para o campo das culturas populares, onde as Quadrilhas Juninas e a Dança de São Gonçalo estão inseridas no que apresenta a organização do município, consta no documento resultante dos encontros e debates o seguinte objetivo:

Criar um projeto de lei que garanta: a introdução dos conhecimentos, saberes e fazeres tradicionais e populares no currículo escolar; apoio técnico e financeiro a comunidades e instituições que realizem trabalhos de cultura popular; mapeamento e registro cultural sendo realizado por ONGs, grupos e sociedade civil com recursos públicos; Criar e/ou revitalizar centros e casas de cultura em todos os municípios do Estado que abriguem todo patrimônio imaterial através de espaços para apresentações e acervo da memória local; Criar um calendário cultural dos eventos e manifestações dos territórios, incluindo-os na

³⁷ P. 24.

agenda cultural do Estado, com o objetivo de divulgar, inclusive nas escolas, os produtos culturais. (CADERNO DE CULTURA 2, 2007, p. 36)

Mais uma vez, podemos listar uma série de realizações que poderiam contribuir e fazer diferença dentro da formação cultural e política dos municípios, mas identificamos que tais ações não estão presentes dentro dos planejamentos apresentados até o momento pela gestão municipal de Jaguarari, traduzindo total desconhecimento das proposições que nutriram marcos legais e normas utilizadas em políticas estaduais, elaborados a partir do diálogo com a sociedade. Cabe dizer que tal situação deve ocorrer de maneira semelhante em outros territórios de identidade, conduzindo a noções de que os diálogos, – quando existentes –, entre o poder público e a população, nem sempre se tornam ou se configuram eficazes.

No que diz respeito às políticas setoriais pensadas pelo Território Piemonte Norte do Itapicuru, revela-se para o segmento Dança e para as Culturas Populares:

Criar oficinas específicas para qualificação dosicineiros que trabalham com aprendizes em todo território; criar uma área apropriada (espaço físico) para dança, onde todos tenham acesso e recursos disponíveis que possam ser investidos especificamente nessa área em cada município do território; criar uma escola de dança técnica e superior que atenda a região. (CADERNO DE CULTURA 2, 2007, p. 81)

Destinar 40% da verba do fundo de cultura, repassada aos municípios, para investir nas políticas públicas de cultura nos municípios do Estado especificamente para as culturas populares e afrodescendentes; Realizar programa de capacitação e divulgação das culturas populares e afrodescendentes implementada pela comunidade atingindo o poder público, organizações sociais (associações, escolas e outras representações da sociedade civil), além das lideranças comunitárias; Criar um centro de referência da cultura local que articule as organizações socioculturais em cada município do território. (CADERNO DE CULTURA 2, 2007, p. 82)

Os resultados da conferência revelam que após anos da sua execução o município carece de estruturas e equipamentos básicos, que já estavam sendo indicados pela população como necessidades. Esta pesquisa vem, portanto, reiterar as urgências que os acontecimentos em dança deste município vêm enfrentando, configurando em abismos entre as formulações e estratégias lançadas pela Secretaria de Cultura, distanciamento e falta de diálogo com as políticas a nível estadual,

resvalando em desconhecimentos tanto nos meios possíveis para difusão e fruição, como na carência em formações que qualifiquem os atores locais e recorrerem a outros meios que possa em certa medida, garantir o desenvolvimento e assegurar a continuidade dos fazeres culturais e artísticos desta região.

Desta forma, a investigação atua nas fragilidades que cercam as propostas e programas para o campo cultural de Jaguarari e as influências das políticas de estado que incidem sobre as realidades vividas pelos atores desta região em diferentes períodos. Acrescenta a esta discussão que mesmo formalizando políticas específicas a partir de concepções como o Centro de Culturas Populares e Identitárias (CCPI), a condição que os fazeres culturais, as experiências imbricadas nessas manifestações e as possíveis relações decorrentes das propostas vividas pelos sujeitos não convergem para um campo cultural dinâmico que denotem caminhos para compreensões acerca da diversidade, da complementaridade, da transversalidade, da participação social, da integração e interpretação das experiências, da autonomia, da descentralização e democratização entre os saberes.

É fato de que a baixa participação social na construção de políticas públicas é uma marca histórica em nosso país, que adquire tintas mais fortes em governos neoliberais que pregam a redução da máquina do estado em detrimento do predomínio das lógicas de compra e venda. Para estes governos, mais do que "cuidando da nossa gente" parece que a "cultura é um bom negócio". Ao mesmo tempo que essas propostas encontram meios para vigorar, as manifestações culturais, mesmo correndo riscos que beiram as próprias condições de existência, se atualizam como campo de convocação da população. É necessário, portanto, cobrar da gestão municipal o devido reconhecimento, explicitando que não podemos sustentar práticas que distorcem compreensões acerca da noção de cidadania, limitam os meios de acesso e diálogo e provocam ausências nos mais amplos contextos. Nas palavras de Santos, "esses gritos divergentes chamam a sociedade para uma reflexão crítica sobre o abismo entre aquilo que se acredita e aquilo que se vive" (SANTOS, *et al.*, 2018, p. 11).

Nesse sentido, suas produções disputam perspectivas sobre o universo em que estão inseridos. São produzidas em contextos nos quais as contradições sociais são violentamente silenciadas para legitimar um projeto de poder que produz (não apenas reproduz, pois este continuamente se atualiza) desigualdades territoriais, econômicas, raciais. (SANTOS, *et al.*, 2018, p. 11)

As questões de autoritarismo presentes nas políticas culturais acabavam por criar instabilidades que desnivelam o campo cultural, as quais priorizavam ações que mais tendiam a alimentar uma lógica segregadora do que fomentar as culturas existentes, que por conta da falta de acesso, ficavam à mercê de deslegitimação por partes dos poderes públicos. Não obstante, ainda é possível identificar traços desse percurso nas histórias de diversas regiões do estado e ao redor do país. Os desafios travados pelo município de Jaguarari, dizem respeito não somente a este local em específico, mas também a todo um território desassistido, esquecido culturalmente, que resiste em meio aos avanços no mundo atual, onde o poder da midiatização para fins de lucro coloca suas práticas como elementos de mero entretenimento, não valorizando sua importância como produção intelectual da comunidade.

As demandas que atestam as necessidades existentes no cenário cultural de Jaguarari são inúmeras, conforme foi possível constatar ao longo desta pesquisa, e se fazem urgentes no que se refere a criação de políticas culturais focadas nas produções, manutenção, continuidade e salvaguarda das expressões pertencentes a essa localidade.

As propostas conduzidas sem a participação popular, ainda que inovadoras para a história local e por isso associadas à noção de melhorias, ainda estão muito aquém das necessidades dos moradores que vivem e têm as manifestações como modo de vida. Estes, muitas vezes, se deparam com situações que beiram o autoritarismo devido ao desconhecimento de seus direitos, garantidos por legislações que lhes assegurariam a condição de colaborarem ativamente junto à gestão pública.

Mais ainda, o que se percebe a partir das impressões coletadas em entrevistas é que dentro da vida política corrente neste município o discurso e a prática estão em lados opostos. Alguns entendimentos por parte da gestão que, de alguma maneira poderiam apontar caminhos para fomentar o desenvolvimento cultural local na diversidade que o município apresenta, de fato tem conduzido para tomadas de decisão que resultam hoje em possíveis tragédias, entre elas, o desaparecimento da Roda de São Gonçalo – assim como ocorreu historicamente com as práticas dos povos originários no território.

A falta de incentivo às práticas culturais ou sua associação restrita a abordagem de problemas sociais, como o combate às drogas e controle de violências, ou ainda como mera mercadoria para festejos diversos parece-nos insuficiente para o campo,

pois: não promove o reconhecimento da complexidade das dimensões da cultura, reduzindo-a a um meio de abordar carências de outras áreas do setor social; não estabelece espaço de mediações e relações entre sujeitos, seus contextos e saberes; não contribui com os modos de vida e trabalho dos atores que promovem as manifestações culturais; não consolida diálogos entre a gestão e suas próprias secretarias, tampouco junto à população local.

O autoritarismo está impregnado na sociedade brasileira, dada a sua estrutura desigual e elitista [...] Este elitismo se expressa, em um plano macro-social, no desconhecimento, perseguição e 43 aniquilamentos de culturas e na interdição de acesso a determinadas modalidades culturais a que é submetida parte significativa da população. Ele está entranhado em quase todos os poros da sociedade brasileira, inclusive nas concepções elitistas daquilo que é definido e aceito como cultura, subjacentes à maioria das políticas culturais empreendidas. (RUBIM, 2007, p. 4)

O balé e a zumba, linguagens que recebem fomento da secretaria e têm sido difundidas no município, ainda em comunidades de maior desenvolvimento, estão longe das realidades da região. É necessário reconhecer que esta iniciativa traz a sensação de oportunidade para alguns sujeitos e mexe com o imaginário social. Sem dúvida, ter acesso a outras linguagens se torna importante dentro da formação do sujeito, mas o que se compreende sobre as ocorrências analisadas é que são fruto de lógicas elitistas que parecem ter constituído subsídios hegemônicos nas propostas políticas para o setor.

A filha que faz balé, a mãe que treina atividade física, o primo que pratica futebol e a avó que participa de programas de atividades para a terceira idade pode parecer um programa democrático, sugerindo uma ideia de acesso a toda comunidade. No entanto, as conotações de clientelismo de tais atores frente às obrigações do estado, dentro desta relação, conduz a uma série de interpretações. Entre elas, a legitimação deste tipo de processo, que parece incluir a comunidade, no entanto o que se tem são números, índices de aceitação, estatísticas, manobras utilizadas para fomentar um projeto que vem desconsiderando a diversidade, a pluralidade e a diferença que compõem o fazer cultural desta região. Sozinha, esta iniciativa acaba por fragilizar a memória dos atores locais nas suas relações com o território, com as expressões culturais, os afetos entre a comunidade, alienando assim a participação política ativa dos cidadãos.

A ideia de dinamismo preconizado a partir destas propostas, nos remetem a assimilar as práticas atuais com propostas políticas de tempos passados, onde a brasilidade e o nacionalismo faziam parte das estratégias governamentais. Onde Espírito Santo (2018) sintetiza:

A instrumentalização do campo da cultura veio através das ações que propunham dinamizar o setor, instituí-lo enquanto lugar de pensamento crítico, ao mesmo tempo em que promoviam subordinação da população em prol dos interesses do Estado. A organização dessas políticas tinha como principal objetivo promover e legitimar um estado de conformação popular que gerasse um processo de domesticação social, através da construção e propagação de um ideário de brasilidade e nacionalismo. (p. 43)

Talvez o que pode ser lido como benfeitorias da gestão ao proporcionar essas ações para a comunidade, sejam apenas estratégias que geram falsa sensação de desenvolvimento e contribuição, encobrendo outras tarefas que são tão necessárias para a nutrição do campo e ocasionando também apagamentos na história e na memória aqui enraizada. A ideia de um olhar para essas práticas a partir da elaboração de políticas culturais não se inscreve como ação redentora, uma vez que incertezas são uma constante nas esferas governamentais e que muitas vezes não existem garantias concretas para o setor, apenas promessas e discursos plotados de melhorias e salvação.

Nesse sentido, as instabilidades trazem um movimento que não gesta nenhum tipo de preocupação na participação social, por exemplo, deixando a comunidade fora desses espaços de conversa e escuta e sem um conhecimento básico de como essas organizações pensam as ações para o campo. As instabilidades também podem ser analisadas dentro das articulações pensadas em conjunto, a exemplo da participação do território Piemonte Norte do Itapicuru em editais projetados pelo Centro de Culturas Populares e Identitárias - CCPI³⁸. Neste contexto, percebe-se a falta de articulação não apenas de Jaguarari, mas de todos os municípios que compõem o território.

³⁸ Disponível em:

<<http://www.centrodeculturas.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=20>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

Entre os editais disponibilizados pelo centro, apresentamos abaixo as propostas vinculadas ao edital³⁹ de concessão de apoio para Culturas Identitárias, indicando a promoção de categorias como: culturas identitárias afro-brasileira, cigana, indígenas, LGBTQIAP+, sertaneja, de gênero e etária (infância, juventude e idoso). Dos 27 territórios que compõem o estado da Bahia, apenas 11 foram contemplados. Ressaltamos que um território é composto por mais de um município e que a concentração de aprovações está nas regiões compreendidas como desenvolvidas. A Região Metropolitana de Salvador se torna um exemplo, onde se encontra grandes centros de formação para diversos públicos, dispendo de equipamentos culturais que ofertam cursos livres, curso de Educação Profissional, a exemplo da Escola de Dança da FUNCEB, de cursos de Ensino Superior em Dança e Produção Cultural nos níveis de graduação e pós-graduação, além de dispor significativa organização por parte dos atores locais.

³⁹ Disponível em:
<http://www.centrodeculturas.ba.gov.br/arquivos/File/Edital_n_10_2013/CulturasIdentitarias.pdf>.
Acesso em: 13 nov. 2022.

Tabela 2 - Lista de propostas Pré-Selecionadas e Suplentes no Edital⁴⁰ 10/2013 – Culturas Identitárias 2014

Território de Identidade	Propostas Atendidas
Metropolitana de Salvador	10
Recôncavo	02
Portal do Sertão	02
Sisal	02
Litoral Sul	01
Sertão Produtivo	01
Piemonte do Paraguaçu	01
Médio Rio de Contas	01
Chapada Diamantina	01
Itaparica	01
Bacia do Rio Corrente	01

Fonte: Centro de Culturas Populares e Identitárias - CCPI.

Entre outras propostas relacionadas ao Centro de Culturas Populares e Identitárias, apontamos também a seguir o edital⁴¹ destinado às Culturas Populares. O edital apresenta entre os objetivos:

Objeto: Apoiar propostas culturais protagonizadas por mestres, grupos e instituições que visem o fortalecimento das manifestações tradicionais populares voltadas à preservação, circulação e registro da diversidade cultural existente na Bahia. Exemplos: Aquisição de indumentárias, vestuário e adereços, e aquisição de instrumentos musicais; apresentação, circulação e registro das manifestações culturais; transmissão de conhecimentos e formação de jovens; registros: escritos (livros, cartilhas) e audiovisuais; gravação de CD e DVD; criação de acervo; festas populares, artesanato e expressões artísticas (música, dança, teatro, artes visuais); medicina e culinária popular; oficinas, seminários, encontros e festivais e outras proposições aqui não especificadas. (EDITAL N. 24/2012, p. 23)

⁴⁰ Disponível em:

<http://www.centrodeculturas.ba.gov.br/arquivos/File/Edital_n_10_2013/CulturasIdentitarias.pdf>.

Acesso em: 13 jul. 2022.

⁴¹ Disponível em:

<http://www.centrodeculturas.ba.gov.br/arquivos/File/Edital_24_2012/NOVAPortariaRESULTADOCulturasPopulares.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2022.

Tabela 3 - Lista de propostas Pré-Selecionadas e Suplentes no Edital 24/2012⁴² –
CULTURAS POPULARES

Território de Identidade	Propostas Atendidas
Piemonte da Diamantina	01
Velho Chico	02
Recôncavo	02
Sertão Produtivo	01
Baixo Sul	01
Vitória da Conquista	01
Metropolitana de Salvador	04
Piemonte Norte do Itapicuru	01
Sisal	03
Bacia Jacuípe	01
Litoral Sul	01
Bacia do Rio Corrente	01
Sertão do São Francisco	01
Chapada Diamantina	01
Semiárido Nordeste II	01

Fonte: Centro de Culturas Populares e Identitárias - CCPI.

Percebe-se dentro da estratégia empreendida pela política deste edital, que destina atenção às culturas populares que houve uma adesão maior por parte dos territórios, mas é necessário algumas considerações: apenas 15 territórios foram contemplados, o maior número de propostas selecionadas continua destinada a Região Metropolitana de Salvador, e além disso, os mecanismos deixam interpretações de como o estado pode interpretar a distribuição de recursos mesmo possuindo secretarias para cuidados específicos, a exemplo do Centro de Culturas Populares e Identitárias (CCPI). Desta forma a pesquisa provoca a reflexão: aprovar

⁴² Disponível em:

<http://www.centrodeculturas.ba.gov.br/arquivos/File/Edital_24_2012/NOVAPortariaRESULTADOCulturasPopulares.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2022.

um único projeto referente a um território de identidade, que tem em sua composição geográfica mais de um município torna uma política ou uma proposta política efetiva? Como as comunidades rurais, espaços que detém maior intimidade por terem mestres e mestras do saber popular como residentes são pensados?

As provocações ocorrem quando compreendemos que o território Piemonte Norte do Itapicuru é composto por 9 municípios, entre eles Jaguarari, que conta com 44 povoados de características rurais, 5 distritos e uma cidade sede. Na tabela apresentada acima, indica a proposta aprovada no município de Andorinha, tendo como título "Arraiá do São Gonçalo". Não encontramos indicativos que esta proposição tenha tido continuidade, como não há documentos que comprovem o seu impacto nas cidades circunvizinhas. Tais ações refletem em políticas que se relacionam com a instabilidade, não trazendo garantias ou meios da cultura se tornar algo pulsante dentro destas comunidades.

Outro exemplo ainda mais recente foi o Edital de Chamada Pública N. 001/2020⁴³ - Prêmios de Preservação do Bens Culturais Populares e Identitários da Bahia Emília Biancardi 2020, dentro da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc, da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia - SECULT/BA, através do Centro de Culturas Populares e Identitárias. Dentro das 18 categorias que compõem o edital, apenas três projetos oriundos do Território Piemonte Norte do Itapicuru foram contemplados nos eixos "Artesanato baiano", "Matrizes do Samba da Bahia" e "Identidade" (um para cada categoria). Na categoria "Quadrilha" Juninas", não houve representação do território, sendo 33,33% dos projetos contemplados do Território Metropolitano de Salvador.

Ao mesmo tempo, a Prefeitura de Jaguarari promove ações culturais com subsídio da Lei Aldir Blanc, como *Lives* de Bandas Gospel e *Lives* de Bandas Populares. Sendo assim, é possível notar que no Plano de Ação da Lei Aldir Blanc para o município de Jaguarari não consta nenhum tipo de atividade direcionada às manifestações populares. Como segue nas figuras abaixo:

⁴³ Disponível em:
<http://www.cultura.ba.gov.br/arquivos/File/PABB/EDITAL_Premios_Emilia_Biancardi.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2022.

Figura 9 - Diário Oficial do Município de Jaguarari, do dia 16 de outubro de 2020⁴⁴

Sexta-feira
16 de outubro de 2020
Ano II • Edição N° 351

- 26 -
Prefeitura Municipal de Jaguarari - BA

Diário Oficial do
EXECUTIVO



SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA,
ESPORTE, TURISMO E LAZER.

5. METAS E AÇÕES

Meta 1					
Item	Meta	Descrição da Meta	Ação	Descrição da Ação	Valor
01	INCISO II – Subsídio mensal para manutenção de espaços artísticos e culturais, microempresas e pequenas empresas culturais, cooperativas, instituições e organizações culturais comunitárias.	01 Edital no valor de R\$ 63.517,25 (sessenta e três mil quinhentos e dezessete e vinte e cinco centavos).	Edital para manutenção de espaços, instituições e grupos culturais.	Subsídio total de R\$ 63.517,25, para a manutenção de espaços e instituições culturais estabelecidas no âmbito do Município de Queimadas, nos seguimentos de música e canto, dança, instrumental, artesanos, povos e comunidades tradicionais, entre outros.	R\$ 63.517,25
Meta 2					
Item	Meta	Descrição da Meta	Ação	Descrição da Ação	Valor
01	INCISO III – editais, chamadas públicas, prêmios, aquisição de bens e serviços	Chamamento Público no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta e mil reais).	Edital de fomento para bandas, duplas e cantores solo.	Subsídio de R\$ 40.000,00 para realização de shows (preferencialmente no formato lives), atentando-se para os	R\$ 40.000,00

<http://pmjaguarariba.imprensaoficial.org/>

Fonte: Diário Oficial do Município de Jaguarari.

Figura 10 - Diário Oficial do Município de Jaguarari, do dia 16 de outubro de 2020⁴⁵

Sexta-feira
16 de outubro de 2020
Ano II • Edição N° 351

- 27 -
Prefeitura Municipal de Jaguarari - BA

Diário Oficial do
EXECUTIVO



SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA,
ESPORTE, TURISMO E LAZER.

	vinculados ao setor cultural e outros instrumentos destinados à manutenção de agentes, de espaços, de iniciativas, de cursos, de produções, de desenvolvimento de atividades de economia criativa e de economia solidária, de produções audiovisuais, de manifestações culturais, bem como à realização de atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e outras plataformas			protocolos das autoridades de saúde.	
02		Chamamento Público no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).	Edital de fomento para bandas, duplas e cantores solo de seguimento religioso.	Subsídio de R\$ 20.000,00 para realização de shows (preferencialmente no formato lives), atentando-se para os protocolos das autoridades de saúde.	R\$ 20.000,00
03		Edital no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).	Edital de fomento para os profissionais e empresas de vídeo e multimídia audiovisuais.	Subsídio de R\$ 20.000,00 para produção de vídeos, documentários, para serem lançados nas redes sociais e plataformas online, formando um acervo contemporâneo e histórico, social e artístico do município de Jaguarari-BA.	R\$ 20.000,00
04		Edital no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).	Edital de fomento para a classe artística em geral.	Subsídio de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para realização de oficinas e cursos em diversos seguimentos (preferencialmente	R\$ 10.000,00

<http://pmjaguarariba.imprensaoficial.org/>

Fonte: Diário Oficial do Município de Jaguarari.

⁴⁴ P. 26.

⁴⁵ P. 27.

Figura 11 - Diário Oficial do Município de Jaguarari, do dia 16 de outubro de 2020⁴⁶

Sexta-feira
16 de outubro de 2020
Ano II • Edição Nº 351

- 28 -
Prefeitura Municipal de Jaguarari - BA

Diário Oficial do
EXECUTIVO

SEMEC		SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL. PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARARI SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER.		JAGUARARI UMA CIDADE PARA TODOS	
	digitais.			no formato live), fomentando a geração de emprego e renda.	
05	Edital no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).	Edital de fomento para a classe artística em geral.		Subsídio de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para realização de feira de cultura e artesanato, fomentando a geração de emprego e renda, atentando-se para os protocolos das autoridades de saúde.	R\$ 10.000,00
06	Edital no valor de R\$ 15.000,00 (dez mil reais).	Edital de fomento para a classe artística de atores.		Subsídio de R\$ 15.000,00 para realização de concurso de apresentações de monólogos e peças de teatros/esquetes (preferencialmente no formato lives), em que serão premiados atores.	R\$ 15.000,00
07	Edital no valor de R\$ 15.000,00 (dez mil reais).	Edital de fomento para a classe artística de dançarinos.		Subsídio de R\$ 15.000,00 para realização de concurso de apresentações de danças em grupo, duplas ou solos	R\$ 15.000,00

<http://pmjaguarariba.imprensaoficial.org/>

Fonte: Diário Oficial do Município de Jaguarari.

Figura 12 - Diário Oficial do Município de Jaguarari, do dia 16 de outubro de 2020⁴⁷

Sexta-feira
16 de outubro de 2020
Ano II • Edição Nº 351

- 29 -
Prefeitura Municipal de Jaguarari - BA

Diário Oficial do
EXECUTIVO

SEMEC		SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL. PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARARI SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER.		JAGUARARI UMA CIDADE PARA TODOS	
				(preferencialmente no formato lives), em que serão premiados dançarinos de gêneros clássico e contemporâneo.	
08	Edital no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).	Edital de fomento e resgate iconográfico do município de Jaguarari.		Subsídio de R\$ 25.000,00 para montagem de um acervo fotográfico, histórico e contemporâneo de Jaguarari e sua gente. Devendo ser disponibilizado pelas plataformas digitais e impresso em formato de foto-livro.	R\$ 25.000,00
09	Edital de premiação no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).	Edital de premiação que irá fomentar a classe de poetas, cordelistas, repentistas e escritores.		Subsídio de R\$ 10.000,00 para realização de concurso de poesias, poemas e demais gêneros literários, em que serão premiados poetas, cordelistas, repentistas e escritores da terra.	R\$ 15.000,00
10	Edital de premiação no valor de R\$ 15.000,00	Edital de premiação que irá fomentar a		Subsídio de R\$ 15.000,00 para realização de concurso de rap em	R\$ 15.000,00

<http://pmjaguarariba.imprensaoficial.org/>

Fonte: Diário Oficial do Município de Jaguarari.

⁴⁶ P. 28.


⁴⁷ P. 29.

Figura 13 - Diário Oficial do Município de Jaguarari, do dia 16 de outubro de 2020⁴⁸

Sexta-feira
16 de outubro de 2020
Ano II • Edição Nº 351

- 30 -
Prefeitura Municipal de Jaguarari - BA

Diário Oficial do
EXECUTIVO



	(quinze mil reais).	classe de rappers.	que serão premiados rappers compositores locais.	
11	Edital no valor R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).	Edital para aquisição de serviço de estrutura de sonorização e iluminação e transmissão de lives e conteúdos audiovisuais.	Valor de R\$ 15.000,00 para aquisição de serviço de estrutura de sonorização e iluminação e transmissão de lives e conteúdos audiovisuais.	R\$ 15.000,00
				Total R\$ 200.000,00

Fonte: Diário Oficial do Município de Jaguarari.

Diante do exposto, fica documentado e evidente que as expressões populares de dança recebem atenções dentro dos programas desenvolvidos pelo Governo do Estado da Bahia, mas poucas são as organizações, grupos e outras formações que conseguem acessar os meios disponibilizados. Além disso, no âmbito das práticas culturais de cunho popular, pouco tem sido feito no sentido de facilitar a formação inicial e qualificação dos atores desta comunidade. A situação fica evidente quanto a pouca participação do território nas chamadas públicas através de editais. Para as estratégias oriundas da Secretaria Municipal, torna-se perceptível a falta de compreensão sobre os fazeres culturais, o desconhecimento da diversidade que compõe a estrutura do município reverberando em descasos para as manifestações locais.

A falta de reconhecimento e de valoração das práticas oriundas do município de Jaguarari apresenta um futuro incerto quanto a sua continuidade, indicando a urgências de organização do setor, desde a convocação da população para tratar desta importância junto às atividades de governo, seja nas esferas municipal e/ou estadual, ao estabelecimento de diálogos efetivos que possibilitem a construção dos meios para o pleno desenvolvimento cultural local, rompendo assim com a instabilidade que, segundo Rubim (2007), tem constituído elo das elaborações das políticas culturais na história do Brasil.

⁴⁸ P. 30.

Em especial no que diz respeito à Dança, podemos afirmar a potência desta linguagem artística ao oferecer diferentes modos de se relacionar consigo mesmo e com a coletividade, assim como de se organizar no tempo-espaço. Portanto, acreditamos que as Quadrilhas Juninas e a Roda de São Gonçalo, que tanto têm sofrido com a ausência de estratégias para sua continuidade, além de caracterizar a identidade cultural local, tenham papel fundamental neste processo pela sua contribuição frente às vivências intrínsecas de participação estético-política que marcam a natureza destas manifestações culturais

CAPÍTULO 2

DANÇAS POPULARES NO MUNICÍPIO: AUSÊNCIAS E PRESENÇAS

Voltar o olhar para as manifestações culturais presentes no município de Jaguarari é notar as dificuldades que o campo cultural local enfrenta, onde a desvalorização e a falta de incentivos em seus diversos modos parecem contribuir com a invisibilização das diferentes manifestações culturais ocorrentes na região. Sobretudo as expressões em Dança, moções que favorecem para o esquecimento dos mestres da cultura popular e de seus saberes, evidenciando a falta de atenção e a carência em políticas de salvaguarda em que possam compreender a diversidade e as diferenças que compõem o cenário cultural do município e que garantam não apenas acesso e contato com a pluralidade de manifestações artístico-culturais, mas à memória e a valorização de bens e produtos culturais.

Reconhecer a potência artística e cultural de uma localidade oferta oportunidades para que observemos como as articulações sociais junto a esfera política ocorrem, e quais estratégias os poderes públicos, para este caso, municipal e estadual, adotam para que ocorram ações de fomento, difusão e distribuição de recursos em suas variadas formas na tentativa de contribuir para o desenvolvimento de organizações, grupos, coletivos, núcleos e outras formações que dediquem suas tarefas para o fazer cultural. Na tentativa de traçar um panorama de como as articulações sociais junto ao campo político vem ocorrendo nesta região, a pesquisa traz a Dança de São Gonçalo do Amarante e os movimentos de Quadrilha Junina como meios que contribuíram para acessar determinadas informações e conhecimentos.

Antes de aprofundarmos a complexidade dessas duas manifestações que compõem o interesse desta pesquisa possuem, torna-se valioso identificar e expor outras expressões que traduzem a riqueza que o município possui, revelando assim que as carências enquanto compreensão do contexto cultural local ou mesmo ausências das políticas corroboram diretamente para o desaparecimento dessas expressões, como também viabilizam para o não reconhecimento dos atores locais como fazedores de cultura.

3.1 DIVERSIDADE CULTURAL NO MUNICÍPIO

Visualizar a diversidade cultural que o município de Jaguarari possui requer que as observações sejam iniciadas a partir da presença dos povos originários – entre os quais podemos citar o povo Pataxó e os indígenas da etnia Taxauá –, onde destaca-se a história do índio Jaguarari⁴⁹, responsável por nomear a sede municipal. Seguindo em busca de diálogos com a diversidade que o município dispõe em sua formação cultural, destacamos a cultura do vaqueiro, manifestação que predomina maciçamente entre os povoados que integram a região.

Diferente da influência indígena, que atualmente encontra-se apagada no município, a cultura do vaqueiro parece persistir entre os avanços econômicos e sociais que a região vem apresentando. Entre as expressões ligadas a esse importante grupo social, destacam-se as cavalgadas, eventos religiosos (como a Missa do Vaqueiro), as corridas de argolinhas e as vaquejadas, movimentos esses que agitam distintos povoados rurais que integram a composição territorial do município, como o distrito de Santa Rosa de Lima.

É também neste distrito que se localiza o primeiro museu do Território Piemonte Norte do Itapicuru. Esse espaço cultural é responsável por manter parte significativa da história referente à cultura do vaqueiro, mas estende o seu acervo a documentos de importâncias políticas, assim como material sacro que também fica aos cuidados deste espaço.

Mobilização semelhante ocorre no povoado Outeiro, onde moradores locais se juntam na tentativa de evidenciar a sua própria história e idealizam o Museu Nossa Casa, Nossa História. Coordenado por Regivaldo dos Santos, de maneira ainda tímida, o espaço vem ampliando seu acervo possibilitando que interessados possam acessar através de material iconográfico, instrumentos musicais, objetos diversos e outros documentos parte da história do povoado. Para esse equipamento cultural apontamos a ausência de diálogos e outras mobilizações por parte do poder público e privado que possam amplificar as atividades, bem como propor melhorias à sua estrutura.

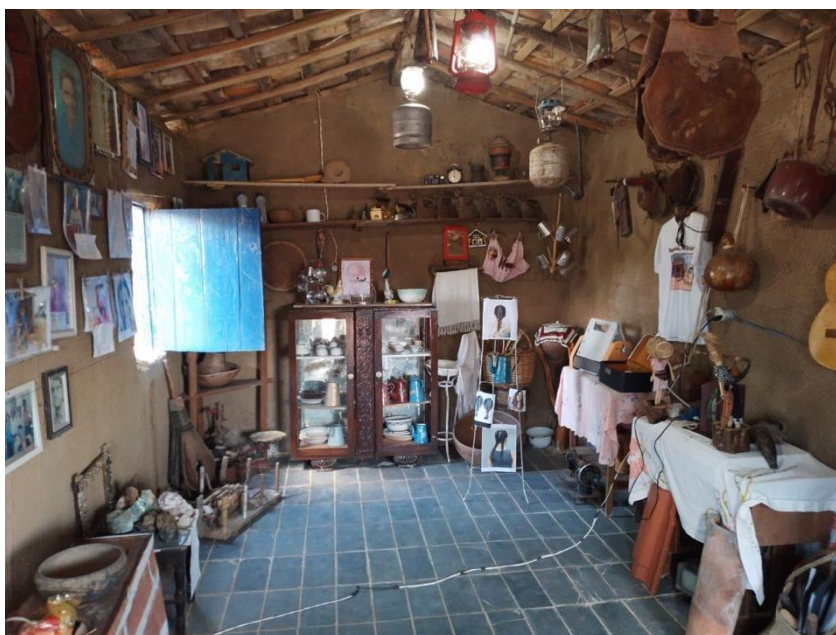
⁴⁹ Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/jaguarari/historico>>. Acesso em: 06 jan. 2022.

Figura 14 - Camisa do Museu Nossa Casa, Nossa História



Fonte: arquivo pessoal de Regivaldo dos Santos.

Figura 15 - Parte do acervo pertencente ao Museu Nossa Casa, Nossa História no povoado do Outeiro



Fonte: arquivo pessoal de Regivaldo dos Santos.

Figura 16 - Área externa do Museu Nossa Casa, Nossa História



Fonte: arquivo pessoal de Regivaldo dos Santos.

Os equipamentos são importantes iniciativas para o setor cultural, tanto para o município de Jaguarari como para outras regiões circunvizinhas, servindo de apoio, base e estímulo para que novas propostas possam se tornar presentes em áreas distintas do município, sem dúvida um exemplo de organização para outros segmentos, como é o caso da Dança.

Sendo então a cultura sertaneja e a influência indígena algumas das expressões expoentes no município, abordamos as atividades dos tocadores de pífanos, expressão que une as duas identidades – a indígena por influência nos instrumentos sonoros e a sertaneja, pelo espaço e costumes presentes nas comunidades onde a manifestação ocorre. Entre os povoados onde essa prática se destaca, citamos o Catuni da Estrada, localidade onde a expressão vem sendo traduzida como importância, a partir do grupo jovem Banda de Pífanos de Catuni.

A banda tem sua fundação em 2012 a partir da iniciativa de Justino Pereira, cidadão que possuía alguns instrumentos musicais que compõem a estrutura da manifestação de pífanos. O grupo de jovens completa 10 anos de atividades desde as suas primeiras aulas até os tempos presentes, onde integram a programação cultural do município. Além da banda oriunda do povoado Catuni da Estrada, podemos citar as atividades que ocorrem no povoado Pau Ferro, onde também se concentram tocadores de pífanos na região.

Os jovens que tomam a frente das atividades da Banda de Pífanos do Catuni da Estrada realizam o papel de difundir e propagar a importância dessa manifestação não apenas em sua comunidade de origem, mas participam e integram a agenda festiva e religiosa de outras localidades do município, oportunizando que mais pessoas possam interagir com a manifestação e com a iniciativa.

Entre as diversas situações nas quais a banda se apresenta, estão as festas de tradições religiosas fazem parte do seu roteiro, como as comemorações de Sant'Ana Joaquim, no distrito de Carrapichel, e os festejos de Santa Rita, realizados em Estiva, ambos pertencentes ao município de Senhor do Bonfim/BA; e as comemorações pertencentes ao calendário municipal de Jaguarari, a exemplo do aniversário da cidade comemorado em 6 de agosto e dos festejos juninos. Em sua composição integram a banda quatro jovens, responsáveis por trazer corpo e som a essa expressão, tendo flautas e zabumbas como instrumentos musicais.

Figura 17 - Banda de Pífanos do Catuni da Estrada. Integrantes realizando apresentação da manifestação cultural na feira municipal de Jaguarari/BA em 7 de junho de 2022



Fonte: @pifanos_de_catuni, conta oficial no *Instagram*.

Figura 18 - Apresentação cultural da banda de pifanos de Pau Ferro em 25 de junho de 2022. Programação realizada no São João de Jaguarari/BA



Fonte: @culturajaguarari, conta oficial da Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Juventude no *Instagram*.

Figura 19 - Imagem dos pifanos utilizados pelos músicos



Fonte: @pifanos_de_catuni, imagem extraída na conta oficial do *Instagram*.

Ainda na tentativa de demonstrar as diversas manifestações culturais presentes no município, podemos evidenciar a importante tarefa dos fazedores de artesanato que idealizam propostas com insumos naturais, como a madeira e a palha. A prática artesanal tem destaque no povoado de Jacunã, onde a localidade também dá nome

ao 1º Festival da Palha de Jacunã⁵⁰, realizado em 2022. Nesta ocasião, artesãos e artesãs puderam expor as suas produções junto a outros artistas, representantes de territórios circunvizinhos. Outros recursos foram utilizados na exposição idealizada pelo evento, entre eles as produções em barro, madeira, bordados e culinária, traduzindo a diversidade e potência de produção artístico cultural que o município possui e representa no cenário baiano.

O evento contou com o mote “mãos que transformam” e teve a sua produção através do Governo do Estado da Bahia, por meio do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), somado ao apoio da Associação Regional dos Grupos Solidários de Geração de Renda (ARESOL), Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar da Bahia Ltda (COOMPAB) e da Prefeitura Municipal de Jaguarari. A organização do festival se deu em parceria entre as Secretarias Municipais de Agricultura, Desenvolvimento e Cultura. Entre os objetivos do evento, notam-se o apelo ao desenvolvimento da agricultura familiar e a economia solidária do município.

As iniciativas da gestão municipal vêm trazendo protagonismo ao artesanato da região a partir das lógicas comerciais, mas não proporcionam seguridade para esses trabalhadores da cultura. Algumas conquistas precisam ser citadas, como a Loja Recanto das Artes⁵¹, localizada no distrito Pilar, proposta idealizada de maneira conjunta entre a Prefeitura, a Ero Brasil / Caraíba, a Câmara de Dirigentes Lojistas de Pilar (CDL) e a concessão de uso de espaço da Escola Municipal Santo Antônio, direcionado à associação de moradores de Jacunã, resultando na Casa das Artesãs Mãos que transformam⁵².

Outra ação pertinente a este setor é a Feira de Artesanato da Bahia⁵³, evento que proporcionou o encontro entre trinta trabalhadores da cultura do artesanato residentes em municípios do Território Pimento Norte do Itapicuru, ocorrido entre os

⁵⁰ Festival da Palha de Jacunã: Disponível em: <<https://www.jaguarari.ba.gov.br/noticia/277>>. Acesso em: 25 out. 2022.

⁵¹ Loja Recanto das Artes. Disponível em: <<https://www.jaguarari.ba.gov.br/noticia/256>>. Acesso em: 27 set. 2022.

⁵² Casa das Artesãs Mãos que transformam. Disponível em: <<https://www.jaguarari.ba.gov.br/noticia/190>>. Acesso em: 27 set. 2022.

⁵³ Feira de Artesanato. Disponível em: <<https://www.jaguarari.ba.gov.br/noticia/332>>. Acesso em: 27 set. 2022.

dias 11 e 14 de agosto de 2022. Na programação do evento, destacamos as propostas de formação e qualificação direcionadas ao distrito de Flamengo, reconhecido pela produção de carrancas de madeiras, bem como o cadastramento no sistema de Carteira Nacional de Artesãos e Artesãs, em que junto ao Cadastramento Único de Artesãos do Brasil, formalizam a participação do trabalhador da cultura de artesanato a integrar as propostas do Centro de Comercialização do Artesanato da Bahia.

Figura 20 - Carrancas de madeira produzidas no Distrito de Flamengo, Jaguarari/BA



Fonte: Comunidade de Flamengo - Artesanato de Carrancas, página oficial no *Facebook*.

A proposta, que ocorreu no município de Jaguarari, teve a sua idealização pela Coordenação de Fomento ao Artesanato, da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Governo do Estado da Bahia. Ainda voltado à produção de artesanato do município, o webinar “Base Conceitual do Artesanato Brasileiro”, foi uma proposta realizada por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico, apoiada pelo Governo da Bahia, através da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE). O encontro proporcionou aos presentes a conscientização acerca dos órgãos públicos responsáveis por oferecer assistência ao setor.

Figura 21 - Webinário - Base Conceitual do Artesanato Brasileiro. Evento realizado em 8 de junho de 2022 pela Prefeitura Municipal de Jaguarari/BA



Fonte: Ascom Jaguarari - Governo Cuidando da Nossa Gente⁵⁴.

Como se pode observar, a maioria das propostas destinadas ao artesanato foram centralizadas na sede do município e no distrito Pilar. Além disso, percebe-se que as iniciativas denotam um viés mercadológico, tendo todas as suas organizações pautadas em propostas de comercialização de produtos. Cabe dizer que os eventos tiveram em sua grande maioria a idealização por parte do Governo Estadual, sendo o município responsável apenas pela organização das propostas. Neste sentido, cabe indagarmos: quais políticas foram de fato pensadas e elaboradas para os artesãos e artesãs? Além de eventos e propostas sazonais de formação e qualificação desses trabalhadores da cultura, como o município formaliza diálogos com esta categoria? Quais meios aproximam a comunidade local dessas produções?

Não identificamos indícios de políticas para a continuidade das tarefas desenvolvidas pelos artesãos locais. A política baseada em eventos gera falsas sensações de protagonismo cultural, de segurança e acesso, no entanto, essas propostas com frequência trazem incertezas, inseguranças, instabilidades e fragilidades no que diz respeito ao futuro. A extensão deste tipo de organização política para a cultura alcança outras expressões que constituem o cenário da região. Manifestações como Samba de Lata e o Reisado tem as suas complexidades de organização reduzidas e participam da agenda municipal apenas como apresentações

⁵⁴ Disponível em: <<https://www.jaguarari.ba.gov.br/noticia/308A>>. Acesso em: 20 set. 2022.

culturais nos eventos que proporcionam visibilidade turística, assim como os festejos tradicionais em comemoração aos padroeiros Santo Antônio, São João e São Pedro.

Compreendidas como recurso de entretenimento nos diversos eventos idealizados pela gestão municipal, as duas expressões representam memórias, tradições e meio de aproximação entre gerações, além de possuírem um relevante significado religioso para os praticantes. O Reisado ou Terno de Reis, por exemplo, está presente em diversas comunidades do município, e estabelece relações com a devoção e crença dos povos sertanejos, fato que influencia nas particularidades apresentadas pela manifestação. Como ocorre com outras expressões tradicionais do município, pouco se percebe a presença e interesse de jovens na organização e participação do Reisado. Entre os povoados que se destacam com a presença do Terno de Reis, citamos a comunidade do Jacunã e Varzinha, mas destaca-se que a expressão também é realizada em outras localidades do município, enfrentando desafios que influenciam na continuidade dessas tarefas.

Por possuir significativa representatividade entre os povoados do município, o Reisado acaba sendo inserido dentro das programações festivas organizadas pela Prefeitura Municipal. Como outras manifestações, o Reisado não possui políticas específicas e não há programas que tratem desta expressão reconhecendo a sua importância histórica e transformadora. A prática de organizar eventos e acreditar que esses espaços são meios políticos de reconhecimento das manifestações locais, corrobora nas diversas influências que o avanço econômico incide sobre as regiões rurais. Os diálogos entre gerações já não são suficientes para proporcionar a continuidade e a presença dessas práticas na região; a inserção da manifestação religiosa e cultural se traduz em mudanças que distanciam a população, os praticantes e a gestão das contribuições culturais que o Reisado pode significar para o município.

A ausência em políticas de salvaguarda torna-se evidente quando buscamos informações acerca desta e de outras manifestações referentes ao município e nos deparamos com a escassez de materiais escritos, fotográficos, filmes e outras importâncias. É urgente que a gestão municipal se debruce sobre essas questões na tentativa de assegurar às gerações futuras o acesso à história, à memória e à riqueza cultural pertencente ao município. É preciso recorrer aos mestres locais na tentativa de preencher as lacunas históricas culturais do município.

Figura 22 - Participação do grupo de Reisados da comunidade Serra dos Morgados no 1º Fórum Cultural de Jaguarari/BA



Fonte: @culturajaguarari, conta oficial do *Instagram* da Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Juventude.

Entre as programações organizadas pela gestão municipal, o Reisado integrou eventos como: 1º Ecofestival de Inverno e 2º Pienorte de Ciclismos⁵⁵. Entre os apelos relacionados aos eventos, destacamos as ações voltadas para agricultura familiar, economia solidária, sustentabilidade e preservação ambiental e a feira de economia solidária, com exposição e comercialização de produtos artesanais. Nesse sentido fica a questão: qual o lugar da cultura dentro da gestão municipal? A redução do potencial criativo e cultural dos fazedores de cultura do município fica à mercê das estratégias comerciais interpretadas como prioridade. Qual a efetividade dessas ações para o campo cultural do município? Como os grupos locais podem garantir a continuidade e permanência na história local? Como a comunidade pode se reconhecer culturalmente dentro das lógicas de compra e venda turística? As questões se amplificam quando recorreremos às justificativas do Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Raimundo Gomes:

É uma satisfação ter Jaguarari no Mapa do Turismo, e em grande estilo. Um desafio que precisou de planejamento, articulações e uma imensa colaboração de todas as secretarias municipais para a sua primorosa execução. Entregamos um fim de semana de entretenimento, valorização da nossa cultura, empreendedorismo e de despertar para a causa ambiental, o que deve ser um compromisso de

⁵⁵ 1º Ecofestival de Inverno e 2º Pienorte de Ciclismo. Disponível em: <<https://www.jaguarari.ba.gov.br/noticia/326>>. Acesso em: 13 jul. 2022.

todos. Digo mais: mostramos o quanto Jaguarari tem potencial para empreitada no ecoturismo⁵⁶.

É possível concordar com o então secretário quando aborda as questões de entretenimento, mas faz-se necessário questionar se tais ações congregam o devido valor à cultura local. A cultura se torna superficial dentro das lógicas adotadas pela gestão municipal, não há valor creditado às manifestações e tão pouco aos trabalhadores da cultura. O que se evidencia a partir dessas práticas é a exposição, a espetacularização de manifestações sem a compreensão necessária sobre a complexidade que cada uma representa, a exposição da história cultural do município sem entendimentos mínimos sobre seus significados e importâncias.

Semelhante processo ocorre com o movimento das agremiações de Quadrilhas Juninas. A relação dessa manifestação com a história cultural do município ocorre em diferentes passagens temporais, pois a relação com a comunidade é algo intrínseco, no entanto não são estabelecidas conexões entre o poder público e os agitadores pertencentes a esse segmento. Os grupos quadrilheiros enfrentam processos dificultosos para dar continuidade e segmento nas suas apresentações.

Diferente das manifestações citadas, a Quadrilha Junina adormece após o período das festas, participa do calendário municipal e das ações projetadas pelo então governo de maneira anual, evidenciando a dificuldade que os produtores e simpatizantes desta manifestação lidam para que a atividade possa ocorrer. A ausência em políticas que se conectem e amadureçam as práticas e articulações desse segmento fragilizam a composição e a organização dos sujeitos participantes por impossibilitar a interpretação desta manifestação como importante movimento cultural para o município e meio possível de trabalho cultural entre os manifestantes culturais.

Nesse fluxo, mas em situação muito mais complicada, estão os praticantes da Dança ou Roda de São Gonçalo. Por existir uma forte relação com a crença dos devotos ao santo, a manifestação não participa da agenda cultural estabelecida pela secretaria. Há nessa constatação algumas implicações que precisam ser tratadas. Começamos a pensar que todas ou a grande maioria das manifestações culturais que estão presentes no município se estabelecem e ocorrem junto às práticas religiosas

⁵⁶ Fonte: ASCOM. Governo Cuidando da Nossa Gente - Prefeitura Municipal de Jaguarari. Disponível em: <<https://www.jaguarari.ba.gov.br/noticia/326>>. Acesso em: 13 jul. 2022.

compreendidas de forma histórica e contextualizada, e nesse sentido o questionamento acerca da não inserção da Dança de São Gonçalo nos eventos citados se organiza como questão: o que torna a prática da Roda de São Gonçalo diferente das demais manifestações de expressão popular?

A situação vem resultando no desaparecimento da organização desta prática no território municipal. Os tocadores, as pessoas dançantes, os devotos e mesmo os terreiros de roças se tornam escassos para realização desta tarefa. Tem sido necessária a importação de sujeitos de localidades circunvizinhos para suprir as carências que os devotos e fazedores da roda estão enfrentando. Junto à falta de políticas que garantam a continuidade da manifestação cultural, os devotos que dançam a sua fé enfrentam a disputa de espaço com a chegada de novos modos religiosos, onde a conversão dos praticantes para outras crenças tem se constituído um espaço de disputa de narrativas.

A Dança de São Gonçalo vem dando indícios do seu desaparecimento a partir dos intervalos entre a sua realização. Durante o desenvolvimento da pesquisa, apenas duas rodas foram realizadas no município, sendo as mesmas articuladas em comunidades diferentes e com tocadores do município vizinho, Juazeiro da Bahia. Diante deste panorama, as abordagens seguintes se concentraram nos fazeres de grupos específicos de Quadrilhas Junina e Dança de São Gonçalo que foram acompanhados durante a pesquisa, onde se torna possível identificar os possíveis meios de articulações que existem e proporcionam a continuidade dessas tarefas, bem como caminhos que fortaleçam os fazeres dos atores locais a partir de formações e capacitações para o campo cultural.

3.2 GRUPOS: DESCRIÇÃO, FORMAS DE ARTICULAÇÕES E POTENCIAL DE ORGANIZAÇÕES

As abordagens que seguem a discussão partem de diálogos que ocorreram em modo presencial e virtual com interlocutores de gerações distintas e que juntos potencializam fazeres dentro do cenário cultural de Jaguarari.

Tony Santos, jovem de 30 anos, coreógrafo, professor e dançarino, se destaca dentro dos fazeres ligados às Quadrilhas Juninas tendo integrado diferentes organizações quadrilheiras da região.

Algumas agremiações juninas já não existem ou se apresentaram ao longo do tempo com outros nomes. Seus integrantes compuseram distintas formações, alguns se encontram como espectadores, outros como agitadores do movimento e alguns desistiram da participação pela falta de apoio, reconhecimento e ausência de incentivos necessários para que a manifestação seja reconhecida e integrada a sociedade, saindo do lugar, espaço e tempo específico de exibição traduzido em eventos.

Na história cultural do município, podemos apontar a Quadrilha Ti-Co-Mia como um dos movimentos pioneiros para esse segmento. Realizada no distrito Pilar com a direção da professora Eneide Vieira, a organização quadrilheira movimentou o município com as coreografias estilizadas ainda nos anos 1990. Essa associação também originou o importante forró de rua que ocorria no distrito, movimentando a economia local e possibilitando a integração social entre sujeitos de localidades diversas. Além disso, o grupo que era composto por jovens estudantes e orientado pela professora, tiveram a oportunidade de viajar por diferentes regiões da Bahia e em outros estados participando de campeonatos e festejos de cunho junino, levando os fazeres culturais do município para além dos limites territoriais da região.

Entre a geração atual que se articula e realiza as manifestações de quadrilhas juninas, destacamos a importante tarefa e contribuição de Tony Santos, jovem residente do município de Jaguarari, precisamente na comunidade de Varzinha. Tony foi responsável por articular trabalhos coreográficos premiados em concursos destinados à realização das quadrilhas juninas em diferentes épocas. A atuação do interlocutor ganha projeção junto aos trabalhos das organizações: Junina Matuta (2010), quadrilha destinada ao público mais jovem; Raio de Lua (2013), Brilho do Sertão (2016), Sem Noção (2017), a convite de articuladores culturais do Distrito Pilar; Sanfona de Ouro (2019) e Faísca do Sertão (2022).

Figura 23 - Integrantes da Quadrilha Junina Mirim Junina Matuta - Jaguarari/BA (2010)



Fonte: arquivo pessoal Tony Santos.

Figura 24 - Integrantes da Quadrilha Junina Faísca do Sertão - Jaguarari/BA (2022)



Fonte: @fasicadosertao, rede oficial do grupo no *Instagram*.

Figura 25 - Apresentação da Quadrilha Junina Gingado Nordestino nos festejos de São Pedro - Pilar/BA (2022)



Fonte: @culturajaguarari, conta oficial do *Instagram* da Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Juventude.

Em conversas com o interlocutor Tony Santos, ficam esclarecidas as dificuldades que o movimento de quadrilheiros enfrenta no município. Mesmo sendo uma das grandes atrações que fomentam e agitam a cena cultural da região pelo seu valor simbólico, festivo, religioso, artístico e de afeto para os envolvidos, as organizações não recebem o apoio devido quando se trata de garantias para continuidade. Outro fator que chama atenção para esta realização é o compromisso que os integrantes dedicam para que a manifestação possa ocorrer de maneira respeitosa, tanto à tradição quanto ao público e admiradores. Tal compromisso acaba transferindo para alguns dos integrantes inadimplência financeira, seja com o comércio local ou com o aluguel de roupas, adereços e demais necessidades com grupos de quadrilhas de cidades ou estados vizinhos. As políticas destinadas à cultura local não dão conta da complexidade e grandiosidade que esse segmento possui; são insuficientes quando interpretam a importante representatividade e lugar de trabalho para alguns dos participantes e mesmo para o valor creditado ao município por comportar e apresentar com excelência esta prática.

As dificuldades enfrentadas pelo movimento de Quadrilha Junina no município refletem tanto a falta de compreensão da gestão municipal para interpretar e reconhecer o conjunto de integrantes como potenciais articuladores, propositores e

fiscalizadores das legislações culturais, como por parte desses atores o autorreconhecimento de agitadores culturais, que podem assegurar as práticas ligadas à Quadrilha Junina, mas também articular políticas que se estendam para outros fazeres culturais e artísticos que integram a rotina e história local. Neste caminho, a discussão se desdobra a partir de entrevista realizada em modo virtual com Tony Santos, com a presença de Priscila Rodrigues, moradora e atual articuladora das Quadrilhas Juninas do distrito Pilar.

A princípio interessa saber quais as dificuldades que o segmento enfrenta para se ter garantia da continuidade das ações. A proposta é que a partir desta provocação, os interlocutores possam mostrar quais estratégias são utilizadas durante a produção da manifestação. Outro ponto de interesse consiste em saber como a gestão municipal se aproxima das organizações, em qual momento isso ocorre e como é tratado esse diálogo, tendo em vista que as problemáticas enfrentadas são recorrentes e independem das siglas eleitas para administrar os acontecimentos culturais municipal. Em sequência, indagamos a respeito do planejamento para o ano seguinte, como essas organizações se articulam dentro desta perspectiva e qual a participação da gestão nessa etapa.

Destacasse o desconhecimento por parte dos articuladores a respeito do Conselho de Cultura Municipal, assim como das ações e planejamentos aprovados para o Plano Plurianual 2022-2025. Cabe dizer que entre as iniciativas propostas pela gestão municipal o item 38 deste documento apresenta “incentivar a cultura de quadrilhas na sede e demais localidades” (JAGUARARI, 2021, p. 30).

Desta maneira, interessou a esta etapa da pesquisa identificar como os atores ligados às Quadrilhas Juninas se articulam entre si e com a gestão municipal na tentativa de garantir e assegurar a continuidade desta tarefa tão importante para o município. Quais as garantias que as organizações quadrilheiras possuem para o desenvolvimento das atividades após o período das festas juninas?

Não há garantias que assegurem as nossas atividades para o ano seguinte, mas mesmo com essa situação nós iniciamos os encontros com o pessoal do grupo considerando que a empresa mineradora ofereça algum apoio ou incentivo para que a quadrilha tenha as apresentações garantidas. Não é uma certeza, mas tem sido a forma que a gente inicia os trabalhos⁵⁷.

⁵⁷ Entrevista com Priscila Rodrigues, em 28 de setembro de 2022.

Não existem garantias para que o grupo volte a realizar encontros e apresentações no ano seguinte. Isso leva a um lugar de chateação por parte dos integrantes e familiares daqueles que são de menor idade, mas já integram o grupo. Isso acaba afastando parte dos integrantes, resultando em um outro problema para o ano seguinte. Além de irmos atrás do recurso, nós também precisamos buscar sempre por novas pessoas, pois muitas entram em um lugar de desgosto por falta de incentivo e se afastam dos encontros⁵⁸.

Fica perceptível nas respostas obtidas que os grupos não possuem garantias e que além das dificuldades relacionadas à pauta financeira, as organizações precisam mediar as decepções por parte da população para garantir que no futuro outras gerações possam dar continuidade às tarefas realizadas pelo segmento. Outro ponto que chama atenção durante a comunicação com as pessoas entrevistadas é que, mesmo estando no mesmo município, as quadrilhas trilham caminhos diferentes quando o assunto é continuidade das suas ações.

A quadrilha proposta no distrito de Pilar conta com o incentivo da mineradora local como principal recurso, mesmo sem garantias, assegurando os encontros e as elaborações pertinentes para a execução de tarefas na crença e confiança de que o empreendimento trará segurança para que as atividades sejam realizadas de maneira íntegra. No caso da quadrilha sediada em Jaguarari, os meios possíveis e que sugerem garantias estão pautados na agenda da gestão municipal, valendo lembrar que para anos anteriores essa função estava direcionada à pasta da educação, onde a cultura era alocada junto a outras especificidades de interesses sociais. Para esse ano a gestão conta com uma pasta direta para a cultura, mas que não apresenta caminhos ou outras estratégias para o segmento das quadrilhas. Essas ações ocorrem em meados dos festejos juninos, proporcionando incerteza quanto ao fazer dos atores envolvidos.

Parece que a falta de relação entre os grupos de quadrilhas torna distante a possibilidade de uma inter-relação entre o setor público e o setor privado, algo que talvez pudesse contribuir para a continuidade dos exercícios ligados a essas organizações. Fica evidente que cada grupo estabelece as suas próprias dinâmicas sem comunicação interna, provocando talvez dificuldades de organização para o campo.

⁵⁸ Entrevista com Tony Santos, em 28 de setembro de 2022.

A soma de forças entre as gerações quadrilheiras, independente das localidades, parece ser potencial para estreitar as relações das esferas pública e privada junto às tarefas culturais e artísticas do município. O distanciamento e a falta de diálogo entre os representantes e demais integrantes quadrilheiros parece em certa medida dificultar as percepções dos poderes sobre a seriedade que essa atividade comporta e sugere. No entanto, a pesquisa compreende que esses atores e os seus fazeres podem ter dificuldades de reconhecimento sobre seus próprios fazeres pela falta de incentivo e meios que tragam formações específicas, apresentando possibilidades de articulações que confortem as tarefas necessárias para a formação de uma Quadrilha Junina; assim como forneçam caminhos que formalizem as atividades desses atores, podendo os grupos independe das suas localizações geográficas no município se integrarem como conselho de quadrilha ou como associações independentes que possuem conhecimentos acerca de direitos e deveres no campo da cultura.

Outro fator que chama bastante atenção é a relação que as esferas pública e privada congregam a este segmento. Mesmo parecendo caminhos óbvios quando se trata de segurança para o acontecimento cultural, as instâncias não dispõem de políticas específicas ou demais meios que tragam a esses manifestantes da cultura um amadurecimento acerca dos seus fazeres. Além disso, não há compreensão dos sujeitos que a segurança, a qual parece vir de uma condição amiga ou de privilégio, na verdade deveria ser a consequência de políticas estruturais, sejam elas para o próprio desenvolvimento de imagem, para trazer garantias a sociedade sobre acesso e consumos ou mesmo para reparar impactos que muitas vezes os próprios sujeitos desconhecem.

Neste viés, a cultura local nada mais é do que um recurso utilitário que é acionado a partir das necessidades, sejam nos eventos, onde o valor creditado se pauta em mercadoria, ou nos discursos que carregam ideias de inclusão e desenvolvimento para a sociedade. O “resultado final é que as instituições culturais e financiadoras estão cada vez mais voltadas para a medida da utilidade, pois não há outra legitimação aceita para o desenvolvimento social” (YÚDICE, 2013, p. 35). Os artifícios que trazem consigo a ideia de inclusão, muitas vezes fragilizam as relações que os atores possuem sobre as dinâmicas políticas que estão em constante mudança, distanciando os fazeres da comunidade de uma política cultural, de uma cultura política e democrática.

A realidade então vivida por esses atores apresenta que os desafios vão além da busca de incentivos, residem desde as compreensões acerca dos direitos que asseguram as propostas culturais. O campo museal e os fazeres dos artesãos, diferentes de outros segmentos, têm traçado rotas de organização, seja pela articulação dos trabalhadores de cada área ou pelas proximidades e afinidades que a gestão municipal possua com os segmentos. Assim sendo, quais os principais desafios para o acontecimento das quadrilhas e como esses podem ser superados?

Entre os maiores desafios, estão superar as questões financeiras. Hoje eu não tenho certeza se estou disposto a assumir o compromisso com uma Quadrilha junina. É muito trabalho envolvido para se chegar a uma formatação de apresentação e nós não somos remunerados por isso. Superar esses desafios é sempre a maior questão, nós abrimos mão da nossa rotina, ensaiamos sábado e domingo, e o que assegura a continuidade é porque a gente realmente gosta de praticar a manifestação. Na tentativa de mudar isso em anos anteriores nos organizamos alguns eventos, feijoadas, bingos e rifas, mas esse ano não ocorreu tais ações porque a Secretaria de Cultura assumiu toda a responsabilidade sobre a Quadrilha⁵⁹.

Entre os desafios que precisamos superar estão as caminhadas para ocupar algum espaço que garanta segurança e outras necessidades básicas para que os nossos encontros e ensaios possam acontecer. O primeiro movimento que a gente faz é sair visitando as escolas locais na tentativa de articular isso. Quando encontramos alguma escola disposta a acolher nossas atividades outros desafios surgem, a escola libera o pátio, mas a cantina onde ficam os dispositivos de água está fechada, o tempo de encontro fica restrito na questão de horário porque envolve a colaboração de outros profissionais para fechar o espaço escolar. Após isso enfrentamos o desafio de achar aparelho de som e junto a tudo isso estão as questões financeiras, a falta de apoio acaba dificultando. Nós também trabalhamos na produção de outros eventos que possam gerar recursos para a quadrilha, vendemos bolo na feira, bingos e rifas. Mas há uma dificuldade de apoio para essas realizações, tanto o comércio local como a prefeitura interpretam que a nossa organização se inicia muito cedo. Se eu for em janeiro pedir apoio para articular esse tipo de evento, a resposta que vou receber será: mas o São João não é em junho?⁶⁰

⁵⁹ Entrevista com Tony Santos, em 28 de setembro de 2022.

⁶⁰ Entrevista com Priscila Rodrigues, em 28 de setembro de 2022.

Podemos afirmar que noções reducionistas voltadas para os exercícios das Quadrilhas Juninas além de refletirem em desgaste e cansaço para os atores locais, apontam para o desaparecimento do movimento junino nesta região. A falta de interesse por parte da gestão fica esclarecida a cada nova pergunta. As promessas não alcançam o ritmo que a manifestação ocorre, os marcos legais são pensados sem a participação dos sujeitos que praticam, vivem e sentem na pele o desejo de fazer a manifestação acontecer, as ações e planejamentos são reduzidas quando se trata do segmento dança no município de Jaguarari. O discurso de uma gestão democrática não dá conta das demandas diárias que os atores da cultura apresentam diante das suas manifestações.

É possível também perceber que as problemáticas existentes no campo são, de modo geral, estruturais, no que concerne às manifestações culturais, pois além de não existir um apoio concreto para a manutenção desses acontecimentos, colocam as mesmas em um lugar de produto comercial rentável, não valorizando esses atores e sua dedicação, mas focando no retorno econômico que podem gerar. Nesse sentido, alinhado ao que já foi pontuado com a situação das Quadrilhas Juninas, a Roda de São Gonçalo também transita na incerteza quanto à sua permanência.

Conforme apresentamos anteriormente, a Roda de São Gonçalo é uma manifestação de cunho festivo-religioso encontrada em diferentes partes do Brasil. Praticada no Território Piemonte Norte do Itapicuru, no município de Jaguarari, ela acontece como celebração e/ou para pagar promessas a partir de graças alcançadas pelo santo português São Gonçalo de Amarante, conhecido também como protetor dos violeiros e santo casamenteiro.

Um exemplo de tradição na prática dessa manifestação é a Família Ferreira – uma das poucas existentes que ainda realizam a Roda de São Gonçalo em Bom Despacho –, que tem resistido a todos esses desafios de maneira onde a devoção ao santo os tem mantido de pé, compartilhando com as próximas gerações a importância desse movimento, não só para a família como um todo, mas para o cenário cultural do município.

Diferente das Quadrilhas Juninas que são relacionadas a um momento específico para o seu acontecimento, a Dança de São Gonçalo ocorre em distintos momentos do ano e não se relaciona especificamente com eventos festivos. A celebração ao santo e o pagamento da promessa realizada pelo devoto, traz para a manifestação a conotação de festividade.

Em termos políticos, não há legislações que dediquem cuidados e atenção a essa tradição presente no município. Ao contrário do que acontece com o Terno de Reis, o Samba de Lata, Quadrilhas Juninas e outras manifestações, a Dança de São Gonçalo não compõe a agenda de eventos proposta ou organizada pela gestão municipal. O protagonismo desta relação que entrelaça dança e fé está voltado aos interesses e compreensões das famílias que se dedicam e mantêm relações com a prática. Entre as dificuldades enfrentadas pelos praticantes, está a relação das comunidades com a manifestação, tendo em vista a influência de outras devoções, onde mestres e demais figuras importantes se convertem a outras religiões e deixam os saberes relacionados a esta prática de lado.

O fator econômico também é algo que influencia dentro desta manifestação. No município de Jaguarari não se encontram mais tocadores, os chamados guias, os quais são responsáveis por trazer o ritmo e a organização de movimentos que a Roda de São Gonçalo possui. Para que a manifestação ocorra, esses sujeitos precisam ser convidados de outras comunidades, na sua maioria, do município de Juazeiro/BA. Esta necessidade resulta em custos que afetam na realização da manifestação para algumas famílias, mas além disso, esta situação revela que a Dança de São Gonçalo não tem tido a devida atenção que necessita.

Tendo a sua realização nos terreiros de roças nas comunidades rurais, a Dança de São Gonçalo também enfrenta o desafio de se manter como tradição entre as famílias e amigos que estão por perto. A distância entre as comunidades, distritos e sede, tornam esta prática cultural distante, onde também o crescimento econômico vivido na região influencia quando desconfigura as formações familiares, berços de acontecimento desta manifestação a partir de processos migratórios, nos quais os jovens são parte significativa nestas mudanças.

Figura 26 - Deslocamento de Jaguarari/BA para a comunidade Varzinha, realizada em 18 de junho de 2022



Foto: Danillo Queiroz. Fonte: arquivo pessoal.

Figura 27 - Altar com a imagem de São Gonçalo do Amarante, manifestação ocorrida em 18 de junho de 2022 em Varzinha/BA



Foto: Danillo Queiroz. Fonte: arquivo pessoal.

Figura 28 - Preparação para o início da Roda de São Gonçalo, apreciação realizada em Varzinha/BA, em 18 de junho de 2022



Foto: Danilo Queiroz. Fonte: arquivo pessoal.

As análises realizadas durante a pesquisa de campo apontam a urgência em se pensar e pôr em prática legislações que assegurem a continuidade desta prática, como o objetivo de garantir às gerações futuras o acesso à história local, o acesso às influências e construções culturais que compõem e formam o município. Ter a atenção das famílias nesse momento se faz necessário. O diálogo com esses atores pode sugerir garantias de permanência desta tarefa cultural e de fé, além de auxiliar na documentação sobre a manifestação, seus praticantes e as colaborações feitas ao município. Alarga o campo de comunicação e percepções dos sujeitos sobre os seus fazeres, oferecendo-lhes autonomia e segurança para se articular com propostas que garantam a esta manifestação e a sociedade, seguridade e direito de interagir com a própria cultura, a se identificarem como membros do processo cultural do município.

Neste sentido, a escuta ativa e cuidadosa foi um caminho necessário na identificação, a partir de conversas com os interlocutores e demais sujeitos presentes durante duas manifestações a qual se fez a apreciação, desses processos e acontecimentos, tendo a primeira ocorrido em 15 de dezembro de 2021 e a segunda em 18 de junho de 2022. As manifestações para São Gonçalo ocorreram na comunidade Cacimba Riacho do Caixão e no povoado Varzinha. Na troca com os participantes da manifestação, interessou-nos buscar compreensões sobre as

interpretações acerca da Roda de São Gonçalo, seu lugar de movimento cultural no município, os desafios enfrentados e a relação da manifestação com a comunidade e gestão municipal.

Entre as questões que nutriram os diálogos com os praticantes das rodas propostas nesses dias, estão os entendimentos sobre a manifestação e suas possíveis relações com o campo artístico e como representação cultural. A Roda de São Gonçalo é arte?

Também, é uma cultura rara. As pessoas mantêm a tradição de antigamente. É uma tradição da igreja, por ser santo da igreja e nós acreditarmos nas graças alcançadas, aí nós acreditamos na cultura do santo. Eu pesquisei na internet pelo celular e encontrei que ele é um santo que realiza casamentos. Quem pede a graça do casamento alcança, mas eu não procurei me aprofundar, mas os guias vão aprofundar, eles são quem sabem da história. Eles devem ter algo mais importante sobre São Gonçalo, fato que deve influenciar na vida das pessoas hoje serem tão devotos dele⁶¹.

Percebe-se que entre os manifestantes há uma série de mitos e crenças sobre a Roda de São Gonçalo, fato que reflete a diversidade que esta manifestação representa quanto a sua relação com as diferentes regiões do país, mas os guias (tocadores) acabam detendo informações que os próprios fiéis acreditam não possuir. Outro ponto que deve ser considerado é a influência cultural advinda de outras localidades. Como dito anteriormente, no município de Jaguarari não são encontrados tocadores para realização das rodas e esse fato acaba influenciando aos manifestantes e devotos deste santo a necessidade de convidarem atores que realizam esta tarefa de outras comunidades, que de certa maneira traz influência que contribui para o misticismo e modos aos quais a dança vem sendo realizada na região. Cabe dizer que entre as duas rodas as quais foram apreciadas as diferenças são nítidas, mostrando a relevante influência que os guias proporcionam para a realização da manifestação. Aqui cabe lançarmos algumas perguntas: como a Dança de São Gonçalo chega em Jaguarari? Quais as diferenças são decorrentes das influências culturais originárias de territórios vizinhos? Como esses atores e manifestantes se reconhecem dentro dessa relação de mudança?

⁶¹ Entrevista realizada em 18 de junho de 2022, com as irmãs: Maria de Fatima, Marinalva, Mariza e Josefa, do povoado Varzinha/BA.

A escassez em políticas específicas para Dança e para as manifestações culturais que carregam esse cunho, mostram, a partir destas realizações, que entre as prioridades da gestão em épocas distintas não existia diálogo ou aproximação dentro do contexto cultural vivido no município. Não se pode afirmar até que ponto a Roda de São Gonçalo encontrada em Jaguarari hoje corresponde às práticas vividas outrora, no entanto cabe dizer que a necessidade e urgência de atenção acerca desta prática se apresenta de maneiras diversas: seja pela importação dos saberes advindos dos guias; pelo desconhecimento por parte dos praticantes sobre o seu próprio fazer e a real influência cultural que a manifestação representa ao município; ou pela interpretações e entendimentos que os sujeitos envolvidos com esta prática compreendem no seu lugar de atuação a partir das dinâmicas e influências advindas do tempo.

A situação parece colocar em dúvida não apenas os caminhos aos quais a manifestação ocorre, mas instauram aos manifestantes carências de compreensão sobre suas experiências. Na mesma entrevista realizada com devotos de São Gonçalo, foi possível acessar diferentes interpretações sobre quem é o santo e como a manifestação ocorre. A influência de saberes e a troca de experiências apresentadas pelos praticantes faz com que questionemos: Roda ou Dança de São Gonçalo?

Sim, é uma dança. Não só uma dança, né? É também. É uma maneira de animar as rodadeiras e os tocadores através da música. É uma oração! A dança é uma oração que a gente faz. Quem se apega com ele diz: pague sua promessa a São Gonçalo antes de morrer, viva a São Gonçalo viva⁶².

Eu acho que o certo é a Roda de São Gonçalo. Digamos que pode se falar uma festa, mas festa porque tem muita gente ali, né? Mas o certo, na minha opinião, é a Roda de São Gonçalo. A gente dança porque tem a dança, mas o certo é a roda. Se você prestar atenção, o que a gente faz no terreiro é rodado, e feito a volta, e a roda de São Gonçalo. A Roda de São Gonçalo é uma arte porque não se encontra muita gente que faz a roda, mas a gente não se sente artista. É uma arte folclórica, mas não é uma arte reconhecida, não é uma arte que a gente tem diploma⁶³.

⁶² Entrevista realizada em 18 de junho de 2022, com as irmãs: Maria de Fatima, Marinalva, Mariza e Josefa, do povoado Varzinha/BA.

⁶³ Entrevista realizada em 18 de junho de 2022, com o Sr. Genivaldo José Silva, Guia da Roda de São Gonçalo, residente no município Juazeiro da Bahia.

Analisar as diferentes percepções acerca da Roda de São Gonçalo proferidas pelos interlocutores é se deparar com riquezas de conhecimentos, saberes e subjetividades. Para alguns, dança, para outros, roda ou arte. O fato é que a manifestação de São Gonçalo é um importante meio de contribuição para a formação cultural do município, um importante ato religioso e festivo que reflete os momentos passados e traduzidos em diversidade no presente tempo. Esta pesquisa constata e reivindica condições políticas para a cultura local por compreender a riqueza que o campo cultural do município possui, por compreender a urgência em se pensar em políticas junto à comunidade; políticas que aproximem a gestão da sociedade e que façam a cultura local estabelecer conexões com o meio social, independente de crença religiosa ou de distância.

A proposta política apresentada pelo poder público ao município ao longo do tempo não tem compreendido a complexidade que os fazeres culturais locais representam. A política de eventos não conduz responsabilidades aos representantes legais que garantam seguridade aos manifestantes e as suas práticas; não traz aos manifestantes consciência sobre a importância dos seus fazeres; compreende e trata toda a história local como produto supérfluo e que deve ser acionado quando há carências em programações ou necessite constar fazeres que podem ser interpretados como democráticos e como meio de acesso à cultura.

A situação atual, mas não de agora, também reflete a carência em formação, qualificação e capacitação desses fazedores culturais, o que oportunizaria uma interação com a política local a partir dos seus fazeres, a partir da tradição cultural. São eles que dão continuidade a esse processo cultural local, ainda que com pouca instrução e apoio governamental, e esse tipo de “insistência” faz parte da resistência de uma região potente em riquezas culturais que carece de instrumentos que proporcionem experiências formativas, as quais vão potencializar os saberes já existentes.

3.3 ESPAÇOS CULTURAIS: CRIAÇÃO, FORMAÇÃO E DIFUSÃO

A ideia de se pensar políticas culturais para a Dança no município de Jaguarari, não discute apenas sobre o lugar do retorno econômico que poderia, de certa forma, facilitar/tornar possível a continuidade dos fazeres desses atores culturais locais, assim como estender esses acontecimentos para outras partes do território, mas, para além disso, sugere a necessidade em analisar também a questão estrutural da educação no campo da formação desses indivíduos, a partir de ações em espaços destinados a estes focos: produção, formação e difusão.

Assim, compreende-se que as atividades proporcionadas por esses espaços não são unicamente voltadas para campos específicos de produção artística, mas se inscrevem como estruturas capazes de promover diálogos, integração e respeito às diferenças e as múltiplas maneiras de se expressar artística e culturalmente, oferecendo entre as suas dinâmicas de ação atividades que integrem o entorno e as produções desenvolvidas pela sociedade, de maneira a contribuir com o progresso e com o provável interesse da população sobre a esfera cultural/artística, pois "não existe construção de uma sociedade justa e democrática sem levar em consideração a multiplicidade de vozes que compõem" (SANTOS, *et al.*, 2018, p. 14).

Criar, formar, difundir são ações que constroem e trazem vida aos equipamentos culturais, gerando movimento social e desenvolvimento nas produções locais, não como espaços formais, mas sim como ambientes estratégicos de ações focadas nesses fazeres, trazendo a comunidade para um pensamento coletivo e não reprodutivo. Isso acaba se tornando uma tarefa desafiadora ao compreender a diversidade cultural do município, pois mais do que um espaço destinado às atividades culturais, é preciso antes de tudo, reconhecer as múltiplas manifestações que compõem e fomentam o campo cultural dessa região. Centros culturais, teatros, cinemas, bibliotecas, galerias, museus, salas de concerto, casas de cultura e centros de circo são alguns dos exemplos de equipamentos que poderiam contribuir com município de Jaguarari, mas a ausência dessas estruturas se torna uma questão evidente quando acessamos artistas e representantes das manifestações culturais, os quais relatam as dificuldades em dar continuidade ao desenvolvimento de suas tarefas por falta de espaços próprios para a realização de trabalhos.

Os limites traçados pela ausência dos espaços culturais interferem de maneira direta na produção local, nos seus modos de representação e existência, assim como

na continuidade dessas manifestações. Esses ambientes, concebidos para atender essas atividades artísticas e culturais da sociedade, visando fomento, produção e salvaguarda, são vias responsáveis pela manutenção dessas práticas, movimentando o contexto social, em participação e o contexto cultural, em desenvolvimento e preservação.

Do ponto de vista artístico-cultural, os equipamentos promovem ações culturais, oferecem oportunidades de fruição, estimulam o aprendizado de práticas artísticas, valorizam expressões e representações identitárias e ainda são laboratórios de criação e reflexão em torno dos fazeres artísticos. Do ponto de vista social, inserem, ao menos potencialmente, as práticas culturais no conjunto das práticas cotidianas dos cidadãos, constituindo-se em importantes espaços de sociabilidade, capazes de se converterem em verdadeiras extensões do espaço público. Além disso, são ambientes com grande capacidade de influenciar a construção de novos valores em substituição aos vigentes, tão perpassados pela violência e pelas relações de consumo. (DAVEL; PIMENTEL, 2019, p. 204)

Se pensarmos no nível de transformação inerente à presença desses espaços e nas manifestações dessa região, é possível constatar que as políticas culturais, no formato desses equipamentos, teriam uma função importante para a crescimento/desenvolvimento dos agentes presentes na região e do reconhecimento dessas práticas; elas por si só carregam parte da identidade e a necessidade dessa continuidade se faz urgente diante da possibilidade de extinção dessas manifestações. As observações, diálogos e contato com os interlocutores do município, permite-nos constatar as divergências entre as práticas políticas postas em legislações e as práticas de interesse, seja pelo poder público ou pelo privado.

A Roda de São Gonçalo da Família Ferreira, por exemplo, resiste em meio a um longo caminho de tradição e devoção, sendo esse acontecimento parte do arcabouço cultural do município e da região. No entanto, essa e outras práticas não recebem reconhecimento por parte do município e da população local, nos dando a entender que a existência de equipamentos culturais viabilizaria possíveis aportes para essas expressões, podendo gerar contribuições no exercício da salvaguarda em respeito aos saberes e fazeres imbricados nas manifestações em dança, não cristalizando seus significados com o passar do tempo; ações que muitas vezes são despercebidas pelas legislações vigentes para o campo da cultura, que por conseguinte materializam as manifestações como objetos visando o fomento do

turismo cultural. Nessa direção, Bernardes (2018) provoca quando propõe a esse diálogo com o seguinte pensamento:

O que está posto não são os regimes de conhecimento, mas o que importa na política pública é a preservação do conhecimento tal como foi cristalizado no discurso oficial. A Salvaguarda enfatiza a preservação de saberes fazeres sem identificar regimes de procedimentos que tornam o conhecimento tradicional vivo, dinâmico e sempre atualizado, ou seja, que seria justamente enriquecido pelas gerações atuais. (BERNARDES, 2018, p. 120)

Tal reflexão nos leva a perceber que a ausência de espaços destinados ao campo cultural do município reforça a não garantia da continuidade das práticas culturais/artísticas, tendo como base o desaparecimento de manifestações em diferentes linguagens. O não interesse da população, em especial os jovens, deixa evidente por sua vez que a ausência dessas estruturas ocorre pela falta de investimento em políticas culturais, resultando na falta de reconhecimento dessas práticas e dos seus praticantes. Diante da precariedade de espaços para realização de tarefas culturais e intercâmbios de saberes, essas situações criam abismos que impedem o avanço desse processo de desenvolvimento cultural, rico em significados, em valores para a representação local e em histórias, nas quais as pessoas oriundas do município são parte das expressões culturais, o que não se restringe somente aos fazeres e saberes existentes nessas tarefas, mas também a quem o faz.

Refletir sobre os limites e transformação a partir do cenário cultural do município de Jaguarari diz muito sobre a resistência das manifestações da região ao longo do tempo, em meios às ausências das políticas culturais e à tradição do fazer como modo de ser e estar no mundo. Cada dança, canto, figura, trabalho e expressão faz parte da identidade desses atores, moradores e do próprio município; a força motriz para a salvaguarda dessa história que muito diz sobre a força dos brasileiros que resistem a um desmonte que vem devastando diferentes campos de interesse social e político.

O papel exercido pela ideia de formação contribui para um processo mais horizontalizado, uma vez que os saberes existentes não permanecem encaixotados sob o domínio dos detentores do conhecimento. Eles permeiam cada espaço, rua, casa, supermercado e isso faz com que esse conhecimento se democratize, no sentido de alcance e de que todos são capazes de contribuir para essas construções que visam uma melhoria da criação, produção e difusão artístico-cultural do município.

Cada munícipe é um mestre dos saberes locais, porque esses acontecimentos fazem parte da sua história diária e a não instrumentalização formal muitas vezes acaba descartando essas outras maneiras de pensar. Os espaços e/ou ações formativas poderiam garantir também a reflexão sobre esse tipo de pensamento além de trazer o entendimento que não necessariamente um diploma valide o grau de conhecimento das pessoas. Elas são a própria história.

Com a ausência de espaços culturais, ações formativas que promovam a cultura local e que proporcionem experiências de outros modos de aprendizagens para os atores da cultura, a tendência é cada vez mais essas pessoas deixarem de praticar as manifestações, além dessas expressões irem sumindo pouco a pouco pela ausência de direcionamento e de um olhar mais humano sobre esses acontecimentos.

O campo cultura se mostra como um importante ambiente de articulações que garantem aos atores locais executarem a partir da resistência a continuidade de tarefas que refletem riquezas em conhecimentos, a presença de equipamentos culturais ou meios possíveis para a formação e qualificação desses sujeitos seria uma contribuição significativa, dando margens a compreensões em que os fazedores de cultura possam se reconhecer dentro do processo civilizatório e de desenvolvimento que ocorre no município.

Quando falamos de cultura, sabemos que é um terreno fértil na geração de inovações e de construção de significados às novas situações colocadas pelo mundo da economia e da política. (GOHN, 2011, p. 29)

Neste sentido proposto por Gohn (2011), o das inovações que os espaços culturais independente da sua estrutura física, parece ser um espaço que convoca a sociedade para um lugar de participação, sugere o princípio da organização da área, esse ambiente projeta-se como um lugar de permissividade criativa de experimentações, onde os jovens surgem como esperança para as questões que permeiam o lugar de continuidade, como também, podem propor novos olhares para o campo da cultura e as suas tradições entrelaçadas com a religiosidade a partir de diferentes óticas, propondo um lugar de visibilidade para essas manifestações e propondo talvez que esses atores se impliquem não apenas nos modos conhecidos, mas agregando lógicas políticas e econômicas.

Os processos que envolvem propostas de formação e qualificação para os atores da cultura também trazem amplitude quando pensamos nas dimensões de cada manifestação: oportunidades para os sujeitos se compreenderem dentro da grandiosidade e complexidade que cada área social significa, além de compromisso e dedicação da sociedade com a própria realidade, com o próprio modo de se relacionar com a cultura, aproximando e rompendo barreiras. Oportunizando assim que os atores locais possam conviver com a diversidade cultural que permeiam o seu entorno e se transforma a cada nova proposta, seja originada por questões políticas ou mesmo pela autotransformação que cada sujeito enfrenta.

Neste contexto, a cultura emerge como prática de produção de significados, espaço e campo de ações. Ela é ação, atividade, experiência, e, portanto, confere dinamismo ao processo social, não sendo simples resíduo ou conjunto de acervos mortos (nos museus) ou estáticos (em comportamentos pré-codificados pela tradição). Disto resultam outras considerações, como: as transformações culturais não são meras consequências ou resultados da infraestrutura de produções econômicas da sociedade, mas fruto da interação de vários processos sociais onde as relações de produção convivem com relações de parentesco, religiosas, político-ideológicas etc. (GOHN, 2011, p. 43)

A gestão municipal, no recorte para o campo da cultura, acaba não articulando os sujeitos por não haver estratégias que garantam o fortalecimento do setor e dos atores que o compõem. Desta maneira identificamos, além da carência de interação entre os sujeitos e a gestão pública, a falta de diálogos com centros e outros espaços destinados à formação, difusão e contribuição, a exemplo de escolas públicas e privadas, que poderiam contribuir com avanços do campo.

Essa realidade compromete o reconhecimento cultural dos sujeitos nos processos formativos, dificulta o interesse e apropriação que venha a resultar na formação cultural política do indivíduo, na qual o mesmo se reconhece e estabelece conexões com a realidade a partir das dinâmicas apresentadas no espaço e tempo político, econômico e participativo social articulando na comunidade. Os espaços escolares e demais estruturas que congregam importância dentro da formação do sujeito também se caracterizam como ambientes de sociabilização, oportunizando trocas, experiências entre saberes diversos. O fortalecimento de oportunidades de interação com esses espaços se mostra como caminho possível para o avanço e organização do setor.

Outras configurações também são consideradas oportunas dentro deste processo de construção e fortalecimento no âmbito da formação, qualificação e difusão. É o caso das rádios locais, que podem introduzir dentro das suas programações eventos que tratem da cultura local como algo importante e que carrega possibilidades econômicas, de conhecimento e transformação, trazendo a uma significativa participação do público ouvinte para debates, elaborações e contribuições diversas para a cultura municipal, considerando “a participação dos atores sociais nas políticas sociais um elemento vivo e atuante nas sociedades modernas. Sua presença é elemento crucial para a consolidação do processo democrático, principalmente no que se refere às estruturas locais” (GOHN, 2011, p. 90).

Essas reflexões revelam dados que contribuem para pensar a cultura por um viés democrático, a partir das realidades locais, dos contextos e das necessidades. A importância inscrita nessas expressões são caminhos de acesso às mais variadas ideias de cultura, as quais constroem novos significados com o passar do tempo, das pessoas e do desenvolvimento do mundo.

É sabido que a presença de espaços destinados aos acontecimentos culturais das mais distintas expressões e organizações pode não ser a garantia para um campo mobilizado e disposto a assegurar os interesses de uma localidade. No entanto, a presença desses equipamentos possibilitaria em alguma medida a organização dos atores locais não apenas como sujeitos da cultura, mas como indivíduos conectados com os fazeres políticos, responsáveis por avolumar ações em diferentes setores de interesse social.

O iminente desaparecimento da Roda de São Gonçalo e o enfraquecimento dos grupos de Quadrilha Junina, por exemplo, pode não ter conexões com a carência de estruturas voltadas para realização em cultura popular, mas revela a importância do diálogo e da construção de políticas culturais que estejam postas na direção de “preservar” os feitos da região, compreendendo a cultura em movimento e permanente transformação. Nesse aspecto, visando que essas idealizações aconteçam a partir das inter-relações sociedade e poder público, onde a salvaguarda dessas expressões populares ocorra em parceria não apenas com os mestres das culturas, mas também com a presença de crianças, jovens e adultos, oportunizando aos sujeitos locais o reconhecimento das múltiplas expressões que fomentam o município artístico e culturalmente, além da sua contribuição para a cultura baiana e brasileira; na

construção da identidade dessa comunidade, gerando valor cultural para o povo e para a história do lugar.

A cidadania surge então como resultado de um processo histórico de lutas no qual as leis são um de seus momentos. A mudança gradual e lenta da cultura política é fator e resultado do exercício da cidadania, sob a forma ativa, aquela que opera via a participação dos cidadãos, de forma que interfere, interage e influencia na construção dos processos democráticos em curso nas arenas públicas, segundo os princípios da equidade e da justiça, tendo como parâmetro o reconhecimento e a vontade expressa de universalização dos direitos. (GOHN, 2011, p. 96)

3.4 PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS CULTURAIS DO MUNICÍPIO – ANÁLISES E CONTRIBUIÇÕES

Ao iniciarmos as abordagens referentes à participação social e as possíveis organizações no que se refere a elaboração de políticas para cultura, recorreremos ao slogan utilizado pela gestão atual quando define seu projeto de governo como “cuidando da nossa gente”. Este tem sido o mote das estratégias e ações programadas pela atual gestão, mas podemos trazer outras expressões que fizeram parte da história política do município, como: “Uma cidade para todos” ou “Jaguarari Feliz de Novo”. As expressões trazem para o imaginário social uma cidade onde se ocorre efetivo diálogos com a população, convocando os sujeitos a participarem e colaborarem na construção de rotas e propostas de melhorias para amplos setores, onde os interesses e demandas sociais possam ser entendidos e atendidos.

Na introdução que compõe o Plano de Governo 2021-2024 tomamos atenção ao seguinte trecho: "O Plano de Governo Participativo, feito com a escuta à população, trata-se de uma proposta de política pública na qual se vislumbra um amplo desenvolvimento do município e de seus munícipes" (JAGUARARI, 2020, p. 4). A princípio parece ser ideal a proposta que prevê a elaboração das ações, no entanto a prática que vem ocorrendo no município se mostra distante do que desenha o projeto, especificamente para a cultura. As propostas sugeridas nos últimos tempos reduzem a cultura produzida pelos diferentes atores em mercadoria, não há indícios de políticas específicas para a cultura que tragam a participação social nas suas elaborações ou planejamentos.

Utilizaremos a proposta que institui o conselho de cultura do município e o plano de governo que a gestão atual sugere para provocar e discutir como tem sido feita a convocação da população para participar das elaborações de Governo. É importante reafirmar que esta pesquisa se distancia de defesas partidárias e foca no campo cultural, sua importância e contribuição para o avanço social como único interesse. Ao pensar no termo democracia, recorreremos a Williams (2007) quando este autor traduz democracia como uma palavra de complexos significados, apresentando diferentes visões a partir de pensadores como Aristóteles quando em política IV, escreveu: “uma democracia é um estado em que homens livres e os pobres, sendo maioria, são investidos do poder do Estado” (WILLIAMS, 2007, p. 125) ou Sócrates no livro VIII da República “democracia nasce quando, depois de vencerem os pobres seus adversários, matam alguns, a outros desterram e aos restantes conferem um quinhão igual de liberdade e poder”⁶⁴.

Observando as práticas em curso no que compete a organização da cultura no município, a falsa sensação de democracia e a interação entre sociedade e poder público comungam com as afirmações oferecidas pelos pensadores. No sentido contrário a essas visões, recorreremos a Guimarães (2008) cujo pensamento torna possível amplificar as percepções do termo democracia e articular raciocínios a partir de propostas democráticas participativas e deliberativas, se distanciando das concepções que induzem a entendimentos de democracia como participação eleitoral ou disputa de poder.

A proposta de uma articulação entre representação e participação visa propor ao modelo de democracia a representatividade uma democracia participativa e deliberativa, capaz de fazer representar interesses e identidades subalternas, os quais teriam sido esquecidos durante grande parte da história política brasileira. (GUIMARÃES, 2008, p. 44)

A organização e a participação dos grupos em dança e outros segmentos que levem as suas práticas para noções de culturas populares enfrentam desafios quanto à inserção dos seus discursos junto à elaboração das políticas culturais. A partir disso, provocamos reflexões sobre a participação social quando a gestão municipal lança como proposta a realização do evento “muitos povos, uma cidade”. Mais do que

⁶⁴ *Apud* Williams (2007, p. 126).

convocar os atores locais para compor um evento, é necessário fortalecer canais de participação dentro da gestão municipal, compreender os níveis de pensamento acerca da democracia, como esses atores podem se reconhecer como participantes dentro da gestão e como os grupo e outras formações culturais podem ser reconhecidas como importantes participantes deliberativos nas propostas articuladas para a cultura.

A participação nesse sentido, não se faz exclusivamente para proteger interesses privados e/ou para assegurar um bom governo, mas, sobretudo, para garantir a formação e a educação, visando o desenvolvimento das potencialidades humanas. Além disso, ela promove a integração entre os indivíduos, tornando-os socialmente responsáveis senhores dos seus próprios destinos, atuantes no meio em que vivem. (GUIMARÃES, 2008, p. 45)

O espaço da participação social garante às pessoas certa autonomia sobre seus fazeres, proporcionando caminhos de transformação para os ambientes nos quais estão inseridos, além de oportunizar o desenvolvimento das humanidades existentes em cada participante. É importante destacar que o termo autonomia é aqui compreendido como interdependência, isto é, suas potencialidades são reforçadas no sentido de promover ao entorno ações que partem de suas próprias experiências, ao passo que incentivam novas pessoas a perceberem a importância de um envolvimento político social nas questões pertinentes à cultura e ao que é de direito da comunidade.

Esse tipo de acontecimento em rede fortalece e mostra aos poderes o movimento social local enquanto potência geradora de conhecimento e transformação. Reconhecer os atores culturais independe dos segmentos aos quais estão construídas as suas afinidades, parece ser o caminho oportuno para que o discurso associado aos programas de governo possa se tornar experiências democráticas e participativas.

Nesse sentido, a sociedade civil deve ser reconhecida como um conjunto de movimentos sociais de diversos segmentos, que venham se desenvolvendo por meio de uma nova cultura política, que contribua para uma nova maneira de atuação, qual seja, a de luta em prol de uma participação ativa na deliberação das políticas públicas⁶⁵.

⁶⁵ *Ibidem*, p. 45.

Torna-se preciso que a sociedade civil seja compreendida como uma dimensão significativa dentro das tarefas elaboradas pela gestão pública. Nesta perspectiva, efetivar diálogos tornará possível o reconhecimento das demandas que setores diversos apresentam e que se caracterizam como urgentes. O campo da cultura vem dando sinais de que a permanência e a continuidade das tarefas necessitam de atenção e elaborações específicas de políticas públicas para cultura, os atores carecem de formações e capacitações que ultrapassem as noções de formação artística, mas que gere para esses indivíduos propostas de reconhecimento sobre a importante tarefa aos quais são desenvolvidas a anos sem o devido valor e atenção.

Desta maneira, a pesquisa tomou atenção sobre as questões relacionadas aos conselho de cultura aprovado pela gestão em curso. Cabe dizer que após um ano da sua aprovação como legislação, o conselho encontra-se sem a realização das suas tarefas, bem como a composição necessária para integrá-lo. Dentro das atividades políticas do município essa organização se torna pioneira considerando gestões anteriores, um marco importante para o campo cultural do município - porém ainda com fragilidades em seu processo de implementação.

Para fundamentar as análises, utilizamos a plataforma de Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC)⁶⁶, idealizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A tentativa inicial foi diagnosticar quais têm sido as elaborações realizadas nos últimos anos para os fazeres culturais do município, tornando possível compreender quais os conceitos são adotados referente às políticas culturais. Neste sentido Calabre (2014) esclarece que a plataforma pode ajudar no acesso a essas informações, além de indicar outras percepções sobre a gestão cultural.

O suplemento nos revela, por exemplo, ainda que de maneira indireta, a matriz autoritária e a visão unidirecional que formavam a concepção que parte significativa dos gestores municipais possuía sobre políticas culturais, no momento em que foi a campo. Havia no suplemento uma questão específica sobre a existência, ou não, de políticas culturais locais para a qual 57,9% dos municípios responderam positivamente. Entretanto, quando se percorre alguns dos outros itens da pesquisa, tais como o da existência de leis, conselhos, fundos, ações etc., verifica-se que os índices apresentados são extremamente baixos,

⁶⁶ MUNIC: Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC). Pesquisa realizada anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desde a década de 1990.

fato que leva aos pesquisadores e estudiosos perguntarem-se sobre qual será o conceito de políticas culturais com o qual tais gestores municipais dialogaram efetivamente. (CALABRE, 2014, p. 147)

O município parece compor o quadro de regiões que apresentam programas e ações para o campo cultural, mas não fica claro quais são de fato as metas e propostas das políticas executadas. Para a construção desta análise foi necessário um recuo histórico para a primeira década dos anos 2000, quando da formulação do Programa Territórios de Identidade – TI's pelo Governo do Estado da Bahia em 2007. De maneira estratégica, iniciamos as investigações com dados ofertados em 2008⁶⁷.

As informações que nutrem a plataforma demonstram que tanto a cultura como a educação não foram citadas durante a realização da pesquisa, revelando que para o momento a cultura parecia não ser uma das prioridades para o governo municipal da época. Ainda tendo o programa TI's como estímulo de desenvolvimento, as informações seguintes revelam o perfil do município enquanto interesse sobre o campo cultural para o exercício 2017⁶⁸, ano em que a proposta dos TI's, lançada pelo Governo da Bahia completa dez anos. Mais uma vez a cultura e a educação não são mencionadas nos dados disponibilizados pela plataforma MUNIC.

No ano seguinte, 2018, a cultura e a educação constituem a pesquisa e as informações revelam que, para a educação, assuntos como acessibilidade, inclusão de pessoas com deficiência e integração entre espaço escola e sociedade não constam entre a proposta de governo. Paralelo a isso, já se tinha elaborado um Plano Municipal para Educação, Conselho Municipal de Educação além dos eventos, como fóruns destinados ao setor. Mesmo para a área da educação, o município demonstra um atraso na organização de políticas e ferramentas necessárias para uma melhor elaboração de estratégias para o setor.

Entre os dados do MUNIC – 2018⁶⁹, apontamos a carência para necessidades como Conselho de Cultura, Plano de Cultura e o Fundo de Cultura, além da ausência de leis, como a Lei de Proteção ao Patrimônio ou conferências de cultura. Destaca-se

⁶⁷ Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/jaguarari/pesquisa/1/74454?ano=2008>>. Acesso em: 13 jul. 2022.

⁶⁸ Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/jaguarari/pesquisa/1/74454?ano=2017>>. Acesso em: 13 jul. 2022.

⁶⁹ Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/jaguarari/pesquisa/1/74454?ano=2018>>. Acesso em: 13 jul. 2022.

ainda a falta de equipamentos que destinem estrutura básica para atividades culturais, sobretudo em dança. Teatros, Centros de Cultura, Pontos de Cultura, Arquivos Públicos e outros equipamentos, não fazem parte da vida cultural levada na localidade, sendo possível localizar apenas a existência de bibliotecas na sede e no Distrito Pilar, espaços que beiram o ócio pela falta de articulação com a comunidade.

Para os anos seguintes a plataforma MUNIC não dispõe de informações acerca do campo cultural por razões óbvias. A perseguição perversa realizada pelo então Governo Federal, além de sucatear a cultura, vem dizimando diversas conquistas, entre elas a extinção do Ministério da Cultura e diversos dados pertinentes ao órgão em parceria com outras instituições. Assim, conduziremos nossas investigações através de documentos recentes, indicando-os como complementação das análises.

O conselho de cultura será importante dentro desta etapa de investigação. A implementação deste instrumento junto a realidade apresentada no município é considerada de grande valia por parecer adequada quando refletimos sobre a participação social junto a gestão pública colaborando efetivamente, na tentativa de qualificar e conceber novas propostas a partir da diversidade e das mudanças que ocorrem continuamente entre sujeitos, expressões culturais e o próprio avanço econômico e social do município. Contudo, vale ressaltar que a iniciativa se organiza tardiamente e possui algumas lacunas durante o processo de formalização sugerindo uma possível falta de organização política da gestão pública e/ou articulação dos trabalhadores da cultura junto às tarefas do governo municipal.

Nesta ótica, recorreremos às reflexões de pessoas pesquisadoras para facilitar o entendimento sobre interrogações relacionadas à participação social e a importância de equipamentos como o conselho de cultura. Para essa questão, Tatagiba (2010) esclarece que

Definidos pela Constituição de 1988 como obrigatórios em vários níveis de definição das políticas, foram considerados legalmente indispensáveis para o repasse de recursos federais para Estados e municípios. (p. 31)

A autora complementa:

[...] os conselhos apresentam-se como peças centrais no processo de reestruturação das políticas, legitimados pelos novos princípios

constitucionais da participação e da descentralização político-administrativa⁷⁰.

Os conselhos fazem parte dessa rede e, como tal, são profundamente afetados pelas dinâmicas políticas que nela se gestam. Os conselhos não só impactam o processo de produção das políticas em suas áreas específicas; mas têm seu perfil e dinâmicas afetados pelas características gerais que conformam a comunidade de política na qual estão inseridos. Além disso, é preciso considerar que se os conselhos têm um papel a desempenhar na democratização da gestão pública, eles possuem também limites que lhe são inerentes, como, por exemplo, a sua natureza setorial e fragmentada, sua forte dependência dos governos e uma tendência à burocratização dos processos participativos pela própria natureza de suas funções⁷¹.

A partir das primeiras impressões sobre a legalidade, função e influência das políticas que fornecem as diretrizes de organização e desafios que permeiam a importante existência de um conselho, abordaremos as ações sugeridas pelo então Conselho de Cultura sancionado em Jaguarari.

As atividades programadas pela Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Juventude dentro das suas estratégias de ação não fazem menções sobre a existência desta ferramenta política, dando margem a questionamentos como: qual a importância dada ao conselho de cultura por esta secretaria? Por que não há divulgação e/ou convocação da população para tratar da efetivação das atividades instituídas para o conselho?

Dando seguimento a esta discussão, na tentativa de compreender as finalidades, bem como a função do Conselho Municipal de Cultura para o município, indicamos o Art.1º do documento como a primeira provocação para essa análise:

Art.1o - Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Conselho Municipal de Cultura, órgão normativo, consultivo e deliberativo vinculado à Secretaria Municipal de Educação, como um mecanismo permanente de participação das entidades representativas no processo de planejamento e execução da Política Estadual de Cultura, nos termos desta Lei, e do Decreto que a regulamenta. (JAGUARARI, 2021, p. 02)

Nota-se, segundo o documento, que a complexidade é ainda maior. Como consta no texto aprovado em forma de Lei Municipal, a pasta da cultura deveria se

⁷⁰ *Ibidem*, p. 30.

⁷¹ *Ibidem*, p. 34.

constituir como meio estruturante para a garantia de outros direitos sociais, como lazer, esporte e propostas para juventude. Além disso, o Conselho Municipal de Cultura seria um dos principais mecanismos de participação social referente a uma política setorial específica vinculada à Secretaria Municipal de Educação. Diante do exposto, questionamos: até onde vai a autonomia da secretaria de cultura dentro da gestão municipal?

Como dito anteriormente, não são esclarecidas quais as políticas direcionadas ao campo cultural, nem fica compreendido como a gestão dialoga com as demandas e desafios enfrentadas pelos atores que realizam e dedicam-se a tarefas para o campo, mas meio a essas realidades podemos conferir maiores iniciativas para o campo esportivo, segmento que integra os interesses e cuidados da secretaria, assim como organizações importantes para a cultura do vaqueiro e para os artesãos e artesãs. Outro ponto importante a se esclarecer é que as políticas não abrangem todas as comunidades que integram o município, muitas iniciativas estão alocadas na sede, no Distrito Pilar e em comunidades próximas a essas localidades, dificultando o acesso de outros atores integrarem tais movimentos.

No contexto da Dança, as oportunidades estão relacionadas à prática da zumba e balé clássico, segmentos distantes dos costumes locais e próximos às moções midiáticas. Outras linguagens que integram a proposta da gestão são as oficinas de música, carpintaria, capoeira, canto e outros projetos como “Povo Forte, Coração Forte”, que destinam atividades físicas a população, além do *The Voice School* – competição musical que ocorre em parceria com escolas locais, sendo realizado em duas edições, uma em Jaguarari e outra no Distrito Pilar.

A partir dessas evidências, fica nítida a tentativa da gestão em tentar oferecer um vasto repertório de acesso à população, mesmo que este esteja intensificando propostas para uma única linguagem: o esporte. Nesta linha, Botelho (2016) diz que:

Isso também pode ampliar o leque de atividades culturais exercidas pelo indivíduo. Num ambiente permeado por diversas formas de expressão e evidências culturais, ele fica mais propenso a experimentar novas manifestações com as quais, até então, não tinha intimidade. (p. 268)

No entanto, não há documentos que esclareçam quais objetivos e/ou metas são pretendidos com as oficinas, como também a carência de informações que esclareçam as políticas de continuidade para essas ações. Cabe pontuar a ausência

de iniciativas que convoquem as culturas tradicionais do município para integração junto a proposta governamental que sejam pensadas distante das programações de eventos turísticos. É nesse sentido que alertamos sobre a importante participação do Conselho junto às elaborações desta Secretaria, ofertando fortalecimento para expressões locais, bem como a identificação dos atores, demandas do setor e propostas que caracterizem levando o contexto social local, se tornando um instrumento que amplifica as necessidades e urgências apresentadas.

Seguindo com as observações no que mostra o Conselho Municipal de Cultura, trataremos das finalidades que constam no documento. Organizadas a partir de cinco itens, a proposta de lei, que confere direitos ao instrumento, culmina em objetivos como: I - aperfeiçoamento setorial e participação social; II - incentivo a preservação, produção e difusão de bens culturais; III - apoio artístico e as manifestações locais, além de facilitar o acesso aos produtos culturais. Entre os três primeiros itens já se torna necessário algumas observações. Não fica esclarecido como serão pensadas as estratégias setoriais de aperfeiçoamento, bem como as linguagens que farão parte dessa etapa da proposta, sobre a participação social. Também não fica explicado em documento como será feito esse exercício. Nota-se que o órgão compreende a importância da participação social dentro das disposições, no entanto, vale ressaltar que a aprovação da lei que apresenta o conselho de cultura do município não informa como ocorreu a participação social junto a sua elaboração, assim como não há documentos ou divulgação destes que forneçam comprovação sobre a participação da sociedade na organização desta legislação.

No que diz o item III do documento, faz-se necessário identificar quais os meios de apoio serão utilizados como proposição. As manifestações que fomentam as discussões desta pesquisa (Roda de São Gonçalo/Quadrilhas Juninas) seguem sem apoio ou com suporte mínimo sazonalmente, neste caso para as organizações de Quadrilhas Juninas que se tornam ligeiramente interessante nos períodos de junho e julho, participando da programação dos festejos juninos comemorados no município, fomentando o quadro turístico local. Não consta e não se faz presente em diálogos junto com os atores dessa prática, articulações que forneçam subsídio em distintas etapas como as que antecedem, durante e depois dos referidos períodos que integram o calendário festivo religioso da região.

Nos itens seguintes, IV e V, tomemos atenção para observar outras obrigações atribuídas ao conselho de cultura e que por razões, como a falta de execução da

legislação, não são postas em execução e não são bases seguidas pela secretaria de cultura. Exposto em Lei:

IV - Promoção prioritária de projetos culturais propostos pelos estudantes e jovens que, além da qualidade artística evidenciada, exaltarem valores e temas culturais associados ao ideal coletivo da comunidade municipal e do país, voltados para a sustentabilidade sócio-econômico-ambiental da humanidade, em suas sucessivas gerações. V - Promoção, por meio da música, da poesia, da literatura, do teatro, do cinema e das artes em geral, a internalização comunitária dos valores que consagram a identidade e a evolução cultural do povo do município. (JAGUARARI, 2021, p. 03)

Nos compromissos declarados no item IV, parece determinar ou eleger quais tipo de tarefas serão priorizadas pelo conselho, distanciando de visões que tratam a cultura como algo diverso e plural. Outro fator a ser tensionado são os meios que estudantes e jovens podem recorrer no que compete a sua formação e qualificação junto aos fazeres culturais e artísticos. Seriam as oficinas ofertadas à comunidade, instrumentos potencializadores para isso? Como é feita a qualificação dos trabalhadores da cultura responsáveis por ministrar as oficinas?

As considerações acerca desta tarefa dentro do campo do cultural constam também em legislação estadual, sejam relacionadas a diversidade ou a valorização dos fazeres culturais e artísticos. Diz a Lei Orgânica de Cultura do Estado da Bahia em seu Art. 4º: IV - valorização da identidade, da diversidade, da interculturalidade e da pluralidade; XI - valorização do trabalho, dos profissionais e dos processos do fazer cultural e artístico.

Para o item V, apontamos a ausência de menções à dança, o que nos faz questionar: as linguagens música, poesia, literatura, teatro e cinema são prioridades dentro das políticas de aperfeiçoamento sugeridas pelo Art. 2º desta legislação? Como será efetivado o diálogo e a aproximação das culturas e práticas distantes destas categorias? Quais critérios serão utilizados para possíveis relacionamentos com as culturas rurais? Como as danças populares podem se aproximar das práticas políticas adotadas por esta gestão? Estas questões não ficam nítidas em documento e nem nos planos de ação sugeridos pela gestão municipal. A carência em se pensar a cultura local para além de práticas esportivas e programação de eventos, faz-se necessário e urgente, tendo em vista a necessidade de se articular propostas que

abordem o contexto vivido pelos atores locais, compreendendo suas demandas e experiências.

Prosseguindo na reflexão, trataremos das competências, meios que visam garantir a aplicabilidade das ações estruturadas em doze categorias. As responsabilidades alinhadas a esta etapa do documento mostram a ciência que os gestores locais possuem sobre as articulações básicas para que algumas estratégias culturais possam ocorrer junto às dinâmicas postas por outras organizações e esferas públicas. Entre elas, citamos os diálogos com as distintas secretarias municipais, responsáveis por coordenar planos e estratégias que atendam as necessidades sociais vividas pela comunidade, bem como o alinhamento com políticas de esferas estaduais e federais.

Na estruturação política outorgada em legislação, expressa como será conduzida a indicação e nomeação dos conselheiros. A composição prevê a participação de nove membros que deve ser constituída por meio de votação a ser realizada pelo Fórum Municipal de Cultura, onde se tornam eleitos representantes responsáveis pela condução dos trabalhos por dois anos. Entre os atores que integram a composição delineada por lei, fica resolvido que o Secretário Municipal de Cultura é membro nato e os demais integrantes devem passar por critérios como indicação do prefeito e indicados a partir da realização do Fórum Municipal de Cultura, bem como ter as suas tarefas registradas junto ao Sistema Municipal de Cultura.

Outras interrogações surgem a respeito desta etapa do conselho: o município possui um sistema de cultura? O reconhecimento dos atores e seus fazeres culturais e artísticos ocorrerão apenas quando a plataforma de informações for efetivada? Caso já esteja, quais canais são utilizados para sua divulgação? É então que nesse fluxo que se apresentam muitas dúvidas sobre as tarefas exercidas pela então Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Juventude que indicamos o Art. 8º da Lei Municipal como última questão a ser tensionada dentro das reflexões.

Art. 8º- A Presidência do Conselho Municipal de Cultura será exercida pelo Secretário Municipal de Cultura ou na falta deste do Coordenador de Cultura ou ainda, por servidor responsável pela área da cultura no município, a quem caberá prover todos os meios materiais e serviços de apoio administrativo necessários ao funcionamento do Conselho, nos termos do seu Regimento Interno. (JAGUARARI, 2021, p. 06)

Rubim (2010) sintetiza que “em suma: os conselhos podem e devem ser espaços significativos de fiscalização da atuação cultural do estado” (p. 155). Tendo este entendimento, podemos pensar que as incumbências do conselho, entre elas deliberar ou ser um espaço consultivo, um ambiente que reflete sobre a diversidade cultural e social de maneira democrática, aproximando a sociedade e suas demandas dos programas, estratégias e ações articulados pelo governo como meio de fomento aos fazeres culturais na comunidade a partir de diálogos com diferentes atores sociais.

Trata-se de imaginar os conselhos como um dos mecanismos de democratização do estado atual, na medida do possível: assegurando a transparência de suas formulações e ações; ampliando a participação dos diferentes atores em sua governabilidade e contemplando os plurais (e muitas vezes contraditórios) interesses presentes na sociedade. (RUBIM, 2010, p. 151)

Para este caso, percebe-se que a estrutura do conselho municipal de cultura visa atender de maneira legal alguns critérios que levem a compreensões de participação democrática articulando propostas entre as esferas pública e social, no entanto convém observar que a estrutura apresentada por lei carece de cuidados, seja pela divulgação da sua existência, seja pela sua aplicabilidade ou pela reorganização de algumas ações. É necessário que a secretaria tenha de maneira nítida quais os conceitos de participação social são realmente pretendidos dentro da estrutura desenhada para este equipamento.

A definição clara de um conceito é importante não só em função de sua comunicabilidade, ou seja, para que os interlocutores saibam do que estão falando, mas também de sua operacionalidade, isto é, para que possa ser colocado em prática. Se não há clareza quanto ao conteúdo do que é participação política, corre-se o risco de interpretar como tal ações que têm a aparência de participação, mas que são, na verdade, ou formas de cooptação de lideranças, ou mecanismos de ritualização de demandas, ou práticas de desresponsabilização do Estado ou, até mesmo, instrumentos de manipulação. (MATA-MACHADO, 2010, p. 255)

A participação política no que compete a atuação social no município, carece tanto de propostas como de meios específicos para a construção de diálogos. A discussão sobre conselho parece ser ideal e oportuna para que a gestão convoque a população para debater as demandas e a eficácia da estrutura das políticas existentes e praticadas pela então secretaria.

CAPÍTULO 3

INTERLOCUTORES E O DEVIR: CRIAÇÃO DE REDES PARA DIÁLOGO COM O PODER PÚBLICO MUNICIPAL

Após algumas constatações e vivências diante das problemáticas que permeiam o campo cultural do município de Jaguarari, a pesquisa compreende então o seu papel social no que compete a organização do setor junto à comunidade e às implicações políticas que estão relacionadas ao tema de interesse desta investigação. Neste sentido, a construção de redes entre os fazedores de cultura, em específico os sujeitos relacionados com as atividades que envolvem o contexto da dança e demais segmentos pertencentes ao cenário cultural e artístico desta região, soma-se aos conhecimentos e saberes diversos que potencializam a importância deste estudo para a área da dança, das políticas culturais e políticas para dança.

As relações estabelecidas entre esses múltiplos saberes traçou rotas que distanciam os desejos dos atores locais e meus (enquanto sujeito implicado na pesquisa) das visões sobre uma ideia de monocultura, acreditando que é a experiência e o diálogo que podem juntos transformar realidades e encorpar esses objetivos, dentre os quais o reconhecimento dos fazeres culturais desta região e o fortalecimento de meios que traduzem as manifestações culturais como expressões que fazem parte da memória, esperança, identidade, focadas na continuidade. Tais lógicas fundamentaram as compreensões acerca da organização dos sujeitos e da formalização de eventos que fogem das lógicas comerciais (estratégias que segregam e distanciam a comunidade dos seus próprios fazeres culturais), resultando em ideias de desenvolvimento para o campo sem interpretações devidas a respeito da diversidade que o compõem, onde por muitas vezes geram conflitos entre os manifestantes – “os conflitos se acirram devido ao modelo de desenvolvimento vigente que trata todos de forma homogênea e ignora as diferenças culturais” (GOHN, 2011, p. 93).

Assim, de maneira conjunta e reconhecendo a diferença que compõe a pluralidade do fazer cultura do município, estabelece-se o desejo de iniciar a formalização de encontros que acolham e fomentem debates e construções de saberes a partir da diversidade, projetando para o ano seguinte a proposta de criação

do 1º Fórum de Culturas Populares da Região Piemonte Norte do Itapicuru, no qual os fazedores de cultura de Jaguarari tenham a oportunidade, juntamente com atores das comunidades circunvizinhas, de discutir e dialogar propostas e questões pertinentes às suas vivências, que trazem garantias e seguridade para seus fazeres e provoquem aos governantes uma participação social ativa e de escuta, propondo pautas como meios de salvaguarda, estratégias de fomento e continuidade, além de meios de formação e qualificação destes atores. Com isso, as pessoas passam a protagonizar a sua própria história por outro viés, se incluindo como propositores nas estratégias de ação planejadas pela gestão municipal, se inserindo enquanto comunidades, nas rotas de incentivos dos fazeres, e trazendo a compreensão para o município sobre a urgência e a emergência de se pensar, propor e criar políticas que sejam efetivas para os fazeres culturais locais.

Desta maneira, a pesquisa, junto aos interlocutores que estiveram presentes durante o seu desenvolvimento, resulta na formalização de um documento exposto do último capítulo desta pesquisa direcionada às esferas pública: municipal e estadual, bem como à comunidade local, onde se estabelecem redes como as emissoras de rádio redentoras de audiência entre as localidades que compõem o município, o poder privado e a Câmara de Dirigentes Lojistas de Pilar (CDL). O documento apresenta e torna público os desejos e anseios para o campo cultural, evidenciando problemáticas e desafios, assim como trazendo contribuições efetivas para elaboração de propostas culturais que dialoguem com as comunidades e aproxime os sujeitos, além de alertar sobre as situações enfrentadas por esses atores, que implicam na continuidade das tarefas ligadas às Quadrilhas Juninas e ainda mais intensificado, os fazedores e devotos da Roda de São Gonçalo.

No mesmo documento estão explícitas algumas considerações as quais, junto com os interlocutores, se apresentam como instrumentos que possam garantir o exercício dos fazedores de cultura, bem como o gozo da comunidade no que diz respeito às realizações ligadas a esse setor, propondo meios de acesso e interação por parte dos diferentes sujeitos interessados.

Essa proposta só se torna possível por se fazer efetivar a escuta dos diferentes contextos, podendo interagir com as importâncias dadas e compreendidas por cada indivíduo sobre os seus fazeres. O campo cultural é dinâmico, pulsa transformações, sugere reconfigurações sociais e tem a partir das suas manifestações ambientes que carregam saberes diversos capazes de modificar determinados contextos. É um

espaço de troca e formação. Assim, a pesquisa aponta o abismo existente entre os espaços de formação condicionados como formais (escolas, cursos, bibliotecas etc.) e demais formações destinadas ao acontecimento educacional. A dança é meio conector importante para pensar e interagir com meios formativos dinâmicos, e são esses caminhos que reconhecem a interação vivida por esses sujeitos durante a organização e experiência das suas práticas culturais, como ambientes importantes no que tange aos espaços de saber.

Desta maneira a pesquisa direciona o olhar para propostas de políticas interdisciplinares, que garantam ao campo cultural o acesso a recursos e cuidados nas suas diversas configurações advindos de diferentes órgãos, provocando a atenção da gestão atual e futuras para a necessidade de interagir com marcos legais de instâncias superiores, indicando assim as legislações que configuram a Lei Orgânica de Cultura da Bahia e o Plano de Cultura do Estado da Bahia, como rotas possíveis para a organização e desenvolvimento. Ativar o conhecimento acerca dessas ferramentas contribui para o reconhecimento dos atores locais no que concerne às propostas de direitos e deveres. Deste modo, poderá oferecer suporte aos discursos que interpelam a aprovação do Conselho Municipal de Cultura, construído sem devida consulta pública, trazendo para esta gestão reflexos acerca do tema; convocando os dirigentes municipais para debater o que apresenta o documento; pensando em possíveis alterações, ajustes e a efetivação desta proposta, meio importante de participação, fiscalização e deliberação de orientações das ações destinadas a cultura local.

A construção deste trabalho, mais do que alertar as urgências e reivindicar ações acerca do campo cultural local, buscou trazer para o município de Jaguarari um olhar sobre seus próprios fazeres. Buscou o protagonismo dos atores que enfrentam desafios e persistem nos seus fazeres. Mostra assim uma discussão política para a cultura a partir de um município desassistido pela própria gestão local e que não efetiva diálogos com políticas superiores, desconhecendo a importante tarefa que os sujeitos locais realizam no desenvolvimento social. A partir das constatações apresentadas e discutidas com as pessoas participantes deste estudo, mais do que pensar em desenvolvimento cultural, é necessário acreditar e apostar em um envolvimento social como caminho efetivo para os acontecimentos das distintas necessidades que a comunidade enfrenta.

Neste sentido, a pesquisa compreende a partir de Stavenhagen (1985) e Verдум (2006), quando esses autores apresentam o etnodesenvolvimento, prática que sugere pluralidade de caminhos para o progresso, privilegiando pensamento e participação de atores sociais diversos nas políticas de desenvolvimento, compreendendo situações e mudanças sociais, reafirmando as proposições de Santos (2002), quando o autor traz as *sociologias das ausências e das emergências* propondo a substituição de uma monocultura do saber por uma *ecologia de saberes*.

O etnodesenvolvimento aponta para o sentido contrário das políticas hegemônicas de desenvolvimento, muitas vezes relacionadas às propostas de eventos. Como exemplo podemos citar o caso enfrentado pelas Quadrilhas Juninas, que em um único período em que se existe atenção e visibilidade, ainda assim, reduzido, disputam espaço em condições desiguais com grandes atrações que compõem o festejo. Outro fator é a falta de estrutura para o acontecimento desta manifestação que se depara com grandes cenários de espetacularização projetados para acontecimentos festivos. Desta maneira, a interação entre os sujeitos e as esferas públicas, privadas e comércio local podem se articular no intuito de escutar os grupos culturais minorizados, povos indígenas, comunidades quilombolas e outros grupos sociais, como vaqueiros, artesãos, cantadores etc. Esta comunidade forma e integra o município de Jaguarari, e poderá sugerir contribuições significativas para possíveis mudanças e reconhecimentos na vida da população, bem como dos seus modos culturais/artísticos que acabam sendo influenciados e afetados com a ausência de políticas culturais.

Esta ação poderia intervir substancialmente na produção de ausências decorrentes do investimento que vem privilegiando determinadas práticas em detrimento de outras. Um exemplo são estratégias lançadas pela Secretaria em relação ao esporte – a mesma gestão provoca ausências para segmentos que compõem o cenário cultural do município, ao propor eventos que carregam estratégias de ascensão para um tipo específico de turismo; são geradas ausências de propostas que interpretem as tarefas culturais como acontecimento que independem de eventos para sua continuidade. O desconhecimento dos fazeres que compõem a realidade da comunidade e os saberes que ali estão presentes alerta para o desperdício e desvalorização da riqueza e da construção social do município, caracterizando em urgências que consideram essas presenças e as tomem como potência transformadora a partir da idealização de políticas construídas em conjunto.

Desta forma, os diálogos estabelecidos com atores locais trazem informações que desvelam situações importantes de serem discutidas, repensadas e que abrem caminhos para novas possibilidades de garantia, continuidade e relações mais efetivas entre as gestões e o setor cultural, não somente na pessoa dos atores, mas também da comunidade como um todo. Essas redes entre o poder público e a sociedade local podem proporcionar um espaço democrático no sentido de ampliar os fazeres culturais e reivindicar uma assistência contínua, porque a responsabilidade cultural se constrói nesse lugar da troca, do cuidado e sobretudo do nível de importância dado a esse segmento. A mudança de atuação nas responsabilidades governamentais nas esferas municipal e estadual está intrinsecamente ligada à mudança do tipo de pensamento que se tem sobre cultura, pois muitas vezes essas noções estão mais voltadas, senão totalmente, ao contexto econômico, do que também da fruição, do desenvolvimento humano e social, onde essas manifestações são alicerces fundamentais na estrutura do lugar e nas maneiras de ser das pessoas pertencentes a ele.

4.1 CICLO DE ENCONTROS COM AGENTES CULTURAIS

Os encontros com os atores locais previstos para essa pesquisa ocorreram em diferentes épocas e se organizaram no modo presencial e virtual em decorrência dos fatores ligados à crise sanitária causada pelo COVID-19, no qual, diante desse cenário, algumas reorganizações precisaram ser realizadas a fim de manter o cronograma de execução. Conforme apresentado na Introdução da Dissertação, ainda em 2021 foram realizados encontros com atores locais que tiveram como intuito apresentar a pesquisa e seus objetivos da pesquisa, como ela aconteceria e como seria a participação de cada um nessa investigação. Entre as pessoas participantes, estiveram presentes no primeiro encontro os interlocutores Tony Santos, Priscila Rodrigues e Joselany Santos, responsáveis por trazer as observações acerca da Roda de São Gonçalo e das Quadrilhas Juninas. Estando presente durante o período da pesquisa de campo nos ensaios das quadrilhas e em alguns festejos com as Rodas de São Gonçalo, foi possível ter uma noção maior a partir da experiência vivida com essas expressões, das articulações que são possíveis de serem realizadas, das lógicas de organização e manutenção, além da entrega existente em cada uma das

pessoas que estão presentes. Esses momentos foram preponderantes para reformulações na proposta que a pesquisa estava inscrita.

Outros sujeitos foram sendo integrados aos diálogos conforme o trabalho ia avançando nas análises e compreendendo a organização e emergências ligadas a outros setores, onde destacamos as importantes contribuições vindas de Regivaldo dos Santos, representante e articulador do Museu Nossa Casa, Nossa História. Com sua colaboração, foi possível embasar as compreensões acerca do contexto histórico a partir das atividades que têm sido desenvolvidas junto a esse espaço, importante equipamento cultural na região que serve como referência quando se fala na resistência dos costumes e tradições no povoado do Outeiro.

Também compuseram a realização desta pesquisa, o Sr. Maninho e a Sra. Glória, moradores da Comunidade Cacimba Riacho do Caixa, os irmãos Maria de Fatima, Marinalva, Mariza, Josefa, Antônio e João de Deus, membros da Família Santos, residentes na comunidade de Varzinha, que agregaram saberes acerca da Roda de São Gonçalo, esclarecendo os desafios, curiosidades e possíveis interpretações no que representa as ligações das manifestações em contextos culturais e artísticos. Com eles, a simplicidade e a riqueza de saberes faziam a roda acontecer. Entre voltas e batidas no chão de barro, entre acordes e versos das cantigas cantadas ou rezadas, a dança como oração é a construção de um pensamento cultural que, para além da devoção, evoca toda uma subjetividade intrínseca a esses corpos por conta da terra onde habitam.

Oriundos do município de Juazeiro, os guias o Sr. Genivaldo José Silva, Sr. Gilvan José Silva e Sr. Renato Terra (violeiros da Roda de São Gonçalo), contribuíram compartilhando ensinamentos e outras informações necessárias para o entendimento de como a expressão se estrutura a partir das cantigas, mitos e crenças.

Representando a comunidade civil, as trocas ocorreram a partir das entrevistas com as professoras Eneide Vieira, idealizadora e incentivadora das manifestações culturais como Quadrilhas Juninas, e professora Anita Rodrigues, que tem significativa atuação política no município e já representou o campo cultural em gestões anteriores. Cabe dizer que ambas são residentes do distrito Pilar, chegando a esta localidade ainda quando se tratava de um projeto domiciliar relacionado a mineradora de cobre que opera na região. Com representantes do poder público municipal, ocorreram conversas com o secretário adjunto da Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e

Juventude, Matheus Muniz, e com o Coordenador Cultural do distrito Pilar, Gercione Araújo.

Reiteramos que os encontros ocorreram a partir de entrevistas, em que se tornou possível a identificação de eixos que nutriram as discussões pertinentes para o campo cultural. Além de discutir sobre políticas específicas para dança a partir das propostas relacionadas com as Quadrilhas Juninas e a Roda de São Gonçalo, notou-se a inexistência de políticas específicas para outros segmentos, revelando a ausência de legislações que ofereçam cuidados específicos aos patrimônios culturais presentes no município. Na oportunidade, também se fez esclarecer a falta de conhecimento dos interlocutores acerca das legislações locais, como o Conselho Municipal de Cultura e o projeto que compõe o Plano Plurianual desenho para gestão 2022-2025, além dos marcos legais: Lei Orgânica de Cultura do Estado da Bahia e Plano Estadual de Cultura do Estado da Bahia.

A constatação demonstra a falta de diálogos da gestão municipal com a comunidade e da efetivação de divulgação utilizadas pelas esferas públicas, compreendendo que os canais mais utilizados atualmente são via internet e que muitas vezes não correspondem à realidade vivida pelos sujeitos ou os mesmos enfrentam situações as quais o acesso a essa via de informação é restrito. Já com os interlocutores voltados para as atividades juninas, membros mais jovens entre os entrevistados, esclareceu-se o desconhecimento do sítio virtual da SECULT/BA e de outros canais como as redes sociais digitais que esta secretaria tem utilizado para propagar as suas vias de difusão e fomento à cultura. A situação parece propor esclarecimento sobre a baixa participação deste município nas oportunidades lançadas por essa secretaria que venham a promover caminhos de desenvolvimento para o campo cultural.

Outro fator a ser considerado é o distanciamento que as realidades dos atores locais possuem junto às políticas de editais, onde há uma burocracia e regras que guiam e traduzem roteiros específicos, editando propostas a se enquadrarem em normas que muitas vezes estão distantes do contexto dos sujeitos desta região e das manifestações praticadas pelos mesmos. No caso das Quadrilhas Juninas, apontamos a partir dos dados ofertados por Paula (2021) quando apresenta informações acerca do edital de premiação na categoria Quadrilhas Juninas. Cabe dizer que a existência desta premiação se apresenta como resultado do Fórum Permanente de Quadrilhas Juninas junto ao Centro de Culturas Populares e

Identitárias (CCPI), órgão vinculado à Secretaria de Cultura da Bahia. Para este caso, a autora esclarece que:

Embora o edital estimasse a premiação de 40 quadrilhas, apenas 23 grupos de Quadrilhas Juninas foram premiadas em todo estado da Bahia, deixando em aberto 19 vagas, o que demonstra algum tipo de impedimento para os grupos acessarem tal recurso. O subtotal de investimento foi de R\$ 352,000,00 (trezentos e cinquenta e dois mil reais), porém com imposto retido na fonte de 20%, o equivalente à R\$ 70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais), totalizando um repasse de R\$ 281.600,00 (duzentos e oitenta e hum mil e seiscentos reais) para as quadrilhas juninas. (PAULA, 2021, p. 235)

Fica em evidência a falta de articulação que o governo municipal estabelece com as políticas programadas pelo Estado da Bahia. É possível dizer que além de pouca articulação, o governo municipal não influencia os atores locais a recorrerem a outros canais de difusão e financiamento; esta tarefa também aponta problemáticas acerca da organização e responsabilidades que os atores incidem sobre seus fazeres, reafirmando assim a importância em se pensar e propor meios de formação e qualificação para esses sujeitos, na tentativa de reduzir os desafios enfrentados, seja pela má gestão do setor cultural ou pela carência de organização do campo.

A pesquisa realizada por Paula (2021) também serviu como mote para os encontros de debates com os atores locais, reafirmando a importância de se pensar propostas de diálogos que tenham amplo alcance e viés transformador, efetivando o desejo para se pensar o 1º Fórum de Culturas Populares do Território Piemonte Norte do Itapicuru e da construção da carta a ser apresentada às esferas de poder municipal, estadual e privada, idealizada de maneira conjunta entre os interlocutores que agregaram experiências a esta pesquisa.

Cada um desses encontros, presenciais ou virtuais, dentro de suas especificidades, geraram novas camadas nas questões já apontadas inicialmente, o que trouxe outras relevâncias necessárias para a discussão, potencializando as ações previstas e motivando-os a pensar e refletir os seus fazeres diante dessas realidades e de como isso pode vir a ser diferente com a mobilização do setor e dos atores praticantes do município de Jaguarari.

4.2 FORMAÇÃO DE REDE E ELABORAÇÃO DE DOCUMENTO

A projeção de um documento elaborado de maneira conjunta se mostrou um eficiente instrumento dentro das questões apresentadas pelos interlocutores e pelas percepções que a pesquisa identificava como carências no campo das políticas culturais do município. A proposta desta carta manifesto se traduz em reivindicações e convoca o poder público, em suas diferentes esferas, a perceber a complexa relação estabelecida com os atores locais, as realidades apresentadas neste documento e tratadas nas análises deste trabalho, refletem as condições do município de Jaguarari, mas certamente são situações que ocorrem em outros territórios de identidade da Bahia e em regiões do Brasil.

Apresentamos a seguir a reprodução do referido documento para, em seguida, pontuar algumas considerações a respeito do mesmo.

Figura 29 - Reprodução do documento resultante da pesquisa-ação, produzido junto a comunidade

CARTA DE PROPOSIÇÕES E REIVINDICAÇÕES

AO PODER PÚBLICO MUNICIPAL DE JAGUARARI (BA);
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA.

Jaguarari/BA, 25 de novembro de 2022.

Esta carta surge como meio necessário para apresentar urgências ligadas ao campo cultural do município de Jaguarari/BA. A proposta de diálogo aqui exposta, foi realizada de maneira conjunta entre artistas locais ligados ao movimento de Quadrilhas Juninas e a expressão Roda de São Gonçalo, ambas expressões que refletem e traduzem parte do potencial cultural local, como carregam dentro dos seus modos de organização, saberes e experiências que se relacionam intrinsecamente com a história, afeto e memória dos demais sujeitos que compõem a formação deste município.

Este documento foi viabilizado em decorrência das tratativas expostas na pesquisa de mestrado intitulada **Territórios de Identidade: Políticas Culturais**

para Dança no Município de Jaguarari (BA), desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Dança da Universidade Federal da Bahia – PPGDança/UFBA.

Com a realização de encontros, debates e conversas na companhia de interlocutores locais, conseqüentemente se fez possível perceber os desafios e dificuldades que os atores locais têm vivenciado para propor continuidade às tarefas em dança deste município, bem como o nível de participação destes atores junto as estratégias adotadas pela gestão municipal destinadas à cultura ao longo do tempo. Os encontros foram realizados tanto no modo presencial, quanto virtual e ocorreram em localidades distintas do município entre março de 2021 e dezembro de 2022 – Jaguarari, Pilar, Varzinha, Cacimba Riacho do Caixão e Santa Rosa de Lima.

A construção deste documento agrega-se às legislações que trazem em suas alíneas diretrizes para o direito de acesso e desenvolvimento cultural da comunidade, onde direcionamos o olhar no que faz entender os Art. 215 e 216 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. A partir deste marco legal, reforçamos o pedido e o desejo de vias possíveis que efetivem diálogos entre comunidade e gestão pública em suas amplas esferas, fazendo valer o direito e o desejo de participação no que compete à organização, formulação, implementação e controle de políticas públicas.

A partir disto, este documento lista uma série de pedidos, sugestões e propostas que idealizam uma gestão cultural com participação social e que reconheça a diversidade que o campo cultural da região possui. Convoca o poder público municipal e estadual para tratar sobre os reais impactos causados pelas políticas em vigor e quão democrático essas formulações de fato são, e aponta a realidade vivida pelos agentes locais como estímulo nesta avaliação.

Desta forma, este documento esclarece os desejos aos quais a comunidade interpreta como possíveis elaborações para o campo cultural e reivindica para que se faça ouvir e se tornar prática as seguintes proposições:

1. Efetivar canais de diálogos entre os poderes municipal e estadual, onde a população possa ser inserida e ouvida.
2. Rever o processo que implementa o Conselho Municipal de Cultura de Jaguarari, abrindo processo para nova tratativa, onde a população possa

participar e contribuir na elaboração da lei que faz valer a existência deste órgão.

3. Desenvolver propostas exequíveis no que compete à salvaguarda das diversas expressões que compõem as práticas culturais de Jaguarari/BA.
4. Mapear grupos de dança e outras formações deste segmento que realizam atividades no município.
5. Convocar os atores da dança para discutir e criar leis municipais específicas para este segmento.
6. Tornar a proposta do Fórum de Culturas Populares da Região Piemonte Norte do Itapicuru evento permanente na agenda municipal de Jaguarari/BA.
7. Oferecer propostas diversas que tragam aos atores locais acesso às vias de formação, qualificação e capacitação na área da cultura, sobretudo em dança.
8. Implementar leis que assegurem a realização das Quadrilhas Juninas nos seus processos de produção em distintas épocas, pensando em antes, durante e depois dos eventos que trazem maior evidência a essas propostas.
9. Inserção de recursos para promoção dos fazeres culturais a partir de políticas interdisciplinares, onde distintas secretarias municipais possam interagir e participar da agenda cultural do município, apoiando, difundido e fomentando.
10. Elaboração de projeto de lei que garanta a continuidade e permanência dos fazeres culturais e artísticos de maneira íntegra, compreendendo as diferenças e necessidades.
11. Criação do Plano Municipal de Cultura e do Fundo de Cultura do município, propostas a serem elaboradas em conjunto com a população.
12. A utilização do Plano de Cultura do Estado da Bahia e da Lei Orgânica de Cultura do Estado da Bahia como subsídio na construção e elaboração de propostas e ações para o campo cultural deste município.
13. Construção de diálogos e elaborações entre as esferas Municipal, Estadual e Privada, visando efetivar propostas para sustentabilidade cultural com participação da comunidade local.

Mediante o exposto, esta carta torna pública as necessidades as quais os fazedores de cultura do município de Jaguarari - Ba têm compreendido como urgências para o desenvolvimento do campo cultural da região. O objetivo deste documento, além de aproximar as demandas que o setor tem organizado enquanto prioridade, propõe à Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Juventude que adote e aproxime suas ações de governo às propostas apresentadas pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia e do Centro de Culturas Populares e Identitárias - CCPI.

Jaguarari, 25 de novembro de 2022.

Fonte: arquivo pessoal.

Desta maneira, a carta a ser apresentada para o governo municipal e em sequência para a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, elenca algumas prioridades organizadas como emergenciais, podendo servir para que outras estratégias e mesmo ações, possam ser programadas e executadas pela gestão municipal e estadual tendo este documento como referência, visando garantir notoriedade às manifestações locais, lugar de escuta ativa e propostas efetivas de diálogos com a comunidade, inter-relações entre as distintas secretarias que compõem a gestão, compreendendo que o campo cultural está envolvido e tem em seus acontecimentos diferentes questões sociais tratadas, podendo sugerir caminhos diversos de sociabilidade para a comunidade de maneira geral. Neste sentido, Paula (2021) traz abordagens acerca das questões inerentes a grupos que se articulam nas periferias da capital baiana, mas tais realidades podem ser estendidas para outros contextos, compreendendo que os conhecimentos relacionados a uma manifestação cultural independem de lugar.

A contribuição social também deve ser levada em consideração pois os referidos grupos de quadrilha atuam em bairros periféricos, tem caráter coletivo e desenvolvem habilidades profissionais em Dança, Teatro, Música, Costura, Cenografia, Produção, os quais, geram economia e renda, produzem conhecimento e incluem crianças e jovens em torno do fazer artístico. (PAULA, 2021, p. 238)

Assim, esta carta esclarece que além do importante papel social que as manifestações culturais locais possuem, elas necessitam de atenções de amplos setores, propondo à gestão municipal presente e futura o exercício de reflexão sobre propostas que tragam estruturas articuladas com uma política interdisciplinar, uma política que compreenda o verdadeiro significado e complexidade de cada manifestação, dos lugares de fala, das ações que transformam a realidade de jovens, crianças e adultos, e que estabelecem rotas de continuidade e seguridade, não apenas para as gerações atuais, mas para as gerações futuras e para a história local.

Com estas considerações, o documento elenca entre as suas prioridades que o governo municipal efetive a participação da comunidade a partir das proposições sugeridas pelas secretarias municipais e desenvolva canais ativos de diálogos com o governo estadual, sendo possível considerar que tais estratégias parecem no momento gerar conhecimentos que até então eram inexistentes dentro das realidades vividas pelos atores locais, chama atenção para a inclusão do 1º Fórum de Culturas Populares do Território Piemonte Norte do Itapicuru como evento permanente dentro da programação municipal, sendo assegurado por lei a sua existência e as relevantes contribuições que pode gerar para o município.

Entre outras ações e propostas previstas para o Fórum e que chamam a atenção da gestão pública, estão as noções sobre a memória e a importante tarefa de salvaguarda relacionada às manifestações culturais em dança, tarefas que estão sendo desassistidas como importância pelo governo municipal e despercebidas pela própria população. A falta de reconhecimento dos atores, seus saberes a relação dos fazeres com o município tem distanciado os praticantes das suas relações de afeto com as manifestações culturais, o crescimento econômico vivenciado por esses sujeitos também tem sido contribuinte na potencialização deste distanciamento, desconfigurando as formações familiares que muito são importantes na continuidade dos exercícios culturais da região.

Trazer contribuições para que fortaleçam o fomento do setor cultural desta localidade vai além de incluir as manifestações em pequenos eventos municipais com a proposta de desenvolvimento turístico. Vai além também da disputa de espetacularização produzida pelos grandes eventos realizados nos períodos de junho e julho. Assim, se faz necessário esclarecer para a comunidade local as verdadeiras intenções sobre os fazeres, sobre as vivências e histórias de afeto que se confundem com a memória local.

O fomento não deve se restringir a repasse de recursos. Outras ações, como mapeamento dos setores, formação de redes, articulação de realizadores do campo, ações de suporte financeiro à circulação e difusão de novos agentes para potencializar as ações públicas e privadas, também podem e devem fazer parte das políticas de fomento. (PAIVA NETO, 2018, p. 139)

As ideias que pautam as ações de fomento numa lógica relacionada ao repasse de recurso, privam o desenvolvimento do campo diante das possibilidades que podem transformar os modos de fazer cultura e estabelece uma relação de pagamento por algo realizado, porque se limitam única e estritamente ao aporte financeiro concedido. O que à primeira vista para ser a solução de muitas questões da área cultural, nada mais é do que uma atitude básica necessária para a manutenção e desenvolvimento da mesma, onde outras ações aparecem para fazer com que esse conjunto de tarefas se torne efetivo e contemple em participação, produção, qualificação e difusão dos fazer artísticos e culturais das mais variadas expressões e manifestações.

Toda essa conjuntura acaba levantando uma mobilização social no que se refere a participação e utilização do que a própria região tem produzido, de maneira que isso não ocorra somente em períodos festivos, mas que a todo tempo essas relações possam ser construídas, percebidas e integradas no dia a dia da comunidade. Todas essas ações geram experiências frutivas, onde a subjetividade abre espaços para novos entendimentos das próprias pessoas que vivem na região, possibilitando um engajamento político ainda que a nível elementar, mais conscientes das suas potências, dos seus direitos e de como isso implementa na localidade noções de importância e de reconhecimento de si e de sua participação efetivas nas questões culturais de Jaguarari.

Com isso, a pesquisa pôde analisar esses percursos culturais dos fazedores de cultura que pertencem ao município, percebendo as potências e fragilidades em decorrência da não assistência da gestão municipal e estadual, além de identificar que não se tem dados que comprovem a participação ativa da comunidade, envolvimento que seria possível com a existência do conselho de cultura. Este meio de participação também pode contribuir na formalização de outras importâncias para o campo cultural, como a elaboração do Plano Municipal de Cultura e o Fundo Municipal de Cultura.

É necessário reconhecer que as propostas apresentadas pela atual gestão, mesmo que com a participação social limitada, tem oferecido aos munícipes

experiências que gestões passadas não oportunizaram, no entanto ainda existem muitas lacunas a serem preenchidas e muitas propostas a serem feitas para o campo cultural jaguariense. Assim, essa pesquisa se torna importante meio de contribuição para os fazeres culturais deste município e estabelece conexões entre os fazedores de cultura da região, possibilitando a identificação que a formação de redes de articulação se faz necessária, sugerindo a partir de trocas e conexões reflexões indispensáveis para o acontecimento cultural.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissertação aqui apresentada, organizada em três capítulos, investigou questões urgentes que permeiam o campo cultural, tendo como caminho conector as danças de expressão popular, a partir das formulações de Políticas Culturais no Território Piemonte Norte do Itapicuru, no contexto do município de Jaguarari. O objetivo principal foi compreender as concepções presentes na comunidade acerca do conceito de cultura, assim como das políticas culturais presentes e/ou ausentes no município e as suas relações com os fazedores de cultura. Foram delineados como objetivos específicos: documentar as manifestações supracitadas; reconhecer os percursos, fazeres e saberes dos atores locais; identificar as iniciativas para manutenção da memória e salvaguarda das manifestações; visibilizar as reivindicações da comunidade; e colaborar, mesmo que indiretamente, para o desenvolvimento cultural local apontando perspectivas para a formação, qualificação e atuação continuada de agentes da cultura.

O estudo se organizou em abordagem exploratória, analítica e participativa, destacando as realidades vividas na localidade e as experiências junto aos interlocutores a partir do método da pesquisa-ação. Foi definido um plano de ação com procedimentos de observação, diálogos e entrevistas semiestruturadas realizadas de forma presencial e on-line, com a participação de gestores e atores locais. O plano incluiu ainda revisão de literatura especializada em cultura e políticas culturais no Brasil, assim como verificação de documentos (leis, conselhos, fundo, ações) pertinentes à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Juventude e à Secretaria de Cultura do Estado da Bahia.

As análises realizadas a partir de apreciações de documentos e diálogos com agentes locais, permitiram constatar carências em políticas culturais para Dança que estabeleçam conexões com as diversas maneiras de organização e nas formulações que compreendam e dialoguem com os distintos modos de expressão que a dança pode se apresentar nesta localidade.

Com as constatações obtidas, apontamos a compreensão reduzida sobre cultura, a escassez na participação social na formulação e organização de políticas para cultura e abismos entre o poder público e a sociedade, o que resulta nessa ausência de diálogos e refletindo no desconhecimento do planejamento relativo ao avanço da cultura local, seja pelos governantes ou por parte dos agentes locais.

Desse modo, a pesquisa se revela como caminho importante quando propõe a necessidade de se criar conjuntamente um documento que traga a realidade das danças populares no município apontando a importância na existência de diálogos entre os setores (social, público e privado). A sua formatação traz como proposta apontar aspectos como a tradição, memória e salvaguarda, além da relevância para o fomento, a fruição e a participação dos agentes nas formulações pertinentes ao campo cultural, aspectos que se tornam importantes para a realização dessas ações, em prol de uma democracia cultural e da necessidade de investimento para as manifestações ali inscritas.

Foram realizadas observações acerca das relações ocorrentes entre o setor social e as formulações em políticas culturais, as quais se basearam nas organizações em dança existentes neste município como principal meio de conexão, trazendo apontamentos sobre a organização de outros segmentos do campo cultural na tentativa de compreender como os atores ligados ao setor se reconhecem dentro das formulações políticas existentes, sejam elas ligadas ao município ou Estado da Bahia. Neste contexto, identificou-se a pouquidade no nível compreensões dos atores locais, no que se refere à participação social dentro das instâncias governamentais, bem como o desconhecimento por parte da população em relação às legislações em políticas culturais.

Os impactos atrelados ao desconhecimento de legislações específicas para a cultura por parte da população e até mesmo da gestão municipal, esbarram na carência de diálogos e ações, afetando o reconhecimento, por parte dos poderes públicos e privado, das demandas e dificuldade que o campo cultura vem apresentando, onde ações que permeiam a garantia e seguridade em salvaguarda ou continuidade das propostas criativas, culturais e artísticas não são tratadas e/ou respeitadas dentro das complexidades que as manifestações culturais representam. A prática política que vem ocorrendo na região ao longo do tempo desperdiça e negligência os fazeres e saberes dos atores locais, distancia a população dos seus modos culturais e induz a espetacularização das expressões como meio democrático e participativo.

Assim sendo, as constatações obtidas refletem problemáticas, como a inexistência de políticas culturais que estabeleçam diálogos com o contexto cultural local, carência em políticas específicas para dança e seus múltiplos modos de se organizar, ausência de políticas interdisciplinares que compreendam não apenas a

complexidade das manifestações culturais e suas influências, mas que promovam ações que objetivem o desenvolvimento de competências como formação de jovens e crianças e demais interessados. A situação deixa em evidência a necessidade de estudos aprofundados sobre municipalização que ampliem a relação com outras linguagens.

Desta maneira, a proposta desta investigação compreendeu como o poder público municipal tem reconhecido e se relacionado com os agentes culturais, e como esses sujeitos são considerados dentro das propostas e estratégias de ação lançadas para o setor, assim como identificou o nível de colaboração das organizações em dança no que se refere a organização de políticas públicas para a cultura. Com isso, constatou-se a ausência de práticas que tenham essas prioridades como pauta dentro da organização política destinada à cultura.

No que se refere a provocação direcionada aos sujeitos locais, foi realizada a convocação de pessoas interessadas nas questões que envolvem cultura e suas implicações sociais, a partir do método de pesquisa-ação, para juntos pensarmos nas responsabilidades sociais e como as demandas apresentadas pelo setor podem se amplificar e alcançar destaque nas pautas políticas do município e estado da Bahia, resultando em uma carta de proposições e reivindicações destinada aos poderes – documento que expõe as necessidades existentes no município e que sugere ações que tragam mudança para essa realidade, a partir das políticas de fomento, difusão e salvaguarda.

Enquanto resultados obtidos, a realização da pesquisa proporcionou a elaboração de um documento concreto que sugere ações para o campo cultural do município de Jaguarari, reivindicando os direitos que são pertencentes à comunidade e que também se respalda no que a Constituição Federal Brasileira de 1988 assegura, sendo compromisso do Estado proteger suas manifestações culturais, garantindo acesso às gerações futuras. A estruturação deste documento destaca a importância da elaboração de políticas culturais nos três níveis de gestão: Município, Estado e União.

Se torna evidente que o atraso nas idealizações em políticas para cultura segue tendo como principais elos a ausência, o autoritarismo e a instabilidade, onde se reafirmam as tristes tradições apresentadas por Rubim (2007). Desta maneira, este trabalho reforça a relevante tarefa da participação e controle social referente aos processos de desenvolvimento e acompanhamento das políticas públicas para

cultura. Convocando a população para compressões acerca da organização da gestão pública municipal e estadual, e os instrumentos que compõem a mesma, na intenção de efetivar políticas que ofereçam propostas de continuidade para as ações culturais que integram a vida social de Jaguarari.

Faz-se necessário explicitar os obstáculos e limitações enfrentados, tanto em decorrência da crise sanitária causada pela pandemia de COVID-19, que impactou nas relações de encontro e troca de experiências, como pela própria dificuldade em encontrar documentos pertinentes às esferas municipal e estadual referentes aos anos anteriores. Convém colocar em relevo que o território aqui abordado é extenso e extremamente complexo em sua composição geográfica e cultural, de modo que outros estudos certamente poderiam oferecer perspectivas distintas e complementares àquelas aqui apresentadas.

É possível afirmar que os objetivos desta pesquisa em certa medida foram alcançados, e oferecem margem para desdobramentos futuros, entre eles o mapeamento das manifestações culturais de maneira ampla, a execução dos itens apresentados às instâncias municipal e estadual e a realização do 1º Fórum de Culturas Populares do Território Piemonte Norte do Itapicuru, propostas que seguem em andamento.

Diante disso, concluímos que o desenvolvimento desta pesquisa mostra a relevância das ações pertinentes às políticas culturais para o desenvolvimento cultural da região se torna um instrumento potente de reivindicação de direitos sociais no que concerne ao campo da cultura e como ferramenta de contribuição para o setor de produção de conhecimento relacionado a área da Dança desse município, trazendo as políticas culturais para um lugar de discussão, o que gera questões pertinentes para artistas, para cidade e os distritos, revelam as produções de um território desassistido que mesmo tendo as suas produções e manifestações artísticas em dança desconhecidas, contribuem para a cultura baiana, brasileira, e na construção da identidade dessa comunidade, gerando valor cultural para o povo e para a história do lugar.

REFERÊNCIAS

BAHIA. **Lei Orgânica de Cultura da Bahia**. Governo do Estado da Bahia. Acesso em: 03 de março de 2022.

_____. **Plano Plurianual do Governo do Estado da Bahia 2008-2011**. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/i_plano_plurianual_2008_2011.htm>. Acesso em: 13 jun. 2022.

_____. **Plano Estadual de Cultura**. Governo do Estado da Bahia. Disponível em: <<http://www.cultura.ba.gov.br/arquivos/File/PROJETODEPLANOESTADUALDECULTURABAHIA.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2022.

BARBOSA, Juciara Maria Nogueira. Descompasso: como e porque o modernismo tardou a chegar na Bahia. *In: V-Enecult - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*. Salvador, 2009. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19289.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2022.

BERNARDES, Marcus. Entre sambas, conceitos e políticas: culturas populares em disputa. Pontos de Interrogação. **Revista de Crítica Cultural**. 8, n. 2, jul.-dez. Salvador, 2018.

BOTELHO, Isaura. **Dimensões da cultura: políticas culturais e seus desafios**. Coleção Sesc Culturas. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2022.

_____. **Plano Nacional de Cultura - Governo Federal**. Acesso em: 03 de março de 2022.

_____. **Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil no período de 2020 a 2031**. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.531-de-26-de-outubro-de-2020-285019495>>. Acesso em: 03 mar. 2022.

BAUMAN, Zygmunt. **Ensaios sobre o conceito de cultura**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

CALABRE, Lia. Política cultural em tempos de democracia: a era Lula. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, n. 58, p. 137-156, jun. 2014.

_____. **Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

_____. Política cultural em tempos de democracia: a era Lula. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. N. 58, jun. São Paulo, 2014.

CANCLINI, Nestor Garcia. Definiciones en transición. *In: MATO, Daniel (Org.) Estudios latinoamericanos sobre cultura y transformaciones en tiempos de globalización*. Buenos Aires, Clacso, 2001.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário**. 2. ed. São Paulo: Iluminuras, 2012.

COELHO, M.; NASCIMENTO, M.; DELLAGNELO, E. H. L.; NEUTGEM, A. V. A servidão cultural: uma análise crítica do discurso do Ministério da Cultura de 2003 a 2017. **Políticas Culturais em Revista**, 12(1), 360-383, jan/jun. 2019.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução: Viviane Ribeiro. São Paulo: EDUSC, 1999.

DARRAS, Bernard. Pesquisa em arte por ocasião dos doutorados baseados na prática. Um estudo do caso da Universidade de Paris 1 Sorbonne. **ARS** (São Paulo), [S. l.], v. 10, n. 20, p. 104-123, 2012. DOI: 10.11606/issn.2178-0447.ars.2012.64427. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ars/article/view/64427>>. Acesso em: 10 dez. 2022.

DAVEL, Eduardo Paes Barreto; PIMENTEL, Fabiana. Equipamentos culturais, identidade e território: elementos para uma gestão territorializada. In: KAUARK, Giuliana; RATTES, Plínio; LEAL, Nathalia (Orgs.). **Um lugar para os espaços culturais: gestão, territórios, públicos e programação**. Coleção Cult. Salvador: EDUFBA, 2019.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. Tradução: Sandra Castello Branco. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

ESPÍRITO SANTO, Jacson do. **Instâncias de representação da dança em Salvador: espaços de colaboração e políticas públicas**. 2018. Dissertação (Mestrado em Dança) - Programa de Pós-graduação em Dança, Escola de Dança, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

FLORES, Cintya Dantas. **Territórios de Identidade na Bahia: Saúde, Educação, Cultura e Meio Ambiente frente à Dinâmica Territorial**. Salvador, 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

GOHN, Maria da Gloria. **Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. 5. ed. V. 26. Coleção Questões da Nossa Época. São Paulo: Cortez, 2011.

GUIMARÃES, Aline Amorim Melgaço. **Democracias possíveis: espaços institucionais, participação social e cultura política**. Campinas: Editora Alínea, 2088.

IBGE. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html>> Acesso em: 03 mar. 2022.

JAGUARARI. **Conselho Municipal de Cultura de Jaguarari**. Acesso em: 01 jun. 2022.

_____. **Plano Plurianual 2018-2021**. Prefeitura de Jaguarari - Bahia. Disponível em: <<https://www.jaguarari.ba.gov.br/pagina/exibir/anexo/%2038>>. Acesso em: 01 jun. 2022.

_____. **Plano Plurianual 2022-2025**. Prefeitura de Jaguarari - Bahia. Disponível em: <<https://www.indap.org.br/sistema/admin/downloads/PREFEITURAMUNICIPALDEJA>>

GUARARIESTADODABAHIAADIARIOOFICIALDOMUNICIPIOANO2021LEIN10282021DE14DEDEZEMBRODE2021.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2022.

_____. **Realização de Audiência Pública para apresentação do Plano Plurianual 2022-2025**. Prefeitura de Jaguarari. Disponível em: <<https://www.jaguarari.ba.gov.br/noticia/209>>. Acesso em: 28 jun. 2022.

LIMA, Hanayana Brandão Guimarães Fontes. **Políticas culturais na Bahia: gestões de Paulo Souto (2003-2007) e Jacques Wagner (2007-2009)**. 2011. Dissertação (Mestrado) - Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

OLIVEIRA, Paulo César Miguez de. **Periodizando a cultura baiana no novecentos: uma tentativa preliminar**. V. 1, n. 8. Salvador: UNIFACS, 2000.

PAIVA, Neto. **Gestão Cultural**. CARNEIRO, Juliana; BARON, Lia (Orgs.). Niterói: Niterói Livros, 2018.

PAULA, Soiane Gomes. **Arromba chão que anima o salão, quadrilha de São João!**: memórias, danças e transformações das quadrilhas juninas de Salvador. [livro eletrônico]. Salvador: Arromba Chão, 2021.

POMPONET, Andre Silva. **Plano plurianual participativo 2008-2011 na Bahia: uma análise**. 2012. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

PROJETO DE CONSTRUÇÃO DO NÚCLEO RESIDENCIAL PILAR. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/768316/classicos-da-arquitetura-caraiba-joaquimguedes>>. Acesso em: 22 jun. 2022.

QUADROS, R. S.; TOMÉ, D. C.; MACHADO, M. C. G. O ministro Gustavo Capanema e a ação cultural do Ministério da Educação e Saúde na era Vargas. 2011. **Revista @rquivo Brasileiro de Educação**. Belo Horizonte, V. 1, n. 2, jul.-dez., 2013. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/arquivobrasileiroeducacao/article/view/P.2318-7344.2013v1n2p62/7965>>. Acesso em: 21 jun. 2022.

ROCHA, Sophia Cardoso. A formulação do Plano Estadual de Cultura da Bahia em análise. **pragMATIZES** - Revista Latino Americana de Estudos em Cultura. Ano 9, n. 17, semestral, abr.-set. Rio de Janeiro, 2019.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre; CALABRE, Lia (Orgs.). **Políticas culturais no governo Dilma**. Coleção CULT. Salvador, 2015.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições. **Revista Galáxia**. N. 13, jun. São Paulo, 2007.

_____. A Bahia, a comunicação e a cultura dos anos 50/60. Cadernos do CEAS - **Revista do Centro de Estudos e Ação Social**. N. 161, jan.-fev. Salvador, 1996.

RUBIM, Albino Canelas; FERNANDES, Taiane; RUBIM, Iuri (Orgs.) **Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura**. Coleção Cult. Apresentação: Albino Canelas Rubim. Salvador: EDUFBA, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], 63, 2002, publicado a 01 de outubro de 2012. URL: DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.1285>. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/1285>>. Acesso em: 05 mai. 2021.

SANTOS, Jaqueline Lima, *et al.* **Reexistir**: apontamentos da articulação entre cultura e política de periferias. Dossiê Temático Periferias. São Paulo, 2018.

SERPA, Angelo (Org.). **Territórios da Bahia**: regionalização, cultura e identidade. Salvador: EDUFBA, 2015.

SIMÕES, Janaina Machado; VIEIRA, Marcelo Milano F. A influência do Estado e do mercado na administração da cultura no Brasil entre 1920 e 2002. **Revista de Administração Pública - RAP**. 44 (2), p. 215-237, mar.-abr. Rio de Janeiro, 2010.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES TERRITORIAIS. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download.php>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

SORIANO, Ana Gabriela W. Pilar: um núcleo habitacional para a indústria mineradora na caatinga baiana. **Labor & Engenho**. Dossier de pesquisa: "Patrimônio Industrial no Norte e Nordeste do Brasil". V. 12, N. 3, jul.-set. Campinas, São Paulo, Brasil, 2018.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. **Anuário Antropológico**. N. 84. Brasília; Rio de Janeiro, 1985. p. 13-56. Disponível em: http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas1984/anuario84_rod_olfostavenhagen.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2022.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TREVISAN, Anderson Ricardo. Debret e a Missão Artística Francesa de 1816: aspectos da constituição da arte acadêmica no Brasil. **Revista Plural**. N. 14. São Paulo, 2007.

VERDUM, Ricardo. **Etnodesenvolvimento**: nova/velha utopia do indigenismo. 2006. 190 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Centro de Pesquisa e de Pós-Graduação sobre as Américas - CEPPAC da Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: http://bdtd.bce.unb.br/exemplificado/tde_arquivos/28/TDE-2006-05-08T184619Z-31/publico/TESE.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2022.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. Tradução: Sandra Guaerdini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2007.

APÊNDICE A
CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DANÇA
MESTRADO EM DANÇA

LINHA DE PESQUISA: Mediações culturais e educacionais em Dança

PESQUISA: Territórios de Identidade: Políticas Culturais para Dança no município de Jaguarari (BA)

PESQUISADOR: Danillo Taylan Queiroz de Souza

ORIENTADORA: Profa. Dra. Rita Ferreira de Aquino

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

Você está sendo convidado/a/e a participar como voluntário/a/e da pesquisa **Territórios de Identidade: Políticas Culturais para Dança no município de Jaguarari (BA)**.

A pesquisa integra a Linha de Pesquisa Mediações Culturais e Educacionais em Dança, no Programa de Pós-Graduação em Dança da Universidade Federal da Bahia (PPGDança/UFBA).

Esta pesquisa está sob a responsabilidade do pesquisador **Danillo Taylan Queiroz de Souza** e tem como objetivo geral compreender as concepções presentes na comunidade acerca do conceito de cultura, assim como das políticas culturais presentes e/ou ausentes no município e as suas relações com os fazedores de cultura. Deste modo, espera-se contribuir de maneira ativa para o crescimento cultural, social e econômico do município.

Para tanto, o horizonte teórico-metodológico é de uma pesquisa-ação, cujo plano de ação inclui, além da análise de documentos, observações, encontros e debates com os agentes locais, entrevistas semiestruturadas com os gestores da pasta referente à cultura no município e pessoas da sociedade civil na cidade, no Distrito de Pilar, no Distrito de Santa Rosa de Lima e em comunidades rurais, como Bom Despacho, Cacimba Riacho do Caixão e Varzinha.

As entrevistas semiestruturadas podem ser realizadas presencialmente ou em formato remoto através de plataformas digitais a depender da disponibilidade das pessoas participantes. Em ambos os casos o diálogo será gravado utilizando dispositivos eletrônicos e posteriormente transcritas. Estima-se que o tempo total de entrevista seja de aproximadamente 30 (trinta) minutos.

As informações contidas nas respostas serão utilizadas no texto dissertativo através de citações diretas e indiretas, bem como em publicações referentes a mesma. A identificação individual é facultativa às pessoas respondentes.

Todos os documentos e dados físicos oriundos da pesquisa ficarão guardados em segurança por cinco anos. Após este prazo, o descarte será realizado de forma ecologicamente correta.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____
 _____, CPF nº _____, com número de telefone (____) _____ e e-mail _____, declaro estar ciente do anteriormente exposto e concordo voluntariamente em participar desta pesquisa: **Territórios de Identidade: Políticas Culturais para Dança no município de Jaguarari (BA)**, sob a responsabilidade do pesquisador Danillo Taylan Queiroz de Souza, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Dança da Universidade Federal da Bahia (PPGDança / UFBA), sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Rita Ferreira de Aquino, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

Assinando este Termo de Consentimento, estou ciente de que:

- 1) O objetivo da pesquisa é compreender as concepções presentes na comunidade acerca do conceito de cultura, assim como das políticas culturais presentes e/ou ausentes no município e as suas relações com os fazedores de cultura;
- 2) A realização desta pesquisa contribuirá para o crescimento cultural, social e econômico do município;
- 3) Minha participação ocorrerá por meio de resposta a entrevista semiestruturada que poderá ser realizada presencialmente ou de forma remota através de plataformas virtuais, sendo em ambos os casos gravada por meio de dispositivos eletrônicos e posteriormente transcrita para uso das informações por meio de citação direta ou indireta no texto dissertativo e publicações decorrentes;
- 4) Assim que for terminada a pesquisa, terei acesso aos resultados globais do estudo;
- 5) Estou livre para interromper, a qualquer momento, minha participação nesta pesquisa;
- 6) A participação nesta pesquisa é voluntária, sendo que as pessoas participantes não receberão remuneração;
- 7) Poderei entrar em contato com o pesquisador sempre que julgar necessário. Com Danillo Taylan Queiroz de Souza, pelo e-mail danilloqueirozts@gmail.com e a Prof.^a Dra. Rita Ferreira de Aquino, pelo e-mail aquino.rita@gmail.com.
- 8) Obtive todas as informações necessárias para poder decidir conscientemente sobre a minha participação na referida pesquisa;

- 9) Este Termo de Consentimento é feito em duas vias, de maneira que uma permanecerá em meu poder e a outra com o pesquisador responsável.

_____ (cidade), _____ (dia) de _____ (mês) de 2022.

Assinatura da pessoa responsável

Pesquisador Danillo Taylan Queiroz de Souza – Mestrando
E-mail: danilloqueirozts@gmail.com
Tel: (71) 994146493

Orientadora Profª Drª Rita Ferreira de Aquino
E-mail: aquino.rita@gmail.com
Tel: (71) 981979990

ANEXO A

ENTREVISTA COM MATHEUS MUNIZ

ENTREVISTADO/A: Sr. Matheus Muniz, Secretário Adjunto da Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Juventude de Jaguarari/Ba

DATA: 17 de junho de 2022.

FORMATO: Presencial

LOCAL: Município de Jaguarari-Bahia.

APRESENTAÇÃO

A conversa se iniciou com uma contextualização da pesquisa para o secretário adjunto (SA), onde se tornou possível apresentar textos publicados em eventos que tratam diretamente do campo cultural de Jaguarari e seus diálogos com as políticas locais. O secretário esteve acompanhado da coordenadora de eventos de Jaguarari, Lili, e explicou que a secretária Fátima Melo não pôde estar presente por motivos pessoais.

Antes de ser feita qualquer pergunta, o secretário inicia a sua fala relatando as dificuldades que os municípios e a própria secretária possuem para acessar informações sobre a história cultural do município.

SA: O poder público tem uma grande deficiência quando entra uma gestão e outra gestão acaba se afastando das atividades em cidades pequenas, o que foi produzido o que se conquistou na gestão passada isso referente a qualquer setor, a maioria das coisas são deterioradas ou rasgadas e esquecidas, somem. Atualmente estamos vivendo um processo com a linha férrea que corta a cidade. A empresa proprietária da linha está querendo reativar os serviços e muitas famílias construíram suas casas próximas a esta linha.

SA: Existe uma lei que solicita que essas construções sejam realizadas com distância de 15 metros de ambos os lados da linha, mas por falta de fiscalização na época, muitas famílias construíram suas casas muito próximas à linha férrea. Atualmente o município está sendo processado pela empresa proprietária das linhas. Caso eles venham a ganhar essa disputa, as casas próximas às linhas férreas serão demolidas, muitas casas. Nisso, alguns advogados estão entrando com processo em

que eles solicitam à secretaria material de imagens que comprovem que a linha férrea tem outro tipo de relação com a comunidade, mas a gente não possui acervo desse tipo de material, Jaguarari não possui. O único acervo existente que ainda se pode acessar parte da história do município fica no museu do vaqueiro em Santa Rosa. Aqui na cidade, até nas bibliotecas se você procurar documentos antigos, você não acha. Então é uma deficiência mesmo.

SA: É interessante como as políticas públicas do município, política cultural do município, independente de qualquer gestão a gente ter um acervo aqui em Jaguarari, casa da cultura, algo que preserve a memória, nós estamos lutando por isso, independente de gestão. Na secretaria não tem jeito, pode mudar de prefeito de quatro em quatro anos, pode ser qualquer um, às vezes você não acha depois o que foi feito. Então se a gente conseguir aqui em Jaguarari um espaço que sirva para assegurar a memória, que seja um museu, uma casa de cultura que guarde toda essa memória que seja ali um espaço que você venha e realiza trabalhos como a sua pesquisa de mestrado e ter uma referência e dizer que vai na casa de cultura, enfim.

Pergunta 01: Como a cultura está sendo pensada dentro do planejamento que envolve o PPA 2022-2025?

SA: Quando eu cheguei aqui ano passado a secretaria ainda era um departamento e só no ano seguinte que se torna secretária e eu começo a me inserir nas atividades após os primeiros meses do ano, desta maneira eu não consigo precisar ou detalhar informações acerca desta situação. Nós temos um plano de ação que se baseia no PPA, mas pautado na secretaria de educação. Não é algo construído pela secretaria de cultura e pela secretaria de educação. O que nós temos como pauta de desenvolvimento e o nosso conselho de cultura, ele vai ser uma força expressiva para a comunidade, nós vamos poder dialogar com o território, com a região e com outros estados. Nós vamos poder buscar recursos até fora do Brasil com ONGs que invistam em projetos culturais.

Dentro do conselho a uma perspectiva a partir do conselho de se apresentar à câmara de vereadores um projeto que seja aprovado para que seja aprovado dentro da lei orçamentária anual um valor que seja direcionado para a cultura do município, então hoje a gente tem tentado buscar e brigar por esse recurso dentro da loa e construir como um projeto de lei. Mas a gente só consegue a partir do conselho.

Pergunta 02: Existe participação da sociedade na formulação do conselho? Essas propostas estão sendo debatidas com os atores do campo cultural?

S/A: vai existir. Nós já estamos com um edital formulado com o projeto todo para ser divulgado em diário oficial. Quando divulgado, será divulgado o edital de convocação, ou seja, vai abrir para toda a comunidade se candidatar ao conselho. Ou seja, não vai ser nada onde a gente aponte as pessoas que vão ocupar as vagas, vai ser bem democrático mesmo. Nós estivemos na SECULT-BA e conversamos muito sobre isso, para gente ter acesso aos orçamentos, como ocorreu com a lei Aldir Blanc o município precisa está todo regularizado, ter o conselho e já ter um orçamento próprio para a cultura, assim a gente consegue se cadastrar e o recurso já vem direto para isso.

SA: Se a gente for pensar culturalmente a Bahia no que diz respeito a recursos, principalmente do governo estadual, quem recebe tudo é Salvador. A gente não tem recurso estadual neste sentido.

Pergunta 03: Quais os equipamentos culturais são encontrados atualmente no município?

A gente tem projetos. Hoje a gente tem a praça de convivência. Lá tem um anfiteatro e hoje este espaço é vinculado a nossa secretaria. É um espaço que a gente está começando a explorar, a gente estava fazendo o projeto *The Voice School* lá, mas por conta do frio, precisamos remanejar para uma quadra fechada, mas é um espaço nosso e a gente vem tentando levar aos poucos políticas públicas para lá. Hoje tem muitas oficinas oferecidas pela secretaria e algumas ocorrem lá neste espaço: violão, teclado, acordeom, canto e balé. Todos nesse espaço, ocorrem diariamente. Além disso, nós contamos com duas bibliotecas, Jaguarari e Pilar.

Pergunta 04: Existe alguma articulação da secretaria com outros espaços sociais do município, escolas por exemplo?

Agora sim, o *The Voice School* é destinado para dialogar com as escolas. Todos os nossos projetos são pensados com as escolas, a juventude está mais nas

escolas, né? Nós fizemos recentemente o trenzinho da alegria, onde todas as escolas foram convidadas. O *The Voice* são os alunos que cantam e a plateia vai para assistir e apoiar os alunos cantarem.

Pergunta 05: Vocês consideram que essas relações que estão sendo desenvolvidas com as escolas são capazes de proporcionar aos sujeitos meios de se relacionar com as culturas locais?

Existe uma barreira dentro dessa lógica. Geralmente as pessoas vão por atrativo, você não consegue contemplar todos os públicos, mas assim, pensando por segmento, hoje a gente consegue ter uma presença maior do público. Nós fizemos um carnaval recente, o carnaval pé de serra, nós não tivemos carnaval, mas tivemos a ideia de fazer esse evento, mobilizando os influenciadores digitais daqui, e aí muitas crianças e jovens apareceram fantasiados, nós achamos que não ia acontecer, mas foi bonito a presença de todos.

Pergunta 06: Existem atividades que convoque a comunidade a interagir com os equipamentos culturais independente das programações dos eventos e oficinas? A diálogos com os sujeitos da zona rural?

Elas ficam abertas. A gente já fez reuniões para tentar fechar projetos e realizar eventos nestes espaços. Inclusive um dos nossosicineiros vai oferecer aulas de reforço e está trazendo as crianças e jovens para dentro da biblioteca. A proposta é idealizar um projeto de leitura.

Pergunta 07: Como é pensada a qualificação dosicineiros? Qual o real intuito das oficinas ofertadas para a comunidade? Qual o alcance dessas propostas no município?

Em relação às oficinas e o resgate, especialmente dos jovens do mundo das drogas. E a gente tem tido muitos resultados positivos, inclusive a gente tem um projeto da secretaria junto a câmara municipal, Jaguarari cidade mãe. O intuito é resgatar esses jovens das drogas. E na capacitação, muitos deles já são profissionais, o conhecimento é gradativo, precisa que a gente sempre esteja, né? Então a gente

oferece apostilas para que eles possam ter um norte. No balé a professora Maria Clara se formou na UFBA, aí a gente não oferece uma capacitação porque ela já traz a bagagem dela. Do alcance das oficinas a gente conta nos dedos, acho que treze.

Pergunta 08: O que a secretaria compreende enquanto cultura?

No momento tem uma palavra que os coordenadores estão utilizando que diz: não resgatar, mas ressignificar. Trazer novos significados para a identidade cultural do nosso município pensando nessa deficiência que a gente tem de não guardar nossas memórias e não produzir cultura para as próximas gerações. Nosso conceito envolve o projeto que a gente tem realizado, ressignificar os espaços culturais e de certa forma levar um pouco de cultura para todos os campos. Quando a gente pensa nessa questão de ressignificar principalmente em se ter um acervo e guardar material, a gente pesquisa, saber um pouco da história. Conversar com personalidades de Jaguarari que estão morrendo e levando muita história.

Pergunta 09: O que a secretaria vem compreendendo enquanto política cultural?

Boa pergunta, viu? Nesse sentido, como a secretaria é nova e a gente está aí buscando a casa da cultura para ficar pra comunidade e não ligada ao poder público, a prefeitura, é uma forma da gente construir essa compreensão sobre política pública mesmo. Nós iniciamos o um trabalho de mapeamento aqui das manifestações quando ainda éramos departamento na secretaria de educação. Eu acho que a gente pode construir essas noções de políticas públicas na prática, né? Dialogando, dialogando nas comunidades. E o caminho e às vezes a gente fica muito preso aqui no admirativo no burocrático, então as questões de políticas culturais ficam mais com os oficineiros, eles planejam, escutam então são agentes que estão fazendo isso acontecer.

Pergunta 10: O que levou ao encerramento das atividades de mapeamento cultural que a secretaria estava desenvolvendo?

Porque quando começamos nós tínhamos pensado em mapear todo o território jaguarariense, mas não tínhamos pensado nos outros projetos. Nós fizemos uma semana de mapeamento e na semana seguinte a gente estava cheio de evento de

projeto para realizar. Como não tinha a equipe que a secretaria tem hoje, ficou complicado.

Pergunta 11: vocês pensam em continuar com esse mapeamento? Como os resultados serão apresentados?

Sim, com certeza. A cultura está lá nesses lugares. Os resultados a gente pensou em fazer documentários e criar livros. A gente pensou em fazer livros com ilustrações.

Pergunta 12: existiu algum tipo de consulta pública quando se pensou na elaboração das oficinas e outros projetos que a secretaria vem realizando?

Não. Eu acho que o conselho dele vai ser algo que vai ajudar nesse sentido. O diálogo pelo conselho vai ser interessante. Teve o fórum cultural ano passado e convidamos o presidente da câmara temática de cultura de Senhor do Bonfim, Vagner Rosa. Agora a gente pretende fazer novamente como secretária e fazer na mesma data, tentar deixar fixa.

Pergunta 13: A secretaria possui alguma prática direcionada às políticas de salvaguarda?

No momento, na prática, nós não temos nada nesse sentido. O que nós temos são teorias e conversas em que a gente pensa em fazer um trabalho nesta área, a gente não tem formulado como será, mas pensando em filmar, dialogar, enfim. Resgatar um pouco, trazer esse material. As questões burocráticas e administrativas, as oficinas acabam impedindo neste sentido.

Pergunta 14: Vocês utilizam o Plano Estadual de Cultura e a Lei Orgânica de Cultura da Bahia como referência nas formulações desta secretaria?

Nós temos. Esses documentos aqui e tem uma pessoa aqui que está à frente da construção deste conselho, ele está estudando todos esses documentos para que

a gente corra alinhado à SECULT-BA. Não dá para fazer tudo de uma hora para outra, algumas coisas são pra secretarias com mais tempo.

Pergunta 15: Houve consulta na elaboração do Conselho Municipal de Cultura?

A gente vai elaborar o edital de convocação para convocar a população. Eu não sei se teve consulta, quando eu cheguei já existia este documento. Eu acredito que a consulta foi levantada no fórum.

Pergunta 16: existe ata ou outros documentos que descrevam as discussões realizadas no fórum?

Só tem uma lista de presença.

Pergunta 17: Existe alguma legislação específica no município para dança?

Não, não possuímos.

Pergunta 18: Vocês consideram as organizações de quadrilhas juninas e outras manifestações culturais como potências que podem contribuir na elaboração de políticas?

Eu acredito muito nessa potência, especialmente nas quadrilhas e na dança. É muito triste que a visibilidade só ocorra no período junino e depois não tenha continuidade. E eu fico triste como secretária, como cultura. Eu acredito que é uma coisa que a gente poderia criar.

Pergunta 19: Existe algum incentivo para as manifestações culturais pensando na sua maneira de acontecer antes, durante e depois?

O incentivo acontece apenas no período junino, mas você trouxe muitas coisas para a gente pensar. É muita coisa ao mesmo tempo, é interessante ter alguém que venha e converse com a gente e traga esses conteúdos para a gente analisar e pôr em prática.

ANEXO B

ENTREVISTA COM TONY SANTOS E PRISCILA RODRIGUES

ENTREVISTADO/A: Tony Santos (TS) e Priscila Rodrigues (PR), Interlocutores das Quadrilhas Juninas do Município de Jaguarari/BA

DATA: 28 de setembro de 2022 e 14 de setembro de 2022.

FORMATO: Presencial e online

LOCAL: Município de Jaguarari e Distrito Pilar.

Pergunta 01: Quais as garantias os grupos de quadrilhas de Jaguarari possuem para que suas tarefas sejam realizadas?

PR: Não há garantias que assegurem as nossas atividades para o ano seguinte, mas mesmo com essa situação nós iniciamos os encontros com o pessoal do grupo considerando que a empresa mineradora ofereça algum apoio ou incentivo para que a quadrilha tenha as apresentações garantidas. Não é uma certeza, mas tem sido a forma que a gente inicia os trabalhos.

TS: Não existem garantias para que o grupo volte a realizar encontros e apresentações no ano seguinte. Isso leva a um lugar de chateação por parte dos integrantes e familiares daqueles que são de menor idade, mas já integram o grupo. Isso acaba afastando parte dos integrantes, resultando em um outro problema para o ano seguinte. Além de irmos atrás do recurso, nós também precisamos buscar sempre por novas pessoas, pois muitas entram em um lugar de desgosto por falta de incentivo e se afastam dos encontros.

Pergunta 02: Quais os desafios a serem superados para a realização das quadrilhas juninas?

TS: Entre os maiores desafios, estão superar as questões financeiras. Hoje eu não tenho certeza se estou disposto a assumir o compromisso com uma Quadrilha junina. É muito trabalho envolvido para se chegar a uma formatação de apresentação e nós não somos remunerados por isso. Superar esses desafios é sempre a maior questão, nós abrimos mão da nossa rotina, ensaiamos sábado e domingo, e o que assegura a continuidade é porque a gente realmente gosta de praticar a manifestação.

Na tentativa de mudar isso em anos anteriores nos organizamos alguns eventos, feijoadas, bingos e rifas, mas esse ano não ocorreu tais ações porque a Secretaria de Cultura assumiu toda a responsabilidade sobre a Quadrilha.

PR: Entre os desafios que precisamos superar estão as caminhadas para ocupar algum espaço que garanta segurança e outras necessidades básicas para que os nossos encontros e ensaios possam acontecer. O primeiro movimento que a gente faz é sair visitando as escolas locais na tentativa de articular isso. Quando encontramos alguma escola disposta a acolher nossas atividades outros desafios surgem, a escola libera o pátio, mas a cantina onde ficam os dispositivos de água está fechada, o tempo de encontro fica restrito na questão de horário porque envolve a colaboração de outros profissionais para fechar o espaço escolar. Após isso enfrentamos o desafio de achar aparelho de som e junto a tudo isso estão as questões financeiras, a falta de apoio acaba dificultando. Nós também trabalhamos na produção de outros eventos que possam gerar recursos para a quadrilha, vendemos bolo na feira, bingos e rifas. Mas há uma dificuldade de apoio para essas realizações, tanto o comércio local como a prefeitura interpretam que a nossa organização se inicia muito cedo. Se eu for em janeiro pedir apoio para articular esse tipo de evento, a resposta que vou receber será: mas o São João não é em junho?

Pergunta 03: Em que momento a gestão municipal se aproxima da quadrilha junina?

PR: Aqui no Pilar a prefeitura só se aproxima se a gente for atrás, mas ainda assim é um apoio básico. No período de março e abril a mineradora solicita que a gente entre em contato enviando o projeto, eles financiam mais lugares além daqui. E o comércio cobra a gente, mas no momento mais próximo ao São João.

TS: esse ano, eu não sei como funcionou, mas esse ano foi a secretária que tomou conta de tudo. Anos atrás quando eu organizava a prefeitura não tomava iniciativa para nada, mas a prefeitura geralmente ajuda com o básico, mas que já é caro e difícil para a gente.

Pergunta 04: Existe algum planejamento para o ano seguinte?

TS: eu não sei como vai ser ano que vem, mas eu e Priscila estamos negociando para montar a quadrilha no Pilar, mas ainda não tenho certeza porque a prefeitura entrou em contato comigo para assumir os ensaios das fanfarras, projeto que vai começar ano que vem. Acredito que se isso acontecer, eles me convidem para organizar a quadrilha também, mas eu não vou me sujeitar como eles fizeram com quem se responsabilizou esse ano. Não teve apoio suficiente para a quadrilha e as pessoas que estavam à frente se queimaram com os integrantes, estão queimados. Eu não vou me queimar fazendo uma coisa que eu amo e realizo a minha vida toda.

PR: Eu encerraria esse ano, mas eu quero muito que as coisas aconteçam ano que vem. Juntar as nossas forças e de um outro parceiro, lago. Nós três tomaríamos a frente para realizar uma única quadrilha, uma quadrilha aqui para o pilar. Mas eu tenho pensado muito em conversar com a mineradora e propor um concurso aqui no Pilar, acho que os gastos financeiros e mentais vão ser bem menores.

Pergunta 05: Os grupos de quadrilhas juninas já dialogaram na tentativa de ser desenvolvido uma associação ou algum outro meio de organização para o movimento no município?

TS: Eu iria adorar, sentar como todo mundo a galera dos municípios vizinhos, seria bom, mas a gente nunca se articulou desta maneira.

PR: Eu acredito que quando a gente se articular e organizar os grupos, eles vão entender as nossas experiências, eu acho que é quando a gente realmente vai ter voz.

ANEXO C

ENTREVISTA COM GENIVALDO JOSÉ SILVA E GILVAN JOSÉ

ENTREVISTADO/A: Genivaldo José Silva (Geninho) e Gilvan José (Vando), Guias da Roda de São Gonçalo, Moradores de Juremal - Município de Juazeiro da Bahia.

DATA: 18 de junho de 2022.

FORMATO: Presencial

LOCAL: Comunidade rural Varzinha, Município de Jaguarari-Bahia

Interlocutor 1: Geninho

Interlocutor 2: Vando

Pergunta 01: Quem é São Gonçalo? Como essa prática começou a fazer parte da rotina da família?

Tocador 1: os mais antigos contam que ele gostava muito de mulher, né? E lá uma época juntou ele é um bocado com as mulheres. Quando alguém chegou para acabar com aquilo, perdoou todo mundo, mas não perdoou ele, né? Aí ele virou santo, um santo muito poderoso, São Gonçalo. Que aí ele não perdoa, você faz a promessa com ele, como estão fazendo aqui. Chama o pessoal e os guias que no caso é a gente que toca. Uma toca violão e outro pandeiro ou vice e versa, ou os dois tocam pandeiro, chama a pessoa e faz comida, chama o pessoal e dança, paga a promessa. Cada lugar é diferente, né? A gente aqui já está acostumado porque a gente dança junto, né?

Pergunta 02: Essa prática é herança de família ou houve um interesse da sua parte?

Tocador 1: Rapaz, tem gente na família que trabalha com isso. Esse meu irmão é mais novo, mas começou com ele. E depois um outro rapaz foi se afastando porque estava ficando velho e com dificuldade. Aí eu comecei com ele e hoje a gente toca junto.

Pergunta 03: Em alguns lugares a manifestação é conhecida como roda de São Gonçalo e em outros dança de São Gonçalo, qual a diferença? É possível considerar a Roda de São Gonçalo uma arte?

Tocador 1: Eu acho que o certo é a Roda de São Gonçalo. Digamos que pode se falar uma festa, mas festa porque tem muita gente ali, né? Mas o certo, na minha opinião, é a Roda de São Gonçalo. A gente dança porque tem a dança, mas o certo é a roda. Se você prestar atenção, o que a gente faz no terreiro é rodado, e feito a volta, e a roda de São Gonçalo. A Roda de São Gonçalo é uma arte porque não se encontra muita gente que faz a roda, mas a gente não se sente artista. É uma arte folclórica, mas não é uma arte reconhecida, não é uma arte que a gente tem diploma.

Pergunta 04: As gerações mais novas já participam das atividades de guia? Os filhos de vocês se interessam em dar continuidade para essa tradição?

Tocador 2: No meu caso não, meu filho não se interessa.

Tocador 1: Uma vez eu tentei colocar meu filho, quando ele olhou de lá e olhou o povo, ele disse: pai, eu vou sair daqui. E ele nunca dançou, no pandeiro ele pegou uma vez ou duas, mas também nunca se interessou. Na família da gente, família de pai e mãe, dos irmãos só eu e ele.

Pergunta 04: Vocês se articulam politicamente para garantir a continuidade dessa manifestação?

Tocador 1: Tem muitos vídeos com a gente porque tem alguém que chega, filma duas, três rodas e vai embora, filma todo mundo e sai. Mas político a gente não tem apoio.

Pergunta 05: A roda de São Gonçalo pode deixar de ser vista?

Tocador 2: Pode, eu acho que pode. Metade das pessoas, principalmente a juventude, poucos se interessam, outra parte virou evangélica, tem muita gente evangélica e que não dança São Gonçalo. Então talvez hoje seja só um terço das

pessoas que ainda se interessa por São Gonçalo, então ela pode, não digo num futuro próximo, mas daqui a uns tempos, ela pode acabar, sim.

Pergunta 06: O crescimento das cidades tem impactado na tradição de São Gonçalo?

Tocador 2: No meu ponto de vista é uma das questões que São Gonçalo vem perdendo espaço, mas repito o que disse, a maioria dos jovens não se interessam. Uns se interessam por reggae, por pagode e num sei oque e tal, então a tradição de São Gonçalo ela está perdendo mesmo devido até a tecnologia, as pessoas estão tendo muito opção e para o jovem eles acham mais interessante do que ser devoto a São Gonçalo, mas a gente faz o que pode.

Pergunta 07: Por que o guia da roda de São Gonçalo não pode ser mulher?

Tocador 1: Rapaz, essa resposta eu vou ficar te devendo. Quando eu conheci já era assim. Tem até uma coisa, quando a gente dança tem os guias e geralmente os contra guias que dançam atrás da gente. Já aconteceu de a gente não achar os contra guias e a gente ter que colocar mulher, algumas delas querem ir, outras não vão não. Mas nunca ouvi falar em mulher de guia.

Tocador 2: Acho que foi a tradição, né? A tradição do começo pelo fato de ser São Gonçalo, né? Imagino eu, como ele disse, eu vou ficar devendo a certeza, mas eu imagino, porque a gente conhece a história a tradição, e quando a gente conheceu São Gonçalo a gente já conheceu guias homens, vêm os contra guias, tanto é que a mulher não mistura com o homem na roda. Vem os guias, os contra guias e outros homens que tiver e as mulher na parte de trás, aí dança homem com homem e mulher com mulher. Acho que é a única dança que dança homem com homem e mulher com mulher, né?

Pergunta 08: Qual a diferença do guia para o contra guia?

Tocador 2: O contra guia pode ser qualquer pessoa, qualquer pessoa dança de contra guia. O contra guia é apenas a pessoa que vai atrás do guia, então o contra

guia pode ser ele, você, pode ser qualquer um. Porque você não tem obrigação de marcar a roda, porque a roda tem regra, né? O guia tem que seguir a regra da roda de São Gonçalo, o contra guia não, ele só vai atrás do guia.

Pergunta 09: Existe algum tipo de ensaio para vocês aprenderem a sequência que a roda vai desenvolvendo?

Tocador 2: Tudo e por ordem, tanto que são dois, né? Então os dois não precisam parar para procurar, vamos fazer o que agora? Não, tem ordem, tem sequência, você faz uma, depois a outra, você já sabe, né? No máximo a gente conversa para saber se vai ser mais rápido ou devagar.

- Esta entrevista foi finalizada com o pedido do entrevistado 1 para cantar um verso que ocorre durante a manifestação.

Tocador 1: São Gonçalo chegou ontem ninguém veio visitar, quando aí em suas doenças, São Gonçalo vem cá. No meio disso as pessoas cantam o refrão: *ora viva, ora viva, ora viva a São Gonçalo viva.*

Pergunta 10: o Sr. Poderia cantar mais um verso?

Tocador 1: Rapaz, eu não sei se eu posso te dizer, tem muitos e muitos. Para iniciar a roda o primeiro verso, dificilmente alguém começa do primeiro verso. Nas horas de Deus amém, Pai, Filho e Espírito Santo. E a primeira cantiga que a São Gonçalo eu canto. E aí tem outros, né? São Gonçalo chegou ontem ninguém veio visitar quando cai nas suas doenças São Gonçalo venha cá. A chuva que vem do Norte de longe traz a zoadada acordando seus devotos do sono da madrugada. E muitos outros, são muitos versos, tinha que ser um dia para eu te dizer.

ANEXO D

ENTREVISTA COM MARIA DE FATIMA, MARINALVA, MARIZA E JOSEFA

ENTREVISTADO/A: Maria de Fatima, Marinalva, Mariza e Josefa, irmãs devotas de São Gonçalo do Amarante. As respostas desta entrevista foram concedidas pela Sra. Marinalva, irmã mais velha e responsável pela roda organizada no dia 18 de junho.

DATA: 18 de junho de 2022.

FORMATO: Presencial

LOCAL: Comunidade rural Varzinha, Município de Jaguarari - Bahia.

Pergunta 01: Vocês consideram que a Roda de São Gonçalo é arte?

Também, é uma cultura rara. As pessoas mantêm a tradição de antigamente. É uma tradição da igreja, por ser santo da igreja e nós acreditarmos nas graças alcançadas, aí nós acreditamos na cultura do santo. Eu pesquisei na internet pelo celular e encontrei que ele é um santo que realiza casamentos. Quem pede a graça do casamento alcança, mas eu não procurei me aprofundar, mas os guias vão aprofundar, eles são quem sabem da história. Eles devem ter algo mais importante sobre São Gonçalo, fato que deve influenciar na vida das pessoas que hoje são tão devotas dele.

A entrevista retorna a pergunta: Você conhece a história de São Gonçalo? Ao dizer não, ela explica:

Eram dois irmãos, aí eles foram para o Rio de Janeiro. E aí lá, eles tocavam violão e pediam esmola para sobreviver, aí eles se apegaram a São Gonçalo, aí virou a história do santo.

Pergunta 02: Em alguns lugares a manifestação é conhecida como roda de São Gonçalo e em outros dança de São Gonçalo, qual a diferença?

Sim, é uma dança. Não só uma dança, né? É também. É uma maneira de animar as rodadeiras e os tocadores através da música. É uma oração! A dança é uma oração que a gente faz. Quem se apega com ele diz: pague sua promessa a São Gonçalo antes de morrer, viva a São Gonçalo viva.

Pergunta 03: Na comunidade de Varzinha, existem outras famílias que praticam a roda de São Gonçalo?

Aqui na comunidade só a nossa família pratica.

ANEXO E

ENTREVISTA COM ANTÔNIO SILVA SANTOS E JOÃO DE DEUS DOS SANTOS

ENTREVISTADO/A: Antônio Silva Santos e João de Deus dos Santos.

DATA: 18 de junho de 2022.

FORMATO: Presencial

LOCAL: Comunidade rural Varzinha, Município de Jaguarari - Bahia.

Pergunta 01: A tradição de São Gonçalo pode deixar de existir?

ANTÔNIO SILVA: Sim. Antigamente aqui só tinha festa de ano em ano, hoje em dia não. Hoje tem festa de segunda a segunda, tem festa aqui, tem festa na Lagoinha, na Juacema, no Flamengo, aí o pessoal não tem dinheiro para as tradições, né? O que vem acabando com as tradições é isso aí.

Pergunta 02: O que faz o senhor ser um devoto de São Gonçalo?

ANTÔNIO SILVA: Eu nem digo que tenho e nem digo que não tenho. porque cada quem tem seu motivo de fazer sua devoção, se você se pega com a pessoa, vamos supor: rapaz, eu tenho fé nesse rapaz, um *caba* nó cego. Igualmente o santo, você tem uma fé no santo, vou me apegar com o santo, ele vai me ajudar e eu vou ficar bom, vai me dar uma benção, aí você recebe aquela benção e faz a festa.

Pergunta 03: Em alguns lugares a manifestação é conhecida como roda de são Gonçalo e em outros dança de são Gonçalo, qual a diferença?

JOÃO DE DEUS: É uma dança porque, para quem gosta e uma dança, é uma arte, porque quem dança gosta da diversão. Quem gosta, gosta, porque é uma arte que tem dança e é tradição.